

A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975*

■ Dados curriculares e biográficos

Moisés Silva Fernandes [費茂實] é investigador associado sénior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dedicou-se ao estudo de Timor nas relações luso-australo-indonésias, de Macau nas relações luso-chinesas, da política externa portuguesa contemporânea (factores exógenos, endógenos e governamentais), das políticas externas comparadas e das teorias de decisão e das negociações. As suas mais recentes publicações incluem os livros *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1945-1995*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, e *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, e vários trabalhos editados em revistas, actas académicas e livros, em português, inglês e chinês. Membro do Conselho Superior do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

■ Palavras-chave

Descolonização; políticas externas portuguesa, indonésia e australiana; instrumentos de política externa; conjuntura política internacional e regional; campanhas de desinformação e de destabilização.

■ Resumo

Pouco tempo após as autoridades portuguesas terem aprovado o projecto de descolonização para Timor-Leste, a Indonésia intensificou a sua campanha de desinformação e destabilização da colónia portuguesa. Este comportamento por parte do regime de Suharto contou com a conivência e apoio do governo australiano

* Este trabalho foi originalmente apresentado no ciclo de conferências da Associação de Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios, que teve lugar no Palácio das Necessidades, em 1 de Junho de 2005. Uma versão revista e ampliada foi apresentada no III Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no dia 31 de Março de 2006. Uma versão melhorada foi apresentada na conferência para assinalar o dia 20 de Maio de 2006, data em que a comunidade internacional reconheceu a independência de Timor-Leste, organizado pelo Núcleo de Estudantes Timorenses da Universidade Nova de Lisboa (NETIM-UNL), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 19 de Maio de 2006.

e contribuiu decisivamente para por termo ao processo de descolonização do território, que culminou com a sua invasão em 7 de Dezembro de 1975. Apesar de as autoridades portuguesas, quer em Lisboa, quer em Timor, se terem esforçado no sentido de obter um processo prolongado de descolonização para o território, tal não se veio a observar atendendo a que Portugal foi considerado e tido como um actor secundário na região.

Todavia, se recuarmos aos períodos antes da elaboração do plano de descolonização e do 25 de Abril de 1974, já era notório e constante na política ocidental a aceitação do princípio orientador de que Timor-Leste deveria integrar a Indonésia.

■ Abstract

Shortly after the approval by the Portuguese authorities of the plan for the decolonization of East Timor, Indonesia intensified its disinformation and destabilization campaign of the former Portuguese colony. This behaviour by Suharto's regime counted with the connivance of the Australian government, thus contributing decisively to the invasion of the former Portuguese colony on 7 December 1975. Despite the efforts done by the Portuguese authorities, both in Lisbon and Díli, to ensure a drawn out act of self-determination for East Timor, this did not take place due to the fact that Portugal was considered a second rate power in the region.

However, if we analyse the draft plan and the pre-Portuguese revolution periods, it was already noticeable and a permanent feature in Western policy the acceptance of East Timor's incorporation into Indonesia.

■ Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Dr.^a Maria Isabel Fevereiro, directora do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME); às Dras. Maria de Lurdes Henriques e Maria do Céu Filipe, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT); à Prof. Dr.^a Ana Cannas, directora do Arquivo Histórico Ultramarino, e à Dr.^a Teresa Fernandes, da mesma instituição; às Dras. Helena Grego e Cristina Matias, da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa; à Dr.^a Dinora Lampreia, da divisão de informação e documentação do Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM); à Dr.^a Paula Costa, responsável pela Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL); e aos funcionários da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), pelo apoio e pela prontidão manifestada no atendimento dos múltiplos pedidos solicitados durante a investigação para este trabalho.

COM O INÍCIO da invasão militar de Timor-Leste¹ por parte da Indonésia, na madrugada de 7 de Dezembro de 1975, chegava violentamente ao fim o plano português de descolonização para esta sua antiga colónia do Sudeste asiático. Este fora aprovado 20 semanas antes após um intenso debate no seio do Conselho da Revolução, no dia 11 de Julho de 1975, e consultas prévias e negociações intensas com as três principais associações cívicas timorenses (ASDT/Fretilin,² UDT³ e UPT/AITI/Apodeti⁴) e conversações com a Indonésia e a Austrália com o desígnio de associar estas duas potências regionais a um processo eminentemente político de descolonização. Todavia, esta proposta mereceu uma forte oposição da Indonésia e da Austrália, as duas principais potências da região. No mesmo período, a Papua-Nova Guiné Oriental ascendeu à independência, isto é, teve um desfecho bem diferente do sucedido em Timor-Leste.

Este trabalho visa essencialmente apresentar o plano português de descolonização para Timor e analisar a intensa campanha de destabilização e de desinformação desencadeada pela Indonésia para pôr termo à orientação política

¹ Passamos a designar o “Timor Português” por Timor-Leste, tal como foi reivindicado pela coligação Fretilin/UDT, a partir da divulgação do comunicado conjunto, de 20 de Janeiro de 1975, que contou com o apoio das autoridades portuguesas em Lisboa e Díli (Pires, 1981, pp. 77-78). Denominação idêntica viria a ser exigida pelas forças pró-integracionistas na Indonésia (Apodeti, UDT, KOTA e PT), em 4 de Setembro de 1975 (*Ibid.*, p. 341).

² A Associação Social-Democrata Timorense foi fundada em 20 de Maio de 1974, sob a orientação de Francisco Xavier do Amaral, Nicolau dos Reis Lobato e José Ramos Horta. Na sequência da radicalização política na colónia e por influências externas, nomeadamente das experiências políticas em Moçambique, Angola e Portugal, transformou-se em Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin), em 11 de Setembro de 1974. Sempre defendeu a independência do Timor Português.

³ A União Democrática Timorense (UDT) foi fundada em 11 de Maio de 1974. Começou por pugnar uma ligação a Portugal, mas, posteriormente, defendeu a independência do território. Porém, a partir de meados do ano de 1975 começou a inclinar-se a favor da integração na Indonésia. Os seus principais dirigentes foram Francisco Xavier Lopes da Cruz, Mário Viegas Carrascalão, João Carrascalão e Domingos de Oliveira.

⁴ A Associação Popular Democrática de Timor (Apodeti), conhecida originalmente por União dos Povos Timorenses (UPT) e, posteriormente por Associação para a Integração de Timor na Indonésia (AITI), foi estabelecida em 27 de Maio de 1974. Os seus principais apoiantes eram a comunidade árabe de Díli, vários timorenses envolvidos na rebelião de 1959 e a União da República de Timor (URT), o primeiro movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, fundado, por seu turno, em 2 de Novembro de 1960 (Fernandes, 2005a, pp. 365 e 417).

portuguesa preconizada para o território e o apoio que o regime militar indonésio obteve do governo trabalhista australiano⁵ para levar em frente os seus intentos hegemónicos.

Enquadramento teórico-metodológico Quatro premissas teóricas orientam este trabalho. Primeira, a inexistência de igualdade entre Estados. Segunda, o retrocesso no estatuto de Portugal na hierarquia do sistema internacional: de média para pequena potência, senão mesmo para uma potência exígua. Terceiro, os decisores políticos portugueses pretendiam proceder a uma alteração do sistema regional periférico introduzindo um novo actor: Timor-Leste. Esta proposta foi, porém, inviabilizada pelos restantes actores regionais: a Indonésia, a Austrália e os Estados Unidos. Quarta, os actores estatais têm, em maior ou menor grau, uma considerável gama de instrumentos para conduzirem as suas políticas externas. Este estudo revelará que a Indonésia fez um intenso uso destes instrumentos: nomeadamente da destabilização e da desinformação, que culminou na invasão e anexação militar do território.

⁵ Para a elaboração deste trabalho não tivemos acesso a dois importantes fundos arquivísticos que poderiam fornecer mais elementos para o estudo em apreço: à Comissão Nacional de Descolonização e ao Gabinete de Timor da Presidência da República. Desconhecemos por completo as instituições onde estejam à guarda estes dois acervos. Esta situação reflecte, em parte, a precária situação em que se encontram os arquivos portugueses e a atitude dos decisores políticos e das elites burocráticas que “privatizam” o que é público, levando literalmente para casa documentação ou destruindo-a deliberadamente por ser menos “conveniente”. Relativamente aos arquivos dos sucessivos chefes de Estado, por exemplo, Vitor Gomes, num trabalho publicado sob a chancela do Museu da Presidência da República observou que: “em Portugal, ao contrário do que sucede em países como os Estados Unidos da América, o Canadá, a França, o Reino Unido, o Brasil ou a Espanha, não é comum os Chefes de Estado procederem à entrega dos seus arquivos quando cessam o exercício das funções para as quais foram mandatados. [...] A ausência de legislação que regule e defina os procedimentos e a titularidade destes arquivos após os seus produtores terem cessado funções tem sido a causa da sua dispersão física e, não raras vezes, da perda involuntária ou da destruição deliberada de informação de grande interesse e valor histórico” (Gomes, 2004, pp. 123-124). Por sua vez, Miriam Halpern Pereira, directora do IAN/TT, entre 2001 e 2004 (http://www.iantt.pt/instituto.html?menu=menu_iannt&conteudo=guarda_mores&conteudo_nome2=Guarda-Mores&pai=da_tt_ao_ian&conteudo_nome=Historial), observou que a “maior parte da documentação da administração pública XIX e XX está em estado de abandono” e interpelou os leitores se “uma enorme subcave construída por baixo de um parqueamento automóvel é o sítio adequado” (p. 17) para guardar os arquivos? O mesmo se passa em relação à imprensa existente nesta antiga colónia. Não temos conhecimento da existência em Lisboa de uma colecção completa d’*A Voz de Timor*, da *Seara* ou dos órgãos de informação das associações políticas que surgiram no território após o 25 de Abril de 1974, situação que dificulta a investigação sobre o território e as relações de Portugal com as principais potências da região.

Apesar da igualdade preceituada pelo direito internacional em relação aos 140 Estados que constituíam o sistema internacional em 1974 (<http://www.un.org/Overview/growth.htm>; consultada em 1 de Junho de 2006), na realidade existia, como, aliás, ainda hoje se observa, uma hierarquia dinâmica que condiciona a política mundial, regional e local. Em termos gerais, a transição no estatuto dos actores estatais na hierarquia internacional tem inevitavelmente profundas repercussões nos processos de descolonização. E como se vai poder observar neste trabalho, o princípio da igualdade entre Estados foi preterido, quer pela Indonésia, quer pela Austrália.

Segundo, neste curto espaço de tempo assistiu-se a uma queda acentuada na posição de Portugal na hierarquia do sistema internacional. Antes do fim do império português, a comunidade académica dos EUA classificava Portugal como uma média potência, atendendo a que possuía um nível de poder “*to play only decidedly limited and selected roles in states and regions other than their own*” (Spiegel, 1972, p. 99). No caso português, “*were it not for her empire, Portugal would not have been placed*” na categoria de média potência (Ibid., p. 101).

A diminuição da posição internacional de Portugal suscitou, naturalmente, vários estudos sobre o declínio do país. Num estudo sobre as várias razões subjacentes ao soçobramento do império português, Martins identificou quatro grandes “factores externos”, nomeadamente “o movimento anticolonialista”, a Organização das Nações Unidas (ONU), “a atitude e o exemplo das potências descolonizadoras” (Martins, 1986, pp. 61-106) e “porque ficaram integrados na zona de confluência dos poderes das superpotências” (Ibid., p. 117). Esta alteração resultou na sua passagem de média para pequena potência ou Estado exíguo.

Contrário ao que aconteceu em Goa, em 1954 e 1961, e em Macau, entre 1974 e 1975, os decisores políticos portugueses pretenderam proceder a uma lenta alteração do sistema regional periférico do Sudeste asiático introduzindo gradualmente Timor-Leste como um novo actor. Para assegurar a transição pacífica de colónia para Estado independente, os decisores políticos portugueses aceitaram inicialmente a proposta da coligação Fretilin/UDT para o estabelecimento de um período de transição de sete anos (Pires, 1981, pp. 48-49), tendo, contudo, reduzido, posteriormente, para três, a pedido das três principais forças políticas timorenses. Aliás, esta intenção e o período de transição não constituía nenhuma novidade na região. A Austrália, a Nova Zelândia e o Reino Unido já tinham criado outros actores regionais de menor dimensão, quer em termos demográficos, quer

em termos de superfície, desde o decénio de 1960.⁶ Aliás, a Austrália já tinha concedido autogoverno à Papua-Nova Guiné Oriental,⁷ em 1 de Dezembro de 1973 (Turner, 2005, p. 1292), e estava em vias de lhe conceder a independência política formal, que se veio a observar em 16 de Setembro de 1975, isto é, 12 semanas antes da invasão de Timor-Leste pela Indonésia (Fernandes, 2003b, p. 23). Apesar da contiguidade geográfica, étnica e cultural entre as Papuas ocidental e oriental, a Indonésia nunca se opôs ao surgimento da Papua-Nova Guiné Oriental como um actor regional, enquanto a mesma atitude não se observou em relação a Timor-Leste.

Com o intuito de alcançarem os seus objectivos, os governos dos Estados têm acesso a vários instrumentos que podem mitigar, facilitar ou incrementar a destabilização política junto do território alvo. Em termos gerais, estas podem assumir seis características. Primeira, interferência diplomática. Segundo, vários tipos de acções políticas clandestinas. Terceiro, manifestações de força. Quarto, subversão. Quinto, luta armada. Sexto, intervenção militar (Holsti, 1988 [1967], pp. 243-270; Scott, 1968, pp. 3-29), numa permanente espiral de escalada, constituindo o último mecanismo a demonstração plena de que os outros meios não foram suficientes para alcançar os objectivos a que se propunham.

A destabilização (“*covert or clandestine action*”) refere-se a uma decisão política deliberada para fragilizar um Estado tido como inimigo ou um território em disputa. Por desinformação entendemos como sendo “informação falsa, dada no propósito de confundir ou induzir a erro” (Houaiss, 2003, p. 1292). Num estudo sobre o uso pela União Soviética deste instrumento de política externa, Shultz e Godson argumentaram que esta tinha como objectivo primordial “*to manipulate target persons and groups to believe in the veracity of the message and consequently to act in the interests of the nation conducting the operation*” (p. 18). Acontece que as autoridades portuguesas autodebilitaram-se ao extinguir a PIDE/DGS, em 30 de Abril de 1974 (Manuel, 1974, pp. 167-168; Praça, 1974, pp. 59-60). Esta conjuntura contribuiu para que as autoridades se deparassem com sérias dificuldades no domínio das informações (Cardoso, 1980, pp. 126-129 e 272-273).

⁶ A Nova Zelândia concedeu a independência à Samoa, de 2.831 Kms² de superfície, em 1 de Janeiro de 1962; a Austrália, a Nova Zelândia e o Reino Unido acordaram com a independência do Nauru, de 21.3 Kms², em 31 de Janeiro de 1968; o Tonga, de 748 Kms², alcançou a sua independência em 4 de Junho de 1970, do Reino Unido; enquanto, o arquipélago das Fiji, de 18.272 Kms², obteve a sua independência do Reino Unido, em 10 de Outubro de 1970 (Turner, 2005).

⁷ Este “protectorado” australiano tem uma superfície de 462.840 Kms² (Turner, 2005, p. 1292).

As actividades da 2.^a repartição (informações militares) do Comando Territorial Independente de Timor foram manifestamente insuficientes para conter com êxito as operações dos vários serviços de informações indonésios.

A Indonésia limitou-se a fazer o que tinha alcançado com êxito na Papua-Nova Guiné Ocidental, no decénio de 1960, com a conivência do Ocidente (Saltford, 2003, pp. 1-4). Aliás, estas duas operações advinham das experiências nazi e soviética de penetração informal (Scott, 1965). O mesmo autor observa que os Estados podem recorrer a agentes e instrumentos para ter acesso à população, ou parte dela, ou a processos políticos de outros países, com ou sem o conhecimento ou consentimento do actor visado.

O plano de descolonização Após árduas negociações com as três principais associações políticas timorenses,⁸ o pleno conhecimento e concordância dos governos da Indonésia⁹ e da Austrália, as autoridades portuguesas avançaram com o plano gizado na cimeira de Macau. Após ter ouvido as exposições do ministros Almeida Santos e do embaixador Vítor Alves sobre “a forma como decorreu a cimeira de Macau relativa à descolonização de Timor”,¹⁰ o Conselho da Revolução analisou e aprovou, no dia 9 de Julho de 1975, “o Projecto de Lei Constitucional sobre o processo de descolonização”¹¹ desta colónia, acabando por ser publicado no dia 17 de Julho no *Diário do Governo* (Pires, 1981, pp. 211-221).

De acordo com este diploma constitucional o futuro desta colónia seria determinado por uma Assembleia Popular “representativa do povo do território, a constituir por eleição directa, secreta e universal, com inteiro acatamento dos princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem” (Pires, 1981, p. 211). Este órgão seria eleito no dia 17 de Outubro de 1976, tendo por incumbência “definir, por maioria simples e por voto directo e secreto, o estatuto político e administrativo do território” (*Ibid.*).

⁸ As negociações tiveram lugar em Macau entre os dias 26 e 28 de Junho de 1975 (Pires, 1981, pp. 179-186).

⁹ Porque recebiam atitudes hostis por parte da Indonésia e dependiam do apoio político e logístico da Austrália, os decisores políticos portugueses mantiveram sempre informado o regime de Suharto e os governos trabalhista e conservador australianos acerca das suas intenções relativamente ao território.

¹⁰ “Acta n.º 18, secreta, da reunião do Conselho da Revolução, de 9 de Julho de 1975, p. 1” in “Actas do CR”, ACR, vol. 1, n.º 1, IAN/TT, Lisboa.

¹¹ *Ibid.*

Os trabalhos legislativos deveriam realizar-se de forma a permitir que no dia 15 de Outubro de 1978 cessassem “todas e quaisquer prerrogativas de soberania e administração da República Portuguesa sobre aquele território, sem prejuízo da continuação de laços de estreita cooperação em todos os domínios, no âmbito de acordos livre e mutuamente aceites” (Ibid., p. 212). Para preparar a elite timorense para a independência foram instituídos “órgãos transitórios de representação e de Governo do território de Timor” que entrariam em funções em 24 de Outubro de 1975 e se manteriam até 14 de Outubro de 1978 (Ibid.). Por outras palavras, durante três anos a elite crioula timorense iria ter a oportunidade de exercer funções executivas para os preparar para a independência.

Os três “órgãos de transitórios de representação e de Governo do território de Timor” seriam: um Alto-Comissário; um Governo constituído pelo Alto-Comissário e 5 secretários-adjuntos; um Conselho de Governo “de natureza consultiva constituído por dois membros eleitos por cada Conselho Regional e quatro membros designados por cada uma das associações políticas de Timor, como tais reconhecidas, e que queira exercer esse direito” (Ibid.). Em simultâneo foi publicado o “Estatuto Orgânico de Timor”, a mini-constituição do território, que estabelecia as regras do jogo político na colónia até à sua independência.

Os sete factores subjacentes à alteração do comportamento da Indonésia Apesar de os decisores políticos indonésios terem sido auscultados *ad nauseam* pelas sucessivas autoridades portuguesas em Lisboa e em Díli na elaboração do plano de descolonização, eles estavam empenhados em *lhe pôr termo*. Por razões editoriais apresentamos, sucintamente, sete factores que contribuíram para este comportamento por parte do regime javanês.

Os decisores políticos Indonésios alimentavam esperanças em anexar Timor

Não obstante os principais decisores políticos indonésios terem sido historicamente muito parcimoniosos nas suas declarações públicas acerca de Timor, alimentavam, a título particular grandes esperanças na absorção da antiga colónia portuguesa (Duarte, 1981, pp. 11-24). Durante o regime nacionalista de Ahmed Sukarno, que dirigiu o país entre 1945 e 1965, vários dirigentes indonésios, entre os quais se destacou Muhammad Yamin, ideólogo da doutrina da *Indonesia raya* (“Grande Indonésia”), reivindicaram Timor, como sendo parte integrante do país (Fernandes, 2001a, p. 31). Porém, comparado com o número significativo de declarações no

sentido contrário, permite-nos afirmar que não era o intuito oficial por em causa directamente a continuação da presença portuguesa na região. Quando estas ocorreram foram prontamente desmentidas para evitar atritos com o regime autoritário português (Fernandes, 2005a, pp. 110-136).

Os decisores políticos indonésios estavam conscientes de que quando se verificasse o fim do império português seria então a altura adequada para tomar Timor. Um diplomata para os assuntos políticos da embaixada de Itália em Jacarta confidenciou ao cônsul de Portugal, António d'Oliveira Pinto da França, que durante a visita a Kupang do embaixador italiano, Filippo Muzi Falconi,¹² o governador de NTT, Brigjen J. Lala Mentik,¹³ declarou-lhe que a “integração” do Timor Português: “é tarefa que não requer esforço, mas apenas a paciência para esperar que, como fruto maduro, caía em nossas mãos na hora da liquidação do império colonial português, talvez por decisão do próprio Portugal”.¹⁴

Só se observou uma única declaração oficial por parte do chefe de Estado indonésio relativamente à libertação de Timor. Por ocasião das comemorações do 20.º aniversário da independência da Indonésia, que tiveram lugar no dia 17 de Agosto de 1965, o presidente Sukarno apelou, pela primeira vez, em público “à luta pela libertação de Timor” (Fernandes, 2001a, p. 35). Porém, esta alocução terá que ser entendida como uma tentativa desesperada de Sukarno para se manter no poder (*Ibid.*).

Três razões políticas excepcionais contribuíram para que Sukarno fizesse aquele apelo. Primeiro, o chefe de Estado da Indonésia estava a tentar consolidar os seus apoios políticos internos, especialmente entre os sectores nacionalistas javaneses e os partidos islâmicos e comunista, na sua intensa disputa com o alto comando militar, que se mostrava cada vez mais alinhado com os Estados Unidos da América. O seu objectivo era aniquilar o alto comando militar pró-americano com o propósito de alcançar a supremacia absoluta sobre os restantes sectores do sistema político indonésio.

¹² Exerceu o cargo de chefe da missão diplomática italiana em Jacarta, entre 1959 e 1966 (Informação gentilmente prestada por Mítia Muzhar, funcionária do gabinete do embaixador de Itália em Jacarta, em 4 de Outubro de 2005).

¹³ Governador de Nusa Tenggara Timur [Timor Indonésio] entre 1960 e 1965 (<http://www.tokohindonesia.com/pejabat/pemda/ntt/index.shtml>; consulta efectuada em 1 de Junho de 2005).

¹⁴ “Ofício n.º 37 do consulado de Portugal em Jacarta, de 20 de Abril de 1965, p. 1” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

Segundo, Sukarno pretendia afirmar internacionalmente o seu alinhamento retórico com o bloco afro-asiático de forma a subtrair o número de apoiantes da Malásia nos areópagos internacionais. A Malásia e o Ocidente tinham conseguido isolar internacionalmente a Indonésia e Sukarno pretendia contornar esta difícil situação com a adopção de uma atitude radical mais próxima do bloco afro-asiático.

Terceiro, o chefe de Estado indonésio visava com esta proclamação pôr cobro à campanha de propaganda do governo da Malásia contra o seu regime. Basicamente, o denominador comum da campanha de Kuala Lumpur resumia-se em realçar a contradição entre a postura anti-imperialista e anti-colonialista do regime de Sukarno e a existência de uma colónia ocidental em “solo indonésio: Timor-Leste”.

Seis semanas após ter apelado à libertação do Timor Português Sukarno foi derrubado num violento contragolpe de Estado orientado pelos generais Nasution e Suharto (Fernandes, 2001a, p. 36). Com a ascensão ao poder do último oficial, a ênfase foi colocada na redução das tensões políticas regionais – nomeadamente, com a Malásia – e foi dada grande prioridade ao desenvolvimento económico do país para sustentar o regime no poder (Fernandes, 2006, pp. 319-329; Schwarz, 1999, p. 30; Vatikiotis, 1998 [1993], pp. 32-59).

Esta atitude mudou após o 25 de Abril de 1974. O regime indonésio abandonou toda a sua contenção política em relação ao território. De imediato, surgiram várias personalidades políticas intermédias do regime a reivindicarem a integração do território. Uma destas foi John Naro, vice-presidente do parlamento decorativo indonésio. Este defendeu que esperava que Portugal devolvesse o Timor Português à Indonésia “a pedido desta”, no dia 2 de Maio de 1974.¹⁵ A partir desta altura, os dirigentes indonésios socorreram-se de vários pretextos para procederem à anexação do território. Como observou José Ramos Horta, “[a] verdade é que a Indonésia, logo após o 25 de Abril, havia decidido absorver o Timor português” (1994, p. 107).

Os decisores indonésios sabiam que as principais potências ocidentais nutriam um escasso interesse por Timor-Leste e pela presença portuguesa na região

As autoridades indonésias estavam conscientes de que as principais potências ocidentais pouco, ou mesmo nada, se interessariam pelo destino do Timor

¹⁵ “A situação vista do Ultramar”, *Jornal de Notícias* (3 de Maio de 1974).

Português e da presença portuguesa na região. Este raciocínio advinha do facto de que o regime autoritário português nunca foi convidado para participar em importantes organizações regionais de segurança e em conversações secretas internacionais nas quais se traçou o futuro político da região. Esta situação pode-se aferir a dois níveis. Apesar da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTSA)¹⁶ e de Portugal estarem empenhados no combate e na contenção do alastramento do comunismo no Sudeste asiático, Portugal nunca foi convidado para aderir a esta organização, que foi fundada em 8 de Setembro de 1954 (Fernandes, 2000, pp. 126-127) e entrou em funcionamento em 19 de Fevereiro de 1955 (EUA, 1956, p. iv).

No plano estritamente bilateral, visto que seria impossível obter o apoio da OTSA, o único apoio substancial que o regime português logrou alcançar foi dos EUA. Este apoio foi, porém, pontual e visou essencialmente a Índia. Este observou-se em 2 de Dezembro de 1955 no comunicado conjunto americano-portugueses, subscrito por John Foster Dulles e Paulo Cunha, ministros dos Negócios Estrangeiros (Fernandes, 2000, pp. 137 e 626). Todavia, este entendimento caiu por terra com a ascensão de Kennedy ao poder, em 1961 (Rodrigues, 2002, pp. 33-157; Pinto, 2001, pp. 16-19).

Aquando da adopção da política de confronto com o Ocidente relativamente à independência da Malaia pelo presidente Sukarno, o Reino Unido persuadiu os governos dos EUA, da Austrália e da Nova Zelândia a reunirem-se para concertarem uma posição conjunta em relação à Indonésia (Lee, 1997, pp. 84-86; Woodard, 1998, p. 86). Embora circulassem várias informações a afiançar que o Timor Português seria invadido pela Indonésia com o propósito de distrair o Ocidente da questão da Malaia, Portugal não só não foi convidado, como as potências ocidentais tomaram decisões importantes relativamente ao Timor Português e a Portugal.

Logo na primeira sessão das conversações secretas quadripartidas de Washington, que decorreu em Fevereiro de 1963, referentes à região do Sudeste asiático, Portugal não só não foi convidado, como as principais potências ocidentais

¹⁶ A *South East Asia Treaty Organization* (SEATO) integrava a Austrália, os EUA, a França, o Reino Unido, a Nova Zelândia, o Paquistão, as Filipinas e a Tailândia e tinha como objectivo primordial conter a expansão do comunismo na região. Durante os seus 28 anos de vida, o governo português nunca foi convidado para integrar esta organização que se manteve em actividade até 30 de Junho de 1977 (Fernandes, 2000, p. 354).

com interesses na região chegaram a um consenso: não obstarão a uma invasão e anexação do Timor Português pela Indonésia. O governo britânico, por exemplo, argumentou que “[n]either the continuation of Portuguese colonial rule nor an independent Timor make any political or economic sense. The territory should go to the Indonesians and is not worth having a row about it on its own merits”.¹⁷ Na segunda sessão, que teve lugar em Outubro do mesmo ano, as quatro potências ocidentais voltaram a debruçar-se sobre Timor. O apontamento secreto preparado pelo governo britânico não só reiterou a sua posição anterior, como se dispunha a desencorajar os governos da Austrália e da Nova Zelândia de usarem este argumento junto do governo português para o incitarem a procurar uma solução negociada através da ONU, isto é, para salvar a face do regime português.¹⁸ Por outro lado, o mesmo documento recomendava que “[t]here can be no [British] commitment to contribute to the defence of Timor”.¹⁹ Por outras palavras, se os decisores portugueses invocassem a aliança luso-britânica, o governo do Reino Unido recusaria o eventual pedido português. Influenciados pela evolução das conjunturas políticas regional e internacional, o próprio Conselho de Ministros (Cabinet) australiano “accepted the view that in the current state of world opinion, no practicable alternative to eventual Indonesian sovereignty over Portuguese Timor presented itself”, em 5 de Fevereiro de 1963 (Way, 2000, p. 26).

A única excepção a este comportamento foi o fornecimento por vários países ocidentais de múltiplas informações sensíveis a Portugal acerca das actividades da União da República de Timor (URT), o atrofico movimento nacionalista islâmico-malaio timorense que se opôs, politicamente, à presença de Portugal no Timor Português, entre 1960 e 1975 (Fernandes, 2005a, pp. 371-372 e 407-415). Esta atitude de “cooperação” deveu-se, em parte, às fortes objecções colocadas por esta organização à integração da colónia portuguesa na Indonésia (*Ibid.*, pp. 413-415).

Este raciocínio fundamentava-se no que tinha acontecido na Papua-Nova Guiné Ocidental. Entre 1962 e 1969, esta antiga colónia dos Países Baixos foi paulatinamente anexada pela Indonésia, com a conivência das principais potências

¹⁷ “Quadripartite Talks on Indonesia – Washington, February 1963: Secret Steering Brief No. 1, p. 7”, FO 371/1969908, UKNA, Londres.

¹⁸ “Quadripartite Talks on Indonesia – Washington, October 1963: Secret Steering Brief No. 10: Portuguese Timor, p. 6”, FO 371/1969909, UKNA, Londres.

¹⁹ *Ibid.*

ocidentais (Saltford, 2003, pp. 1-4), incluindo com o conhecimento do regime autoritário português, que se recusou a prestar apoio ao movimento independentista papuano, certamente, com receio de eventuais represálias javanesas sobre o Timor Português (Fernandes, 2006b, pp. 329-334), e das Nações Unidas (Saltford, 2003, pp. 1-4).

O eficiente aproveitamento do ambiente geopolítico de guerra fria

Os decisores políticos indonésios aproveitaram-se do ambiente geopolítico de guerra fria para fomentar a ideia que Timor-Leste independente poderia ser um potencial foco de instabilidade política e ser facilmente infiltrado por forças subversivas, nomeadamente da República Popular da China.

Aliás, este tema foi levantado logo desde os primeiros contactos que tiveram com a diplomacia portuguesa. Sob o pretexto que pretendiam normalizar as relações diplomáticas bilaterais, no dia 10 de Maio de 1974, o embaixador da Indonésia em Bruxelas, Franciscus Xaverius Seda,²⁰ deslocou-se a Lisboa para expressar aos novos decisores portugueses as intenções do seu país em relação ao Timor Português. Na audiência que lhe foi concedida pelo secretário-geral do ministério português dos Negócios Estrangeiros, José Calvet de Magalhães,²¹ o político católico indonésio argumentou que o seu governo não tinha quaisquer reivindicações territoriais sobre a colónia portuguesa e que estava contente pela oportunidade que era dada ao povo timorense para se autodeterminar. Porém, sublinhou que “o futuro de Timor, tanto pela sua posição geográfica como pelas suas características etnológicas, pode afectar interesses vitais indonésios, quer politicamente, quer no campo da segurança interna”.²² Para reforçar o seu argumento, advertiu que o Timor Português não

²⁰ Este dirigente político católico indonésio, proveniente da ilha das Flores, tentou persuadir a hierarquia católica do arquipélago das Sundas Menores a convencer o bispo de Dili, D. Jaime Garcia Goulart, a “integrar pacificamente” o Timor Português na Indonésia, em 1963. Na sequência desta iniciativa, exerceu importantes funções ministeriais ininterruptamente, nos regimes de Sukarno e Suharto, durante aproximadamente dez anos, ou seja, entre 1963 e 1973. No último ano, foi acreditado embaixador na Bélgica e no Luxemburgo e junto das Comunidades Europeias (Fernandes, 2006b, pp. 293-295).

²¹ Secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros entre 12 de Agosto de 1971 e 8 de Agosto de 1974 (Portugal, 1979, p. 305).

²² “Informação de serviço, secreta, do adido Miguel de Medeiros Alves, de 28 de Janeiro de 1975, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973/1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

reunia “condições para subsistir como Estado verdadeiramente independente devido: a) escassa preparação política das suas populações[:]; b) não existirem movimentos nacionalistas”.²³ Três razões justificavam a atitude do seu governo. Primeiro, “a possibilidade de o Governo de Lisboa vir a permitir a curto prazo a utilização de Timor-Dili como base de subversão contra a Indonésia”. Segundo, “a possibilidade de ali serem estabelecidos partidos que visassem proteger as referidas actividades subversivas”.²⁴ Terceiro, “a possibilidade de Timor-Dili optar pela independência e de, tombando sob influências estrangeiras, se entregar à promoção de movimentos separatistas nas ilhas vizinhas indonésias que como Timor-Dili foram as Pequenas Sundas”.²⁵

Poucos dias depois, o embaixador da Indonésia em Colombo manifestou ao encarregado de negócios da embaixada de Portugal no Sri Lanka, Gil Saldanha, uma atitude “muito reservada” em relação ao novo regime político português.²⁶ Durante o encontro casual do dia 21 de Maio de 1974, o diplomata indonésio informou o seu homólogo português que “lhe parecia [que] iríamos [ter] problemas em Timor”.²⁷ Perante esta afirmação Gil Saldanha informou no dia seguinte o Palácio das Necessidades que a “Indonésia receando [um] eventual apoio [que os] comunistas indonésios possam receber [na] Província de Timor[,] Jacarta talvez venha [a] favorecer [um] movimento contra [a] nossa administração”.²⁸

Efectivamente, a Indonésia já tinha criado uma associação cívica no terreno para defender a integração do Timor Português no país: a União dos Povos de Timor (UPT), em 27 de Maio de 1974,²⁹ que viria mais tarde a adoptar o nome de Associação para a Integração de Timor na Indonésia (AITI) e, posteriormente, de Associação Popular Democrática Timorense (Apodeti). De acordo com o relatório do

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*, p. 2.

²⁶ “Telegrama n.º 17 da embaixada de Portugal em Colombo de 21 de Maio de 1974” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973/1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*

²⁹ Dois dias antes da criação formal da UPT, o diário protestante *Sinar Harapan*, de Jacarta, publicou uma entrevista com José Fernando Osório Soares, um dos mais categorizados funcionários timorenses da administração portuguesa e um dos principais defensores da integração do Timor Português na Indonésia (Roff, 1992, p. 4).

major Garcia Leandro, embora a UPT não tivesse revelado “na totalidade o seu programa”, defendia que “[a] sua ligação à Indonésia, advém da lógica muito clara de não acreditarem na viabilidade da independência total, e de não acreditarem também que, na hipótese de ligação a Lisboa, esteja a Metrópole na disposição de lhes garantir eficazmente a sua segurança”.³⁰ Todavia, Garcia Leandro observou que era uma exígua associação, que contava com o apoio de “500 pessoas, com incidência na população islamizada”.³¹

Não obstante a última opinião, o subdirector-geral da Europa do Departemen Luar Negeri, embaixador Hadipramudjo, recebeu o cônsul-geral português, Guilherme de Sousa Girão, no dia 6 de Junho de 1974. O propósito da audiência foi o pedido de informações “sobre a situação política portuguesa, muito em especial os seus reflexos em Timor”. A Indonésia fazia o acompanhamento da situação através das suas embaixadas em Londres, Paris e Roma, “esquecendo-se” de mencionar a embaixada em Bruxelas.³² Essencialmente, Hadipramudjo pretendia “saber se haveria algum plano estabelecido para o que chamou de democratização de Timor muito em especial quanto a partidos políticos (suas tendências e eventuais ligações com [a] metrópole) e ao referendun ou plebiscito de que agora se fala”.³³

Entretanto, com o intuito de vulnerabilizar a administração portuguesa e criar um pretexto para a integração forçada de Timor na Indonésia, um destacado membro da ala intransigente do regime alegou que elementos comunistas chineses

³⁰ Os majores Rebelo Gonçalves e Garcia Leandro foram nomeados pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), general Costa Gomes, “como seus delegados” e pelo ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, para exercerem “as funções de observadores/conselheiros” junto dos governos e dos comandos militares de Timor e de Macau. Estiveram no primeiro território, entre os dias 27 e 30 de Maio. A UPT foi criada na véspera do encontro agendado entre estes dois oficiais com as associações cívicas, isto é, no dia 28 de Maio (“Relatório, secreto, sobre a Missão de Serviço a Timor, dos majores Rebelo Gonçalves e Garcia Leandro, s.d., p. 1.” in “Relatórios sobre a Missão de Serviço a Macau e Timor, 1974”, MCI/GM/Pt. 3, AHU, Lisboa.

³¹ *Ibid.*, p. 7.

³² É interessante esta omissão. Será porque Seda não era um diplomata de carreira, mas sim um embaixador político, ou porque era do arquipélago das Sundas Menores e não inspirava confiança dos javaneses? Só um estudo aprofundado sobre esta matéria é que poderá elucidar este importante fenómeno.

³³ “Telegrama n.º 61 do cônsul-geral de Portugal em Jacarta, de 6 de Junho de 1974, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: pedido de facilidades para militares portugueses e seus familiares com destino a Timor, 1974”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

estavam a entrar na Indonésia através do Timor Português. O director-geral da BAKIN,³⁴ o tenente-general Yoga Sugama,³⁵ prestou estas falsas declarações à comissão de Assuntos de Segurança e de Defesa do Dewan Perwakilan Rakyat – DPR (Câmara dos Representantes da Indonésia), no dia 22 de Junho de 1974.³⁶

Para reforçar o teor desta desinformação, o diário *Merdeka* publicou um artigo dias depois no qual revelava que as autoridades de Imigração javanesas tinham detido mais de 170 imigrantes ilegais chineses nos primeiros quatro meses do ano.³⁷ Segundo as mesmas fontes “[m]ost of them are being detained for suspected subversive activities and in connection with narcotics cases”. Por seu turno, o porta-voz do serviço de Imigração, Subyakto, declarou que a maioria dos imigrantes eram cidadãos chineses que tinham deixado a Indonésia em 1966, quando o governo indonésio reforçou a proibição da dupla nacionalidade e interditou os chineses de possuírem lojas e negócios nas pequenas e médias povoações. Para atenuar o fluxo de imigrantes ilegais chineses, de acordo com a *Agence France-Presse*, o serviço de Imigração da Indonésia tinha criado uma delegação em Atambua após terem circulado relatórios acerca da entrada no Timor Português de imigrantes ilegais chineses provenientes de Hong Kong e de Macau.³⁸ No dia 3 de Julho de 1974, o referido oficial indonésio declarou que tinham “sido encontrados dentro [do] território [da] Indonésia vários chineses da República Popular [da] China entrados aqui ilegalmente através, disse, de Timor português, além de outras áreas fronteiriças”.³⁹ A declaração foi considerada gravíssima e “intencionalmente escolhida”⁴⁰ pelo representante consular português, que passou a acreditar “que [o] Timor português é aqui visto sobretudo num plano de segurança política, militar ou estratégica para esta zona e obviamente para este país”.⁴¹

³⁴ A *Badan Koordinasi Intelijen Negara – BAKIN* (Agência Coordenadora de Informações do Estado) foi o principal serviço coordenador central de informações civis da Indonésia, entre 1967 e 2001. O tenente-general Yoga Sugama dirigiu este organismo entre 1974 de 1989 (Cribb e Kahin, 2004 [1992], p. 36).

³⁵ Assumiu este importante cargo em 28 de Janeiro de 1974 (Way, 2000, p. 852).

³⁶ “Jakarta runs visa checks”, *Hong Kong Standard* (24 de Junho de 1974), p. 1; “HK named a stopover for migrants”, *South China Morning Post* (24 de Junho de 1974), p. 1.

³⁷ “Jakarta’s unwanted Chinese seek back-door entry: passport racket in Macao”, *Hong Kong Standard* (28 de Junho de 1974), p. 16.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ “Telegrama n.º 73 do cônsul-geral de Portugal em Jacarta, de 5 de Julho de 1974, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: entrada ilegal na Indonésia de indivíduos provenientes da República Popular da China, de Hong Kong e Macau através do Timor Português, 1974/1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 2.

⁴¹ *Ibid.*

De imediato, o encarregado do governo de Timor, tenente-coronel Nívio Herdade, interpelou, no dia 3 de Julho, o consulado indonésio sobre esta matéria. O cônsul Eliza Meskers Tomodok (Fernandes, 2006, pp. 305-306), informou o encarregado do governo que o despacho da *Agence France-Presse*, do passado dia 26 de Junho, defendia “between 1974 till 1979 the BAKIN (Intelligence Board of the Republic of Indonesia) presumes that Portuguese Timor will be used by the Chinese from the mainland of China as a gate to the subversion into Indonesia”.⁴²

Apesar de alegadamente se tratar de um estudo prospectivo da BAKIN, o tenente-coronel Nívio Herdade informou Almeida Santos que a campanha de desinformação tinha tido continuidade. Em Agosto o governo de Timor teve conhecimento que em Jacarta o tenente-general Sugeng Widodo, comandante da II região militar e intérprete de Suharto (Way, 2000, p. 853), declarou “que mais de um milhar de chineses, que deixaram a Indonésia nos anos sessenta, estaria regressando ilegalmente à Indonésia, acrescentando que a maior parte entrava no país proveniente de Hong Kong via Singapura e outros via Davão e Timor Português”.⁴³

Interpelado pelo cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, Carlos Simões Coelho, acerca do teor das declarações de Sugama, o governador de Macau, general Nobre de Carvalho, informou desconhecer “qualquer movimento movimento Macau/Timor de indivíduos oriundos da China”.⁴⁴ A mesma opinião foi partilhada pelo encarregado do governo de Timor, que após ter ordenado uma investigação ao fluxo fronteiriço, “constatou-se um diminuto movimento de indivíduos chineses não naturais de Timor, tanto português, como indonésio. [...] Pelo que nos é dado conhecer, não têm sido detectados pelas nossas autoridades quaisquer movimentos

⁴² “Ofício n.º 1605 do encarregado do governo de Timor, tenente-coronel Nívio Herdade, para o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, de 18 de Setembro de 1974, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: entrada ilegal na Indonésia de indivíduos provenientes da República Popular da China, de Hong Kong e Macau através do Timor Português, 1974/1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ “Telegrama n.º 141 do cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, de 22 de Julho de 1974” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: entrada ilegal na Indonésia de indivíduos provenientes da República Popular da China, de Hong Kong e Macau através do Timor Português, 1974/1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

clandestinos de pessoas chinesas na fronteira com o Timor Indonésio”.⁴⁵ Para não dar azo a uma intensificação da desinformação indonésia neste domínio, Nívio Herdade exortou “às autoridades policiais da fronteira o maior cuidado e vigilância sobre o tráfego de pessoas na referida fronteira”.⁴⁶

Aquando da visita a Jacarta do ministro Almeida Santos, em Outubro de 1974, o cônsul-geral de Portugal tentou obter junto dos decisores políticos indonésios – nomeadamente, do ministro Adam Malik – provas que confirmassem as declarações do tenente-general Yoga Sugama. Numa atitude de má-fé, o chefe da diplomacia javanesa declarou que a informação tinha sido fornecida pelo consulado da Indonésia em Díli a partir de uma informação prestada por um administrador português.⁴⁷ Esta atitude levou Guilherme de Sousa Girão a confessar ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que “creio hoje que se tratou, no fundo, de uma manobra de certas autoridades da Indonésia na evolução da posição política deste país relativamente a Timor, no sentido de chamar a atenção para o eventual perigo que Timor poderia constituir para a Indonésia no caso de ali se criar uma zona de instabilidade ou insegurança”.⁴⁸

No dia 5 de Setembro de 1974, Franciscus Xaverius Seda, voltou a deslocar-se a Lisboa. No encontro que teve com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos, reiterou os princípios genéricos que tinha expresso anteriormente ao embaixador José Calvet de Magalhães e tentou explorar divisões no seio dos decisores políticos portugueses. Neste âmbito, indagou se o “governo português tinha conhecimento de qualquer interferência por parte da República Popular da China”,⁴⁹

⁴⁵ “Ofício n.º 1605 do encarregado do governo de Timor, tenente-coronel Nívio Herdade, para o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, de 18 de Setembro de 1974, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: entrada ilegal na Indonésia de indivíduos provenientes da República Popular da China, de Hong Kong e Macau através do Timor Português, 1974/1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 2.

⁴⁷ “Ofício n.º 92, confidencial, do cônsul-geral de Portugal em Jacarta, de 22 de Outubro de 1974” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: entrada ilegal na Indonésia de indivíduos provenientes da República Popular da China, de Hong Kong e Macau através do Timor Português, 1974/1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ “Relato de conversa entre Jorge Campinos e o embaixador Frans Seda, 5 de Setembro de 1974, p. 2” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa; “Informação de serviço, secreta, do adido Miguel Medeiros Alves, 28 de Janeiro de 1975, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

tentando fazer vingar a tese que já tinha sido refutada pelas autoridades portuguesas. Com o propósito de se prepararem adequadamente para a cimeira entre Suharto e Whitlam, o embaixador Seda interpelou o secretário de Estado acerca da existência de “qualquer diferendo com a Austrália no que se refere ao estatuto actual e futuro de Timor”.⁵⁰ A resposta de Jorge Campinos foi “que à excepção dos problemas da definição da plataforma continental não existia qualquer contencioso”.⁵¹ Após a reunião, os interlocutores portugueses concluíram erradamente que: “1) o Governo da Indonésia apoiará as iniciativas do Governo português desde que garantida a não influência na zona tanto da República Popular China como da URSS; 2) a solução que mais agradaria ao Governo da Indonésia seria um estatuto de federação com Portugal”.⁵²

A invocação da ameaça “maoísta” não era só feita em Jacarta e Lisboa. Também viria a ser habilmente explorada pelo cônsul da Indonésia em Díli. De acordo com o relatório do inspector administrativo António Policarpo de Sousa Santos, que se deslocou a Timor entre 20 de Agosto e 9 de Setembro de 1974, por incumbência do ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e do secretário de Estado da Administração, Deodato de Azevedo Coutinho, “tivemos conhecimento de que o cônsul da Indonésia e o pessoal do seu Consulado, não perdem uma oportunidade para manifestarem as apreensões do seu Governo, de que Timor possa vir a ser um campo aberto para uma infiltração ‘maoísta’, nos seus territórios”.⁵³

Todavia, como observou o inspector Santos, a comunidade chinesa no Timor Português não estava, de forma alguma, alinhada com o regime de Mao Zedong, mas sim com o do generalíssimo Jiang Jieshi [Chiang Kai-shek], sediado no arquipélago da Formosa/Taiwan.⁵⁴ Por esta razão não se mostrou convencido “com

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ “Informação de serviço, secreta, do adido Miguel Medeiros Alves, 28 de Janeiro de 1975, p. 3” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁵² *Ibid.*; “Relato de conversa entre Jorge Campinos e o embaixador Frans Seda, 5 de Setembro de 1974, p. 3” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa

⁵³ “Relatório da visita a Timor do inspector administrativo, António Policarpo de Sousa Santos, de 9 de Setembro de 1974, pp. 20-21” in “Visita a Timor de 20 de Agosto a 9 de Setembro de 1974”, Espólio particular de António Policarpo de Sousa Santos, AHU, Lisboa.

⁵⁴ Esta afirmação foi confirmada no nosso estudo sobre a evolução das relações luso-formosinas, entre 1949 e 1975 (Fernandes, 2006c, pp. 819-820).

as aparentes apreensões do ‘arguto’” cônsul indonésio.⁵⁵ Mas existiam outras variáveis que demonstravam que este argumento era erróneo. A mais importante de todas era o facto de que o regime da China continental estava a passar por uma grave crise de sucessão, tendo a sua elite política centrado todos os seus esforços em assuntos eminentemente internos – nomeadamente, na luta pelo poder –, contribuindo para a paralisação da sua política externa (Lu, 1997, pp. 56-60; Fernandes, 2000, pp. 329-353; Fernandes, 2003a, pp. 1109-1111; Fernandes, 2006a).

Após a cimeira de Wonsobo, entre o presidente Suharto e o primeiro-ministro Whitlam, que analisaremos na secção respeitante à Austrália, o embaixador Seda, acompanhado pelo coronel Mohammed, mensageiro de gabinete do major-general Ali Murtopo, adjunto da presidência da República da Indonésia e subdirector-geral da BAKIN, deslocaram-se a Lisboa. O encontro decorreu, mais uma vez no ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de Setembro de 1974, com o secretário de Estado Jorge Campinos. No decorrer da reunião Seda informou que enquanto as duas reuniões anteriores tinham sido resultado de “esforços, até aí pessoais, dele Embaixador, embora feitos com o conhecimento do seu Governo, eram deste modo transferidos a um nível mais elevado”,⁵⁶ isto é, passava para a alçada do major-general Ali Murtopo. Este pretendia encontrar-se com as mais categorizadas autoridades portuguesas, nomeadamente, o chefe de Estado, o primeiro-ministro e os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial para tratar de três assuntos específicos: “o processo de descolonização de Timor”, o reatamento das relações diplomáticas e a troca de “informações recíprocas sobre a situação política”.⁵⁷

Atendendo a que a Indonésia tinha incrementado exponencialmente o seu apoio à incipiente Apodeti, o embaixador Seda defendeu que o governo português “não deveria [...] estranhar que alguns membros do Governo da Indonésia fizessem

⁵⁵ “Relatório da visita a Timor do inspector administrativo, António Policarpo de Sousa Santos, de 9 de Setembro de 1974, p. 21” in “Visita a Timor de 20 de Agosto a 9 de Setembro de 1974”, Espólio particular de António Policarpo de Sousa Santos, AHU, Lisboa.

⁵⁶ “Relato de conversa de Jorge Campinos com o embaixador Seda e o mensageiro do general Ali Murtopo, de 13 de Setembro de 1974, p. 1” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa; “Informação de serviço, secreta, do adido Miguel Medeiros Alves, 28 de Janeiro de 1975, p. 4” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁵⁷ *Ibid.*

declarações no sentido de, indo ao encontro das expectativas da opinião pública, definirem uma posição governamental. No entanto, estava em condições de declarar que não havia por parte do seu Governo nenhum desejo de anexação e que a vontade expressa pela população seria respeitada”.⁵⁸ Apesar desta asserção, os decisores do ministério dos Negócios Estrangeiros inferiram “que 1. o governo indonésio fará o possível para integrar Timor na Indonésia, sem no entanto pôr em causa as boas relações que quer, neste momento, manter com Portugal. 2. Tal atitude não era susceptível de se concluir do encontro tido anteriormente (5/9/74) com o Embaixador Seda”.⁵⁹

Com o intuito de influenciar os australianos que os dirigentes portugueses queriam entregar Timor à Indonésia, os indonésios passaram-lhes informações deturpadas. O assessor do major-general Ali Murtopo, Harry Tjan, o interlocutor privilegiado do embaixador australiano em Jacarta, Robert William Furlonger, informou-o que durante o encontro do dia 13, “Campinos expressed agreement with the Indonesian view that Portuguese Timor should become part of Indonesia” (Way, 2000, p. 106). Atendendo à sua enorme importância, o embaixador Furlonger enviou de imediato um telegrama ao seu ministro Don Willesee (*Ibid.*). Baseando-se no telegrama do embaixador Furlonger, quatro dias depois o chefe da repartição da Ásia do Sul do DFA,⁶⁰ G. B. Feakes, apresentou um apontamento ao primeiro-ministro E. G. Whitlam no qual informava-o que na reunião de Lisboa entre Campinos, Seda e Mohammed, “the two countries should work towards forming a joint Portuguese-Indonesian administration of Portuguese Timor” (*Ibid.*, p. 108). Para além da desinformação fornecida pelos indonésios, o próprio DFA envolveu-se na deturpação da notícia. Já não se tratava meramente da entrega de Timor, mas também do estabelecimento de um condomínio.

Porém, este departamento governamental concluiu muito rapidamente que a Indonésia estava a deturpar completamente as declarações proferidas por Campinos

⁵⁸ “Relato de conversa de Jorge Campinos com o embaixador Seda e o mensageiro do general Ali Murtopo, de 13 de Setembro de 1974, p. 1” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa; “Informação de serviço, secreta, do adido Miguel Medeiros Alves, 28 de Janeiro de 1975, pp. 2 e 4” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁵⁹ “Telegrama n.º 17 da embaixada de Portugal em Colombo de 21 de Maio de 1974, p. 4” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973/1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁶⁰ Department of Foreign Affairs (ministério australiano dos Negócios Estrangeiros).

a Mohammed e a Frans Seda. Desconfiados do teor, sob instruções de Camberra o embaixador australiano em Lisboa encontrou-se com Jorge Campinos no dia 7 de Outubro. De acordo com Frank Bell Cooper, Jorge Campinos nunca indicou durante a audiência “that he saw any virtue (on the contrary) in incorporation with Indonesia” (Way, 2000, p. 118). O embaixador australiano ficou convencido que Campinos “is clearly suspicious of Indonesian motives and it is equally clear that there is considerably less understanding between Lisbon and Jakarta than Harry Tjan would have us believe” (Ibid., p. 118).

Para além de fornecerem informações completamente deturpadas aos decisores políticos australianos, tentaram reforçar a sua postura recorrendo a uma desinformação pública. No dia 18 de Setembro, a agência noticiosa indonésia Antara divulgou um despacho de Abdul Razak no qual defendia que o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, tinha oferecido Timor à Indonésia. Segundo este jornalista, o major-general Ali Murtopo tinha declarado na sessão de encerramento de um curso de jornalismo, no dia 17 de Setembro, que “the Portuguese Foreign Minister Mário Soares has stated in favour of Portuguese Timor island becoming part of Indonesia”.⁶¹

A despeito da atribuição de falsas declarações a Mário Soares, o chefe da diplomacia portuguesa encontrou-se com o seu homólogo indonésio, Adam Malik, na missão diplomática permanente de Portugal junto da ONU, em Nova Iorque, em 24 de Setembro de 1974.⁶² No encontro Soares defendeu que seria realizado “um referendo ou consulta às populações no sentido de saber qual desejam que seja o seu futuro estatuto: ou independência completa ou a manutenção de vínculos com Portugal”,⁶³ após as eleições legislativas em Portugal, previstas para o mês de Março de 1975.⁶⁴ Soares acrescentou que “[s]ó depois disso e no caso de se ter optado em referendo pela independência completa é que o novo país independente, poderá

⁶¹ “Telegrama n.º 99 do consulado de Portugal em Jacarta, de 18 de Setembro de 1974” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa.

⁶² “Anunciadas em Jacarta conversações luso-indonésias sobre o futuro de Timor”, *Diário de Notícias*, ano 110, n.º 38.972 (26 de Setembro de 1974), pp. 1 e 5.

⁶³ “Relato de conversa do encontro de Sua Excelência o Ministro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, de autoria de Manuel de Sá Machado, adjunto do ministro dos Negócios Estrangeiros, de 3 de Outubro de 1974, p. 1” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 1.

então se o desejar estabelecer quaisquer vínculos associativos com países vizinhos ou limítrofes”.⁶⁵ Malik reiterou os princípios de não ingerência nos assuntos internos de Timor, mas adiantou que “havia problemas globais de segurança para a Indonésia que importaria considerar. Haveria a preocupação por parte do governo indonésio de que numa eventual deterioração da situação em Timor forças extremistas ligadas a interesses estranhos aquele país pudesse por em perigo a segurança da Indonésia”.⁶⁶

Mário Soares reiterou esta posição na reunião tripartida que teve com os seus homólogos da Austrália e da Indonésia, senador Don Willesee e Adam Malik, respectivamente. No encontro de 26 de Setembro de 1974, o chefe da diplomacia portuguesa destacou que desejava que os três países mantivessem “close contact over the coming months” (Way, 2000, p. 113).

Para obter o beneplácito das restantes potências ocidentais para a sua política de anexação de Timor-Leste, os indonésios voltaram a deturpar os resultados dos encontros de Lisboa e Londres, alegando que as autoridades portuguesas lhe tinham “oferecido” a colónia. Na sequência da sua visita ao Timor Português, o major-general Ali Murtopo e o seu secretário Halim deslocaram-se a Lisboa, acompanhados pelos embaixadores da Indonésia em Paris, Achmad Tahir, e em Bruxelas, Frans Seda. No dia 14 de Outubro tiveram encontros com Mário Soares e Jorge Campinos, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, respectivamente. No dia seguinte, foram recebidos pelo general Costa Gomes, chefe de Estado; pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, chefe do governo; e, pelo ministro sem pasta, major Melo Antunes.⁶⁷

Embora não tivéssemos encontrado relatos ou apontamentos das conversas tidas com os chefes de Estado e de governo com Murtopo e a sua delegação, o relatório do encontro entre Melo Antunes⁶⁸ já apontava para versão “deficiente”, “tendenciosa”⁶⁹ ou deturpada dos indonésios acerca dos contactos que conseguiram manter

⁶⁵ *Ibid.*, p. 2.

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ Para além do próprio ministro sem pasta, a delegação portuguesa contava com a presença do secretário de Estado da Administração do ministério da Coordenação Interterritorial, Deodato Azevedo Coutinho, e o major António Arnão Metello (Riscado, pp. 53-54; “Relatório, muito secreto, do encontro entre a delegação do governo indonésio, chefiado pelo general Moertopo e o ministro Melo Antunes em 15 de Outubro de 1974, de autoria do major António Arnão Metello, de 16 de Outubro de 1974, p. 1” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa.

⁶⁸ *Ibid.* 3.

⁶⁹ *Ibid.*

com as autoridades portuguesas. Para o ministro sem pasta, o entusiasmo de Murtopo estava relacionado com a alegada declaração da “inviabilidade” da independência de Timor. Murtopo teria chegado a esta interpretação por cinco razões fundamentais. Primeiro, que “da parte do Governo Português não havia reacção ‘ab initio’ contra uma eventual ligação de Timor à Indonésia”. Segundo, tinham entendido que as autoridades portuguesas não pretendiam abandonar o território e entregá-lo “a um aventurismo político [...] pseudo-independente”. Terceiro, porque pensavam que era exequível uma “progressiva intensificação” do intercâmbio económico e social entre os dois territórios. Quarto, por terem deduzido a aceitação por parte das autoridades portuguesas da Apodeti. Quinto, que as autoridades portuguesas pudessem “limitar ou condicionar de forma explícita o grupo político pró-independência e que, além disso, vá iniciar uma actuação “rádio, imprensa, etc.) de certa agressividade contra aquele ideário”.⁷⁰

Esta versão dos acontecimentos viria a ser confirmada pelo embaixador australiano em Lisboa e por Lemos Pires. O embaixador Frank Bell Cooper informou Camberra em 14 de Outubro de 1974 que a versão das conversações de Ali Murtopo com Mário Soares e Jorge Campinos não era correcta e acrescentou que quando o interpelou acerca dos detalhes das conversações ficou convencido que “the Portuguese had given nothing away in regard to their own wishes or attitudes to Timor’s future”. Acrescentou, de imediato, contudo, que “Ali does not seem to realise this” (Way, 2000, p. 119).

Opinião idêntica foi partilhada pelo embaixador australiano em Jacarta. De acordo com Furlonger⁷¹, Harry Tjan, destacado membro do influente Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Jacarta, tinha-lhe confessado que “the Indonesians did not receive any outright assurance from the Portuguese that the latter themselves favour the incorporation of Portuguese Timor into Indonesia. This emerged only by implication from the fact that Portugal was not anxious to continue its administration of the territory and that they regarded independence unrealistic” (*Ibid.*, p. 125).

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ Chefe da missão diplomática australiana em Jacarta entre 11 de Março de 1972 e 18 de Dezembro de 1974 (Way, 2000, p. 846).

Por seu turno, o último governador de Timor considerou que a deslocação de Murtopo “caracterizou-se por grande descoordenação nos contactos havidos de tal forma que, no final, o general Moertopo extrai conclusões que possivelmente não corresponderiam ao consenso das ideias das altas entidades contactadas, as quais foram exploradas em reuniões posteriores e terão dado uma falsa visão de qual seria a posição de Portugal na descolonização de Timor” (Pires, 1981, p. 21).

Mas a deturpação deliberada dos resultados dos encontros também se verificou em relação à reunião de Londres. Com o propósito de moderarem as emissões das rádios Kupang e Atambua e o comportamento do cônsul da Indonésia em Dili, reuniram-se delegações dos dois países, no dia 9 de Março de 1975, na capital britânica. Ali Murtopo⁷² insistiu junto da delegação portuguesa⁷³ que a única forma de garantir a estabilidade na região seria a integração de Timor na Indonésia e opôs-se à formação de um governo provisório constituído por timorenses durante o período de transição e ao projecto de descolonização de Timor, apresentado pelo juiz desembargador Valadas Preto, delegado do ministério da Coordenação Interterritorial, aos três partidos timorenses, em Dezembro de 1974 (Riscado, 1981, p. 74; Crystello, 1999, p. 72). Por outro lado, sugeriram a criação de um condomínio em Timor para condicionar a acção do governador e dos timorenses e solicitaram a Portugal que não internacionalizasse o problema. Todavia, como observou Almeida Santos, “a delegação de Lisboa não cedeu e regressou mais tranquila por lhe parecer que a tensão abrandara” (2006b, p. 322).

Por outro lado, segundo o telegrama secreto enviado pela embaixada australiana em Jacarta para Camberra sobre o mesmo assunto, no dia 23 de Março de 1975, Lim Bian Kie, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Jacarta e secretário particular de Ali Murtopo, o último informou que o presidente Suharto concordaria com a redução da tensão em Timor (Way, 2000, p. 230). De acordo com os australianos “[t]he Portuguese had rejected his[, Murtopo,] proposal for an

⁷² A delegação da Indonésia era constituída pelo próprio Murtopo e os embaixadores de Jacarta em Londres e Paris, almirante R. Subono e Achmad Tahir, respectivamente (Dunn, 1983, p. 90).

⁷³ Por seu turno, a delegação portuguesa era composta por Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial; major Vítor Alves, ministro sem pasta; Jorge Campinos, secretário de Estados Negócios Estrangeiros; major Francisco Mota, chefe do gabinete de Assuntos Políticos do governo de Timor; e, Paulo Lima de Castilho, chefe de gabinete do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (Riscado, 1981, p. 77).

Advisory Council, consisting of representatives of Portugal and Indonesia, to operate to ensure integration with Indonesia; Portugal had already undertaken to maintain full responsibility for the territory until its future had been determined. In response to Portuguese objections to blatant support of Apodeti by the Indonesian Consul in Díli, Murtopo agreed to remove him” (Ibid.). A opinião de Lim Bian Kie que os dois países tinham encontrado alguns pontos de convergência em Londres, foi, contudo, questionada por Harry Tjan, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Jacarta. O último argumentou junto da embaixada australiana “that the Portuguese and Indonesian positions still seemed far apart” (Ibid.).

Esta opinião foi reforçada na informação de serviço apresentada pelo DFA ao primeiro-ministro E. G. Whitlam, em 31 de Março de 1975. De acordo com este documento “it would seem still to fall far short of what the Indonesians really want – a privileged place for Apodeti and an agreement by Portugal to influence the Timorese in the direction of integration with Indonesia” (Ibid., p. 234). Dois dias mais tarde, o embaixador australiano em Lisboa, Frank Bell Cooper, reuniu-se com Almeida Santos para abordarem os resultados da reunião de Londres. No decorrer do encontro, o representante diplomático australiano confirmou as grandes divergências entre ambas as partes. No final do encontro, Frank Bell Cooper recordou Almeida Santos do seu compromisso “to let me have a copy of the Portuguese record of the London talks and he obliged. The document is classified ‘most classified, most secret’ and runs to 22 pages.⁷⁴ We shall forward translation by next safe hand bag. The record shows that Ali gave very little away and in substance did not go beyond saying that he would convey the Portuguese views to President Suharto. He is not on the record as having agreed to anything. There is thus wide divergence of views between the two sides and, in the light of Jakarta’s reports, Santos has very little reason to be optimistic” (Way, 2000, p. 243).

Em suma, tanto os encontros de Lisboa como de Londres, presididos na parte indonésia pelo major-general Ali Murtopo, visaram essencialmente deturpar os resultados alcançados para criar a impressão junto da opiniões públicas nacionais, regional e internacional que as autoridades portuguesas tinham instigado, senão mesmo oferecido Timor-Leste à Indonésia.

⁷⁴ O número de páginas do relatório do encontro de Londres foi confirmado por Almeida Santos (2006b, p. 323).

A intensificação da campanha de destabilização de Timor e invasão

Com o intuito de reforçar a campanha de destabilização de Timor, os serviços de informações, de defesa e de segurança e os órgãos de propaganda da Indonésia recorreram à designação de “comunistas” dos decisores políticos portugueses em Timor e em Portugal. Esta classificação era, contudo, falsa. No dia 3 de Julho de 1975, o embaixador australiano informava Camberra que os assuntos de Timor estavam sob a orientação dos moderados em Portugal (Almeida Santos, Jorge Campinos e Vítor Alves) e que o país estava a preparar-se para se manter no território durante mais de três anos. Por decisão do secretário-geral adjunto do DFA, Richard A. Woolcott, foi dado conhecimento aos indonésios, nomeadamente Harry Tjan (Way, 2000, pp. 284-285).

A despeito desta informação, na segunda quinzena de Julho de 1975, o presidente Suharto proferiu uma declaração “em que afirmou que Timor Português não tem condições económicas para ser independente e que por outro lado também não deverá permanecer ligado a Portugal, devido à enorme distância e que além disso a maioria do povo quer a integração na Indonésia”.⁷⁵ Uma das consequências desta declaração foi a intensificação do plano indonésio de destabilização de Timor, que culminou no golpe da UDT. Após a deslocação a Jacarta de uma delegação desta organização política,⁷⁶ entre os dias 25 de Julho e 6 de Agosto (Pires, 1981, p. 227; Acácio, 2006, p. 27), e de uma greve apoiada pela última em Díli no dia 9 de Agosto (Pires, 1994 [1991], p. 190; Barrento, 1988, p. 34), verificou-se uma “acção armada/golpe de força” da UDT, na noite de 10 para 11 de Agosto. Muito rapidamente Timor caiu na guerra civil (Riscado, 1981, p. 175; Cascais, 1977, pp. 57-63, Thomaz, 1977, pp. 80-81), sob instigação do governo javanês.⁷⁷

⁷⁵ “Relatório Semanal de Informações, confidencial, da divisão F da SDCI, de 22 a 28 de Julho de 1975, p. 5” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, ACR, vol 12, n.º 98, IAN/TT, Lisboa. Informação confirmada por Riscado, 1981, p. 76 e pelo *Diário de Notícias* (“Declarações de Suharto causam inquietação em Timor”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.222 (22 de Julho de 1975), p. 9).

⁷⁶ A delegação era constituída por João Carrascalão (Pires, 1994 [1991], p. 189), Francisco Xavier Lopes da Cruz (Way, 2000, p. xxii; Pires, 1981, p. 227) e Domingos de Oliveira (Hill, 2002, p. 139).

⁷⁷ De acordo com o relatório semanal, confidencial, do Serviço Director e Coordenador de Informações (SCDI) do Conselho da Revolução, alusivo ao período de 26 de Agosto a 1 de Setembro de 1975, o “golpe foi precedido por conversações de dirigentes deste partido com as autoridades da Indonésia e por uma greve, cujo fim era expulsar os comunistas de Timor, identificados como sendo a Fretilin” (“Relatório Semanal de Informação, confidencial, do SCDI do CR, referido ao período de 26 de Agosto a 1 de Agosto de 1975, p. 8” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, ACR, vol. 12, n.º 98, doc. 15, IAN/TT, Lisboa).

O golpe contou com o apoio do comandante da PSP, tenente-coronel Maggiolo Gouveia, em 14 de Agosto, “o que teve um impacto muito forte na revitalização” (Barrento, 1988, p. 35) do pró-indonésio Movimento Anti-Comunista (MAC).⁷⁸ A declaração deste elemento da periclitante administração foi prosseguida “[n]o dia seguinte aderiram as companhias de Lospalos e Baucau” (Ibid.). Na opinião do antigo chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Independente de Timor, coronel António Martins Barrento, “[s]e já era difícil conseguir o apartidarismo dos militares de Timor, a partir desse momento tal objectivo tornou-se ainda mais distante” (Ibid.)

A conjuntura caiu num impasse. A “Fretilin reagiu conseguindo a aderência da maior parte das unidades de Timor, dominando actualmente a maior parte do território”.⁷⁹ Esta observação foi confirmada por Almeida Santos quando regressou a Lisboa, em 15 de Setembro de 1975. Segundo o SCDI, este político confirmou o “controle praticamente total do território pela Fretilin, não criando quaisquer dificuldades de maior relativamente aos contactos com Portugal”.⁸⁰

Não obstante terem incentivado a “acção de força” da UDT, os decisores políticos indonésios ficaram apreensivos acerca do desfecho do golpe. As autoridades javanesas receavam que a UDT e os grupos que a apoiavam não tinham capacidade para se impor à Fretilin. A preocupação reflectiu-se, por exemplo, na reunião contínua entre o presidente Suharto e os seus ministros da Defesa, e os comandantes militares, entre os dias 11 e 12 de Agosto. Por outro lado, foram restringidas as entrevistas concedidas pelos decisores indonésios, bem como a divulgação dos resultados da reunião ordinária semanal do conselho de ministros.⁸¹

Os únicos responsáveis indonésios que se pronunciaram publicamente sobre a situação em Timor-Leste foram o ministro da Defesa e da Segurança e o chefe de

⁷⁸ Esta frente pró-Indonésia era constituída pela UDT e a Apodeti e os grupúsculos Partido Trabalhista, instituído em 5 de Setembro de 1974, e o KOTA, criado em 20 de Novembro de 1974, aparecendo referenciada pela primeira em 4 de Setembro de 1975 (Riscado, 1981, p. 251).

⁷⁹ “Relatório Semanal de Informação, confidencial, do SCDI do CR, referido ao período de 26 de Agosto a 1 de Agosto de 1975, p. 8” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, ACR, vol. 12, n.º 98, doc. 15, IAN/TT, Lisboa.

⁸⁰ “Relatório Semanal de Informação, confidencial, do SCDI do CR, referido ao período de 10 a 16 de Setembro de 1975, p. 8” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, ACR, vol. 12, n.º 98, doc. 13, IAN/TT, Lisboa.

⁸¹ “Telegrama n.º 112 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 12 de Agosto de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

Estado-Maior do *Kopkamtib*.⁸² Numa tentativa para apaziguar os demais Estados da região, o responsável pela pasta da Defesa, general Maraden S. H. Panggabean, revelou, no dia 12 de Agosto, que a situação em Timor não deveria prejudicar a cooperação da Indonésia com a Austrália, a Nova Zelândia e os membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA),⁸³ países que a Indonésia sabia que tinham aceite o princípio de que o Timor Português não deveria afectar a estabilidade regional.⁸⁴ Por seu turno, para justificar a necessidade de uma eventual intervenção directa em Timor-Leste, caso o golpe da UDT falhasse, o almirante Sudomo,⁸⁵ chefe de Estado-Maior da *Kopkamtib*, defendeu, no mesmo dia, que a “Indonesia will take the necessary measures in facing any developments in Portuguese Timor that might endanger and threaten national stability in the country”.⁸⁶

Entretanto, com o propósito de “tomar conhecimento”⁸⁷ da conjuntura prevalente em Timor-Leste, atendendo a que as comunicações entre Lisboa e Díli e no sentido contrário ficaram seriamente comprometidas na sequência do golpe da UDT,⁸⁸ o presidente da República, general Costa Gomes, enviou a Díli o seu adjunto

⁸² O Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem Pública (*Kopkamtib*) foi criado com o intuito de eliminar a influência do Partido Comunista da Indonésia (PKI) dos órgãos de poder do país, das forças armadas e da administração pública, em 10 de Outubro de 1965. No início do decénio de 1970, passou a exercer poderes de detenção discricionários e foi-lhe atribuída a gestão da colónia penal da ilha de Buru para prisioneiros políticos (Cribb e Kahin, 2004, p. 218; Heryanto, 2006, p. 9-10).

⁸³ Conhecida, também, por *Association of South-East Asian Nations (ASEAN)*. Foi constituída em Banguecoque, em 8 de Agosto de 1967, mediante uma declaração conjunta dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros constituintes: a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, a Singapura e a Tailândia. As negociações relativamente ao processo indonésio de adesão foram orientadas por Adam Malik, ministro da Presidência para os Assuntos Políticos e dos Negócios Estrangeiros (Fernandes, 2006b, p. 284). O regime de Suharto empenhou-se na fundação desta organização, pois pretendia reconhecer “the importance of regional stability for ensuring the success of Indonesia’s development programme” (Suryadinata, 1996, p. 35). O primeiro secretário-geral da organização foi o indonésio H.R. Dharsono que orientava a sua secretaria-geral sediada em Jacarta (Cribb, e Kahin, 2004, p. 30).

⁸⁴ “Suharto sounds the alert over Timor: Ensure stability call”, *The Sydney Morning Herald* (13 de Agosto de 1975), p. 1.

⁸⁵ Chefe de Estado-Maior da *Kopkamtib* entre 17 de Abril de 1974 e 29 de Março de 1983 (Cribb e Kahin, 2004, p. 482).

⁸⁶ “Telegrama n.º 110 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 12 de Agosto de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

⁸⁷ “Parte hoje para Timor um enviado da Presidência da República”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.241 (13 de Agosto de 1975), p. 3.

⁸⁸ “A situação em Timor: Parece inevitável o confronto entre a UDT e a Fretilin”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.241 (13 de Agosto de 1975), p. 3.

de gabinete, o major piloto-aviador António João Soares,⁸⁹ no dia 13 de Agosto, através da Indonésia (Pires, 1994 [1991], p. 210). Todavia, este foi “demorado pelas autoridades da Indonésia, que lhe impediram acesso ao Timor Português. Acabaria por regressar a Lisboa sem ter cumprido a sua missão” (Riscado, 1981, p. 192). As autoridades australianas descreveram da seguinte maneira o boicote deliberado das autoridades javanesas: “Major Soares had arrived in Jarkarta on 14 August, intending to travel on to Díli via Kupang days later. He was allowed to travel as far as Bali, here he was held up by Indonesian immigration officials. At 2 a.m. on 19 August his visa was withdrawn and he was forced to abandon his mission. The Indonesians claimed that there were irregularities in his travel papers; Soares insisted that he was a victim of ‘Indonesian obstructionism’ from the time of his arrival in Jakarta” (Way, 2000, p. 324).

Para facilitar a formação de uma coligação anti-Fretilin, que mais tarde viria a ser apelidada de Movimento Anti-Comunista (MAC), a Bakin deu instruções à Apodeti logo após o golpe de força da UDT no sentido de não a hostilizar.⁹⁰ No mesmo âmbito e com o desígnio de criar um pretexto para a intervenção militar indonésia em Timor-Leste, o Deplu (ministério indonésio dos Negócios Estrangeiros) solicitou ao encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, Guilherme de Sousa Girão, protecção para os seus representantes consulares em Díli e manifestou-se surpreendido com a ocorrência do golpe da UDT.⁹¹ Todavia, esta atitude reflectia uma divisão entre os conselheiros de Suharto relativamente à invasão de Timor-Leste. De acordo com o embaixador Richard A. Woolcott, no dia 15 de Agosto teria tido lugar uma reunião entre Suharto e os seus principais conselheiros políticos. As Forças Armadas (ABRI) e a segurança militar (Komkatib), dirigidos pelo general Maraden S. H. Panggabean e o almirante Sudomo, respectivamente, “eram de opinião de que a Indonésia devia intervir já militarmente em Timor, independentemente das repercussões na sua posição internacional”.⁹² Por seu

⁸⁹ “Gabinete do Presidente da República”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.170 (21 de Maio de 1975), p. 2.

⁹⁰ “Telegrama n.º 115 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 16 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa. Esta informação foi corroborada pelo embaixador australiano em Jacarta, Richard A. Woolcott, em 17 de Agosto de 1975 (“Telegrama n.º 121 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 19 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa).

⁹¹ “Telegrama n.º 115 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 16 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

⁹² “Telegrama n.º 121, muito urgente e secreto, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 19 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, e o major-general Ali Murtopo, director-adjunto da *Bakin*, manifestaram-se contra a imediata intervenção militar em Timor.⁹³ O chefe da diplomacia javanesa revelou ao embaixador australiano o seu receio que os falcões e a Apodeti declarassem a independência de Timor-Leste e de imediato expressassem o desejo do novo país ser integrado na Indonésia, por ocasião das comemorações do 30.º aniversário da independência da Indonésia, em 17 de Agosto de 1975. Porém, o presidente Suharto decidiu que não interviria, “at least for the time being” (Way, 2000, p. 310).

No dia 16 de Agosto de 1975, o *Deplu* convocou o encarregado de negócios Girão para uma audiência. Durante o encontro, o director-geral para a Europa, embaixador Sudio Gandarum,⁹⁴ solicitou informações urgentes acerca da situação do consulado indonésio em Díli, alegando que não tinham informações desde a “acção de força” da UDT.⁹⁵ Por esta razão, receavam pelo bem-estar do cônsul, dos funcionários e das suas respectivas famílias e exortaram fortemente à sua protecção. Apesar das comunicações com Díli estarem cortadas, Guilherme de Sousa Girão afirmou “que tinha [a] certeza [que o] governo de Timor tudo faria para garantir [a] protecção [das] autoridades estrangeiras”.⁹⁶

O embaixador Sudio Gandarum mostrou-se surpreendido com o que tinha acontecido em Díli. Como esta nova conjuntura representava uma alteração dos entendimentos bilaterais relativamente a Timor alcançados na cimeira de Macau e nos encontros secretos de Hong Kong, o diplomata em apreço defendeu que o seu governo “muito apreciaria que voltasse [a] haver contactos entre [as] autoridades portuguesas e indonésias para se estudar [a] situação surgida em Díli”.⁹⁷ O pedido indonésio relativamente à protecção do cônsul, dos funcionários e dos seus fun-

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ Antigo embaixador da Indonésia em Praga entre 1968 e 1971 (<http://www.indoneske-velvyslanectvi.cz/en/embassy.php>; consultado em 1 de Junho de 2006).

⁹⁵ “Telegrama n.º 115 da embaixada de Portugal em Jacarta, de 16 de Agosto de 1975, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas, 1972-1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa. Este pedido era, aparentemente, sem fundamento, pois o governo central da Indonésia possuía ligações de rádio directas entre Jacarta e o seu consulado em Díli, desde Janeiro de 1975.

⁹⁶ “Telegrama n.º 115 da embaixada de Portugal em Jacarta, de 16 de Agosto de 1975, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas, 1972-1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁹⁷ *Ibid.*

cionários foi encaminhado para a presidência da República, pelo chefe da repartição da África, Ásia e Oceânia do ministério português dos Negócios Estrangeiros, José Miguel Queirós de Barros, em 21 de Agosto de 1975.⁹⁸ Para se defender de eventuais responsabilidades políticas, o Palácio das Necessidades solicitou ao Palácio de Belém que lhe fosse comunicada a resposta “que for conveniente acerca do assunto”,⁹⁹ para a transmitir ao regime de Suharto.

Entretanto, no discurso proferido no dia 18 de Agosto perante o parlamento decorativo indonésio, o presidente Suharto argumentou que a situação política em Timor-Leste não poderia continuar a degradar-se porque afectava a estabilidade da Indonésia e do Sudeste asiático. Por esta razão, atendendo a que “since we share common border, we would welcome the people of Portuguese Timor to integrate within the unitary state of the Republic of Indonesia”.¹⁰⁰

No dia seguinte, o regime de Suharto explicitou mais concretamente a sua atitude argumentando que a “Indonésia tinha uma obrigação moral em relação ao Timor Português”. O ministro indonésio da Presidência, major-general Mardhan Ladya Sudharmono, afirmou à saída de uma audiência com o presidente Suharto que o seu governo tinha apresentado um protesto ao governo português sobre a situação em Timor. Todavia, esta declaração era falsa. O encarregado de negócios Guilherme de Sousa Girão considerou que esta atitude era “típica da mentalidade javanesa ‘a distorção dos factos’, o abuso da boa-fé, por parte de um dos interessados a fim de explorar publicamente uma situação que, em privado, não têm coragem de apresentar abertamente”.¹⁰¹

A edição do mesmo dia do diário protestante *Sinar Harapan* publicou um editorial no qual voltava a reiterar a importância do argumento da “obrigação moral”. Esta atitude foi reforçada pelo ministro da Defesa e da Segurança. O general Maraden S. H. Panggabean refutou as notícias que o ABRI estava a concentrar forças junto da fronteira entre os dois timores (Roff, 1992, p. 43).

⁹⁸ “Ofício n.º 1609 da direcção-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros para o chefe de gabinete do Presidente da República, de 21 de Agosto de 1975” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas, 1972-1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ “Telegrama n.º 117 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 18 de Agosto de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

¹⁰¹ “Telegrama n.º 122 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 21 de Agosto de 1975, pp. 1 e 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

Com o propósito de mitigar as atitudes expansionistas dos partidários da linha dura em Jacarta, o presidente Costa Gomes nomeou, no dia 22 de Agosto de 1975, uma missão especial com plenos poderes para encetar negociações com a Indonésia e a Austrália. Esta multiplicou-se de imediato em várias iniciativas com o intuito de conter politicamente uma eventual invasão indonésia. Enquanto o embaixador José Eduardo de Melo Gouveia e o major Galante de Carvalho se dirigiram para Timor, Almeida Santos, ex-ministro da Coordenação Interterritorial, deslocou-se a Nova Iorque com uma “carta pessoal” do presidente Costa Gomes para o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, e reuniu-se com o presidente da Comissão de Descolonização, o diplomata tanzaniano Salim Ahmed Salim (Riscado, 1981, p. 201). Os últimos mostraram-se “compreensivos [relativamente ao] problema [de] Timor” (*Ibid.*, p. 202). Contudo, no dia 21 de Agosto, Lisboa comunicava para Díli que as diligências junto dos organismos internacionais revelavam “pouca possibilidade [de] intervenção [em] tempo oportuno” (Pires, 1981, p. 269).

Dilema entre a Fretilin e as forças pró-integração na Indonésia

A rápida hegemonia alcançada no terreno pela Fretilin após o “golpe de força” da UDT observou-se pouco tempo depois. A rede de comunicações da Fretilin informou, no dia 30 de Agosto, que desde o dia anterior controlava “a cidade de Díli até Ribeira Comoro” (Pires, 1981, p. 288). A imprensa portuguesa publicou no dia 30 de Agosto uma notícia atribuída a Frank Favaro, dos serviços secretos australianos, no qual afirmava que a cidade de Díli estava sossegada e sob o controlo da Fretilin. Por seu turno, o “livro branco” australiano sobre a anexação de Timor-Leste pela Indonésia reconheceu que “[b]y the close of August, and although the fighting was still fierce, it was clear that for UDT the end was near” (Way, 2000, p. 350).

Opinião idêntica era partilhada pelo director-geral dos Negócios Políticos do Palácio das Necessidades, Fernando de Magalhães Cruz. O número dois do Palácio das Necessidades chegou a advogar o reequacionamento da questão de Timor. Assim, argumentou que existia a hipótese de “modificar [as] modalidades inicialmente encaradas [na] sua solução[,] que dependerão igualmente das reacções [da] Indonésia e secundariamente [de] outros países da área”.¹⁰² A inclusão de Portugal no sistema

¹⁰² “Telegrama n.º 111 a 115, urgentíssimo, do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, para Almeida Santos, de 9 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas expedidos para a embaixada em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

internacional estava dependente da boa resolução dos processos de descolonização de Angola e Timor. Para tal era necessário “ser consideravelmente acelerado” o processo de descolonização da última colónia com o propósito de “assegurar [a] independência se possível ainda este ano ou princípios de 1976”.¹⁰³ Embora se deveria tentar “assegurar [o] diálogo [com os] três partidos”, caso “se se verificasse [o] controlo de facto [do] território [por] um só movimento, [deveria] considerá-lo como interlocutor válido[,] como ocorreu [no] caso [de] Moçambique”.¹⁰⁴

Acontece, que pouco tempo depois do golpe da UDT, a Fretilin obteve hegemonia político-militar no terreno, obrigando esta organização, a Apodeti, a KOTA¹⁰⁵ e o PT a retirarem-se para a região de fronteira com a Indonésia. Embora a diplomacia portuguesa ponderasse esta hipótese, esta foi colocada de lado por Almeida Santos, aquando do seu regresso a Lisboa, em 15 de Setembro. Embora considerasse que a Fretilin tinha alcançado hegemonia político-militar sob a coligação UDT/Apodeti e os restantes grupúsculos era, contudo, impossível transformar esta superioridade em realidade política atendendo à débil existência económica do território, que, por seu turno, exigia, o apoio de alguns países da região.¹⁰⁶

¹⁰³ *Ibid.*, p. 2.

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ A KOTA surgiu a partir da Associação Popular Monárquica Timorense (APMT), que foi fundada em 26 de Janeiro de 1975. De acordo com o major Francisco Fernandes da Mota, chefe do gabinete de Assuntos Políticos do governador de Timor, era uma organização “incipiente” que só conseguiu realizar o seu primeiro comício na data mencionada, reunindo, no entanto “pouco mais de 100 pessoas” (“Ofício do chefe de gabinete dos Assuntos Políticos do Governo de Timor para o director do gabinete de Negócios Políticos do ministério da Coordenação Interterritorial, de 28 de Janeiro de 1975”, Fundo MCI/GM/GNP/E-07-15-58, A. 1, G. 3, M. 316, AHDMNE, Lisboa). No entanto, Bill Nicol afirma que a manifestação contou com a presença de 10.000 (Nicol, 2002 [1978], p. 66). No “Preâmbulo” e na “Mensagem do povo timorense, dentro da política defendida pela APMT, para o povo português” advogava que existia um antigo juramento, compromisso e pacto sagrado entre os régulos de Timor e os portugueses. Os timorenses manifestavam o seu compromisso através da veneração da bandeira portuguesa, enquanto os portugueses nunca teriam usado a força das armas, mas sim a “Luz do Evangelho”. Neste âmbito apelava para que “Portugal e o seu Povo, [...] assista e não abandone Timor, custe que custar, a caminhar para o seu Destino e só o deixar quando vir que o nosso Povo se sinta apto para entrar sózinho, com segurança, com confiança e com cabeça erguida nesse Destino” (“Mensagem do povo timorense, dentro da política defendida pela APMT, para o povo português, s.d., p. 2”, Fundo MCI/GM/GNP/E-07-15-58, A. 1, G. 3, M. 316, AHDMNE, Lisboa). Este documento foi assinado por 15 pessoas (*Ibid.*).

¹⁰⁶ “Relatório Semanal de Informação, confidencial do SCDI do CR, referido ao período de 26 de Agosto a 1 de Agosto de 1975” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, vol. 12, n.º 98, doc. 13, ACR, IAN/TT, Lisboa). “Descolonização: A UDT e a Apodeti criaram em Timor uma frente anticomunista – afirmou Almeida Santos ao regressar ontem em Lisboa”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.270 (16 de Setembro de 1975), p. 7.

Ainda que a hegemonia militar da Fretilin no terreno pudesse contribuir para que fosse “reconhecida como único interlocutor válido” por parte das autoridades centrais portuguesas, esta decisão era, contudo, extremamente complicada. Primeiro, o reconhecimento da Fretilin constituiria um grave precedente em relação ao MPLA forçando o Estado português a “rever a posição face ao” último movimento. Segundo, o potencial recrudescimento do perigo de invasão de Timor-Leste pela Indonésia. Terceiro, eventuais represálias exercidas pelos ocupantes indonésios da embaixada portuguesa em Jacarta. Quarto, a forte relutância do governo australiano em contrariar os propósitos da Indonésia em relação à colónia portuguesa.¹⁰⁷

Todavia, a política indonésia de destabilização de Timor-Leste resultou em pleno, pois contribuiu para que uma parte significativa da administração colonial portuguesa e da elite da importante comunidade chinesa abandonasse o território. Entre 14 de Agosto e 2 de Setembro de 1975, foram evacuados de Timor para a Austrália 2.478 refugiados, “tratando-se na sua maioria de casos de funcionários que se encontram ligados ao serviço público de Timor”.¹⁰⁸ Destes, seguiram, por meios aéreos, para Portugal, entre os dias 15 de Agosto e 1 de Setembro de 1975, 691 refugiados,¹⁰⁹ enquanto 302 chineses permaneceram na Austrália.¹¹⁰

Tendo em conta a crescente deterioração da conjuntura política interna em Timor e em Portugal, o presidente Costa Gomes convocou uma reunião plenária da Assembleia do Movimento das Forças Armadas, para o dia 5 de Setembro de 1975. O primeiro ponto da agenda foi a grave situação em Timor. O major Francisco Fernandes da Mota, responsável pelos Assuntos Políticos no gabinete do governador, e o capitão Costa Jónatas, chefe do sector da Comunicação Social de Timor, descreveram a ocorrência do golpe de força da UDT.

Entretanto, o presidente da UDT, Francisco Xavier Lopes da Cruz, concedeu uma entrevista à agência noticiosa indonésia, ANTARA, em que acentuou a distância entre

¹⁰⁷ “Relatório Semanal de Informação, confidencial do SCDI do CR, referido ao período de 30 de Setembro a 6 de Outubro de 1975” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, vol. 12, n.º 98, doc. 12, ACR, IAN/TT, Lisboa.

¹⁰⁸ “Ofício n.º 75 DM/91 do cônsul-geral de Portugal em Sydney, José Eduardo de Melo Gouveia, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ernesto Melo Antunes, de 13 de Novembro de 1975, p. 2” in “Evacuados de Timor na Austrália”, PAA M. 1331, AHDMNE, Lisboa.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 3.

¹¹⁰ *Ibid.*

a sua organização e Portugal. Começou por declarar, com os restantes membros da direcção da UDT, prontos a tornarem-se “cidadãos da Indonésia”¹¹¹ logo que o regime de Suharto aceitasse o pedido formulado pelo seu partido para integrar Timor-Leste na Indonésia. Fundamentou esta atitude com o argumento “que uma descolonização ordeira do território não é já possível uma vez que as autoridades portuguesas fizeram tais erros que lançaram o território na guerra civil”.¹¹² Embora se manifestasse interessado em ter um encontro com Almeida Santos, não era, contudo, com o intuito de proceder à entrega dos reféns portugueses aprisionados pela UDT, “mas para aclarar publicamente quais [os] erros que teriam sido feitos p[ela] administração portuguesa”.¹¹³ Concluiu a entrevista afirmando que a UDT optava pela “integração com [a] Indonésia do que viver sob regime comunista”.¹¹⁴

Os reféns portugueses sob controlo da Indonésia condicionaram a política externa portuguesa

Pouco tempo após a detenção dos militares portugueses pela UDT, os decisores políticos portugueses aperceberam-se que os reféns iriam ser usados para condicionar a política portuguesa em relação à Indonésia e a Timor-Leste.

Para encontrar um desfecho para a crise e obter a libertação dos militares portugueses, uma delegação constituída por Almeida Santos, o major Rui Faria Ravara, secretário-geral da Comissão de Descolonização, e José Eduardo de Melo Gouveia, cônsul de Portugal em Sydney, deslocaram-se a Jacarta. Na reunião do dia 11 de Setembro com Mochtar Kusumaatmadja, ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros, Almeida Santos propôs o regresso às conversações entre Portugal e os três principais partidos políticos timorenses (Apodeti, Fretilin e UDT) “para se encontrar uma base de acordo, se possível não muito divergente da encontrada em Macau”.¹¹⁵

¹¹¹ “Telegrama n.º 168, urgente, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 14 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa. Informação confirmada pelo *Diário de Notícias* (“Descolonização: Já não é possível descolonização ordeira e pacífica – afirmou o presidente da UDT, Lopes da Cruz”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 15 de Setembro de 1975, p. 7).

¹¹² *Ibid.*

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ *Ibid.*

¹¹⁵ “Telegrama n.º 158, urgentíssimo, da delegação portuguesa para o Presidente da República, de 11 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

Com o intuito de persuadir os indonésios que não pretendia reconhecer a Fretilin, a delegação portuguesa deu garantias a Mochtar que “em momento algum admitiu negociações isoladas com a Fretilin e muito menos [o] reconhecimento [d]este partido como [o] único e legítimo representante [do] povo [de] Timor”.¹¹⁶ Para convencer o governo indonésio a ceder na questão dos refugiados, Almeida Santos insistiu que a condição básica para a realização das negociações seria a libertação dos 21 militares e de mais 5 detidos pela UDT, pois a Fretilin já tinha libertado os 28 militares portugueses.¹¹⁷

Embora Mochtar não rejeitasse a proposta portuguesa, recordou que a delegação portuguesa deveria deslocar-se a Atambua para dialogar com os dirigentes da UDT e da Apodeti e os refugiados. Almeida Santos respondeu que só aceitaria a proposta indonésia caso “recuperássemos previamente os nossos militares e civis e nos fosse garantida [a] segurança pessoal”.¹¹⁸ Sugeriu como pontos preferenciais de encontro Jacarta ou Bali, para evitar acusações por parte da Fretilin. Porém, só após a libertação dos reféns portugueses é que ponderariam a sua deslocação a Atambua. Para facilitar a libertação dos reféns, a delegação decidiu permanecer em Jacarta.¹¹⁹

Entretanto, com a intenção de forçar a delegação portuguesa a ceder, o governo indonésio alterou substancialmente o tratamento que até então lhe tinha acordado. De acordo com Almeida Santos: “a atitude das autoridades indonésias mudou radicalmente após terem-se apercebido de que eu e a delegação que me acompanhava não éramos manobráveis, nem por interesses, nem por ameaças. Começaram por convencer-se de que as dificuldades que enfrentávamos em Timor nos iriam fragilizar e forçar à aceitação das suas exigências e propostas. Mas cedo concluíram que se enganaram. A partir daí, passei claramente à condição de *persona non grata*, e fui, inclusivamente, hostilizado” (2006b, p. 373).

No dia 12 voltou a ter lugar uma segunda sessão de conversações entre a delegação portuguesa e Mochtar. A Indonésia não deu “nenhumas notícias concretas [...] sobre [a] possível devolução [de] militares e civis detidos”.¹²⁰ Não obstante esta

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 2.

¹¹⁹ *Ibid.*

¹²⁰ “Telegrama n.º 160, urgentíssimo, da delegação portuguesa para o Presidente da República, de 12 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

resposta, Mochtar insistiu que a delegação portuguesa fosse a Atambua visitar os refugiados timorenses. Almeida Santos opôs-se defendendo que “iríamos após termos garantida a recuperação dos nossos detidos”.¹²¹ Todavia, para dar mais uma oportunidade à Indonésia nesta matéria o chefe da delegação portuguesa informou Mochtar que permaneceriam em Jacarta até ao dia seguinte para obter “uma resposta concreta sobre a entrega dos nossos detidos. Se obtivermos até então garantia [da] sua devolução continuaremos aqui por tempo necessário para [a] ida [a] Atambua. Caso contrário seguiremos [para] Lisboa”.¹²²

Como a Indonésia não se dispôs a libertar os reféns militares portugueses, uma parte da delegação portuguesa (Almeida Santos e o major Rui Faria Ravara) regressou a Lisboa, enquanto os restantes membros (Henrique de Oliveira Rodrigues e José Eduardo de Melo Gouveia) permaneceram na região “aguardando resposta quanto aos detidos e, recuperados estes, acertará com os partidos [o] dia e [o] local [das] negociações”.¹²³ Para facilitarem a libertação dos reféns portugueses, Almeida Santos garantiu “uma vez mais[, ao] governo [da] Indonésia que [a] delegação portuguesa, [e o] governo português[,] não encaram hipótese [de] acordo bilateral com [a] Fretilin, que além do mais conduziria este partido para um colapso imediato de imprevisíveis consequências”.¹²⁴

As autoridades indonésias ficaram descontentes com a atitude da delegação tendo, o *Deplu* emitido uma declaração no dia 14 de Setembro. Esta nota de imprensa rotulou “Santos’ attitude strange and not acceptable”,¹²⁵ pois tinha-se preocupado mais com os reféns portugueses do que com as aspirações políticas dos timorenses, nomeadamente em ter reuniões com os dirigentes da Apodeti. Por outro lado, reiterou o desejo que Portugal deveria convidar formalmente a Indonésia a intervir militarmente em Timor, antes da resolução da questão dos reféns. Se os decisores políticos portugueses não procedessem desta maneira muito provavelmente Portugal não teria capacidade “to restore peace and order in the colony, the third party will do the job, according to Indonesia’s proposal”.¹²⁶ Concluía afirmando “if

¹²¹ *Ibid.*

¹²² *Ibid.*

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ *Ibid.*

¹²⁵ “Telegrama n.º 167, urgente, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 14 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 3.

Indonesia's offer to dispatch a task force in charge of restoring peace and order made two weeks ago was not accepted more sufferings of the Portuguese Timor people could be prevented".¹²⁷

Após o regresso a Lisboa de Almeida Santos e do major Rui Faria Ravara, ambos mostraram-se favoráveis a uma equidistância em relação à Fretilin e nenhum interesse no reconhecimento unilateral por parte de Portugal da independência do território sob a orientação da última organização política. Na entrevista conjunta dada ao *Diário de Notícias* defenderam que apesar da Fretilin controlar a maioria do território de Timor, esta teria que aceitar uma plataforma política que englobasse as três principais organizações políticas timorenses, pois o território encontrava-se: "numa muito peculiar posição geopolítica. Ou conta com a cooperação dos países em cuja zona de influência se enquadra, ou tem de enfrentar uma situação de isolamento suicida. Quer isto dizer que seria de todo o ponto irrealista, da parte da Fretilin, uma posição triunfalista ou radical. A tal ponto assim e que não iríamos fora de admitir que aquilo que muitos julgarão apetecível pela Fretilin – referimo-nos à possibilidade do seu reconhecimento unilateral pelo Governo Português como único e legítimo representante do povo de Timor – bem poderia representar, na prática, o caminho mais curto para a sua ruína. A posição do Governo Português é, e não podia deixar de ser, a de que a guerra civil de Timor, porque guerra civil (entre partidos timores) e porque guerra relâmpago, não foi de molde a legitimar só por si, o transmissário da soberania".¹²⁸

Em suma, contrário do que é argumentado em muita literatura, os decisores políticos portugueses nunca convidaram a Indonésia a tomar conta de Timor. Aliás, alertaram, mais do que uma vez, os dirigentes da Fretilin acerca dos gravíssimos riscos políticos e militares que corriam caso avançassem para a declaração unilateral da independência, sem a concorrência das duas potências regionais: a Indonésia e a Austrália.

No dia 19 de Setembro de 1975, o adjunto para as relações bilaterais do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Vilas Boas Faria, informou as embaixadas de Portugal em Jacarta e Camberra,

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ Maria Manuela, "Descolonização: Portugal considera-se vinculado ao acordo de Macau sobre Timor – afirma a delegação portuguesa às negociações de paz", *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.275 (22 de Setembro de 1975), p. 9.

que os enviados especiais do chefe de Estado, Almeida Santos e o major Rui Faria Ravara, antes da sua partida para a região, diligenciaram junto do embaixador da Indonésia em Lisboa, Ben Mang Reng Say,¹²⁹ no sentido de “obter da UDT [a] libertação [dos] prisioneiros portugueses”.¹³⁰ Três dias mais tarde, José Manuel Vilas Boas Faria instruiu Guilherme de Sousa Girão a solicitar uma audiência ao ministro, interino, indonésio dos Negócios Estrangeiros para lhe manifestar o “interesse premente do Governo português em obter a rápida libertação” dos reféns portugueses, atendendo ao facto que se encontravam em território indonésio.¹³¹ Em simultâneo, tinham sido desencadeadas diligências junto do Comité Internacional da Cruz Vermelha com o mesmo intuito, assim como junto do ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Max van der Stoel, para este interceder junto de Adam Malik, em Nova Iorque.¹³²

Às 8h00 do dia 24 de Setembro, o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta foi recebido pelo general Maraden S. H. Panggabean, que estava a exercer interinamente o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. No decorrer da audiência solicitou a “rápida libertação” dos portugueses reféns da UDT.¹³³ Todavia, este alegou incapacidade do seu governo para resolver a questão, usando como

¹²⁹ Apresentou credenciais ao presidente Costa Gomes, em 17 de Julho de 1975, na sequência do restabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, em 22 de Janeiro de 1975 (“Portugal e a Indonésia reataram relações diplomáticas”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.070 [22 de Janeiro de 1975], p. 1), unilateralmente interrompidas pelo regime de Sukarno, em 1 de Janeiro de 1965 (Fernandes, 2001a, pp. 30-37). A sua nomeação deveu-se a dois factores fundamentais. Primeiro, por integrar o bloco conservador católico indonésio, oriundo do arquipélago das Sundas Menores, que apoiava a campanha de *ganyang* (aniquilamento) da Fretilin, em conjunto com as forças armadas e os círculos protestantes e muçulmanos da Indonésia (“GJA – Lessons of ‘Konfrontasi’”, p. 5 [http://www.hamline.edu/apakabar/basisdata/1995/07/26/0006.html], consultado em 1 de Junho de 2006). Segundo, por ter conhecimento de Portugal. Durante a vigência do regime de Marcelo Caetano visitou Lisboa e Fátima, na qualidade de vice-presidente do parlamento decorativo da Indonésia, entre os dias 19 e 21 de Maio de 1970, durante o qual se considerou descendente de portugueses (Fernandes, 2006b, pp. 298-299).

¹³⁰ “Telegrama n.º 123, urgentíssimo, do adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros para as embaixadas em Jacarta e Camberra, de 19 de Setembro de 1975” in “Telegramas expedidos para a embaixada de Portugal em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

¹³¹ “Telegrama n.º 127, muito urgente, do adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros para o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 22 de Setembro de 1975” in “Telegramas expedidos para a embaixada em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

¹³² *Ibid.*

¹³³ “Telegrama n.º 184, muito urgente, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 24 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

pretexto o argumento que os detidos não estavam nas mãos das autoridades indonésias e não se encontravam em território indonésio.¹³⁴ Ora esta declaração do ministro indonésio da Defesa e Segurança era falsa. Os reféns estavam em território indonésio – nomeadamente, na esquadra da vila indonésia de Atapupu – desde o ataque da Fretilin contra as forças pró-indonésias, aquarteladas no forte de Batugadé, iniciado no dia 24 de Setembro¹³⁵ (Carmo, 1982, p. 174). Segundo o encarregado de negócios de Portugal a questão dos prisioneiros portugueses era encarada em Jacarta “como contribuindo para evitar [que Portugal/o governo português] se decida por uma solução através da Fretilin”.¹³⁶ Guilherme de Sousa Girão concluiu o seu telegrama expressando “fortes esperanças que [a] sua integridade física não seja fatalmente afectada”.¹³⁷

O seu pressentimento foi, poucas horas depois, confirmado pelo correspondente da *Australian Broadcasting Corporation* (ABC) em Jacarta. Este informou-o que tinha estado em Timor e tinha falado com os três principais dirigentes da UDT, em Batugadé. Relativamente aos reféns portugueses, detectou que “Lopes da Cruz[,] que lhe pareceu mais moderado[,] disse que [os] detidos permaneceriam até que [o] conflito terminasse; Carrascalão[,] que [os] detidos deveriam ser imediatamente julgados e se apuradas responsabilidades em favor [da] Fretilin deveriam ser executados; Domingos [de] Oliveira, que [o] correspondente considera encontrar-se em estado doente física e mental, que todos[,] com [a] excepção [do] alferes Carlos (suponho Palma Carlos) e um sargento com mulher e filha deveriam ser já executados”.¹³⁸

Contudo, Michel Testuz, representante do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), visitou os refugiados portugueses e timorenses, entre os dias 22 e 24 de Setembro de 1975. Ficou tão preocupado com a sua condição que o comunicou ao governador de NTT, coronel El Tari, no dia 25 de Setembro, e ao

¹³⁴ *Ibid.*

¹³⁵ *Ibid.*

¹³⁶ “Telegrama n.º 184, muito urgente, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 24 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 2.

¹³⁸ “Telegrama n.º 185, urgentíssimo, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 24 de Setembro de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, Guilherme de Sousa Girão, no dia 28 de Setembro.¹³⁹ As autoridades javanesas ficaram tão inquietas com a visita do delegado do CICV, que o órgão oficial das Forças Armadas da Indonésia, o *Angkatan Bersenjata*, nas suas edições de 29 e 30 de Setembro,¹⁴⁰ e o porta-voz do *Deplu*, negaram peremptoriamente, na última data, que os militares portugueses reféns da UDT estivessem sob o controlo das autoridades indonésias.¹⁴¹

Perante esta informação, o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira, solicitou a presença do embaixador da Indonésia em Lisboa, Ben Mang Reng Say, no Palácio das Necessidades, para lhe apresentar “uma nota exprimindo o grande empenho do Governo Português, de obter a cooperação do Governo Indonésio, no sentido de serem prontamente transportados para Portugal 23 militares portugueses que estiveram detidos pela UDT em Batugadé, no Timor Português”,¹⁴² no dia 1 de Outubro. Com o intuito de reforçar esta mensagem, sob instruções do director-geral dos Negócios Políticos do Palácio das Necessidades, Fernando de Magalhães Cruz, foi apresentada uma nota idêntica junto do Comité Internacional da Cruz Vermelha, em Genebra,¹⁴³ e o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta foi incumbido de apresentar uma nota junto do governo javanês.¹⁴⁴

Por outro lado, os decisores políticos portugueses recorreram à ajuda da Santa Sé. Apoiando-se no testemunho do delegado do CICV, Guilherme de Sousa Girão persuadiu o arcebispo Vicenzo Maria Farano a interceder junto do *Deplu*. O pró-núncio papal em Jacarta, manifestou “em nome de Sua Santidade” e da Santa Sé,

¹³⁹ “Telegrama n.º 194 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 28 de Setembro de 1975, p. 2” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴⁰ “Telegrama n.º 197 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 30 de Setembro de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴¹ “Telegrama n.º 199 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 30 de Setembro de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴² “Diligências do Governo para o regresso dos militares que estiveram detidos pela UDT”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.284 (2 de Outubro de 1975), p. 4.

¹⁴³ “Telegrama n.º 133 do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros para o encarregado de negócios em Jacarta, de 30 de Setembro de 1975” in “Telegramas expedidos para a embaixada de Portugal em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴⁴ “Telegrama n.º 132 do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros para o encarregado de negócios em Jacarta, de 30 de Setembro de 1975” in “Telegramas expedidos para a embaixada de Portugal em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

empenho para “que os militares portugueses regressem a Portugal”.¹⁴⁵ A resposta prestada pelo embaixador Sudio Gandarum foi de que não tinham conhecimento da existência dos prisioneiros militares portugueses a não ser da versão do delegado do CICV, apresentada em 11 de Outubro.¹⁴⁶ A despeito desta falsa informação, a pró-nunciatura empenhou-se na libertação dos reféns portugueses. O arcebispo Vicenzo Maria Farano deslocou-se a Atambua, na segunda semana de Outubro de 1975, com o intuito de obter a sua libertação. Todavia, esta iniciativa não contou com qualquer êxito.

Perante a intransigência das autoridades javanesas, no dia 22 de Outubro o Palácio das Necessidades voltou a apresentar mais uma nota verbal de protesto a Ben Mang Reng Say reiterando “considerar totalmente injustificada a continuação da detenção dos militares portugueses na medida em que esta atitude não constitui nem pode constituir uma efectiva arma de pressão nas conversações que o Governo Português tem insistentemente procurado levar a efeito”.¹⁴⁷ Neste âmbito, instava uma resposta à nota de 1 de Outubro “respeitante à presença dos referidos militares em território indonésio sob protecção concedida pela polícia indonésia, comprovada pelo relatório oficial da Cruz Vermelha Internacional e por declaração do Governador de Kupang”.¹⁴⁸

Na sequência deste protesto, a Polícia Nacional da Indonésia da esquadra da vila de Atapupu, sob a orientação do tenente Kiki Syahnakri (Silva e Bernardo, 2000, p. 156) transportou numa “camioneta do género, das que na nossa terra são usadas para transporte de gado” (Carlos, 1992, p. 182) os reféns portugueses “para uma velha igreja semidesconjugada e vasta, situada no meio de frondoso vale cercado de montes de bem acentuado declive. O antigo templo estava completamente isolado da vila e tinha em seu redor uma área relativamente grande, definida por uma barreira de arame farpado” (*Ibid.*).

¹⁴⁵ “Telegrama n.º 221 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 11 de Outubro de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 2, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ “Telegrama n.º 150, urgente, do adjunto para as relações bilaterais do director-geral dos Negócios Políticos, José Manuel Vilas Boas Faria, para o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 22 de Outubro de 1975, p. 2” in “Telegramas expedidos para a embaixada de Portugal em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴⁸ *Ibid.*

Apesar das promessas feitas pelas autoridades indonésias e das várias diligências praticadas pelo governo português “quer através da ONU, quer através da Holanda e de outros países” (Silva e Bernardo, 2000, p. 45), a Indonésia recusou-se a libertá-los. Tal só viria a acontecer na sequência das negociações conduzidas pelo general graduado José Alberto Morais da Silva, enviado do presidente Costa Gomes, e o major-general indonésio Benny Murdani, chefe da divisão de informações militares do ministério da Defesa, desde 17 de Fevereiro de 1975 (Way, 2000, p. 849), e um dos principais falcões na questão de Timor-Leste no seio da comunidade de informações da Indonésia, entre os meses de Junho e de Julho de 1976 (*Ibid.*, pp. 75-76). Neste âmbito, no dia 27 de Julho de 1976, o regime de Suharto libertou, por intermédio da Cruz Vermelha Indonésia, os 23 militares portugueses e 113 civis, essencialmente membros das elites timorense e chinesa (*Ibid.*, p. 75). Entre 25 de Agosto e 4 de Setembro de 1976, Jacarta soltou mais 445 civis, pela mesma via (*Ibid.*, p. 48). Como reconheceria mais tarde Lemos Pires, “[a] Indonésia acabou por reconhecer que Portugal não cederia à chantagem política da libertação dos prisioneiros pelo reconhecimento da anexação” (1994 [1991], p. 289).

A recusa portuguesa em convidar e custear a entrada da Indonésia em Timor-Leste

A política de desinformação e de destabilização de Timor-Leste, que culminou no golpe de força da UDT, fragilizou seriamente a administração portuguesa e o plano de descolonização de Timor. O caos criado em Díli criou o pânico entre a população. A cidade foi bombardeada e milhares de refugiados abrigaram-se na zona neutra a clamarem pela evacuação. Na sequência do ofício enviado ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, Mário Ruivo, a solicitar o seus “bons ofícios”, e do pedido formulado junto do embaixador da Indonésia em Lisboa, Ben Mang Ray Say, a solicitar, no dia 23 de Agosto, “assistência útil e eficaz nos esforços que assim se promovem para levar a bom termo as tarefas de carácter humanitário presentemente requerendo a máxima urgência”.¹⁴⁹ Apesar da diligência de Mário Ruivo junto do embaixador indonésio em Lisboa, ainda não ter chegado a Jacarta, por instruções do chefe da diplomacia portuguesa, Mário Ruivo, o encarregado de negócios de Portugal, foi instruído no mesmo dia a diligenciar junto do *Deplu*.

¹⁴⁹ “Telegrama n.º 93 do director-geral dos Negócios Políticos para o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 23 de Agosto de 1975” in “Telegramas expedidos para a embaixada em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

No dia 23 de Agosto, o *Deplu* instruiu o seu embaixador em Lisboa, Ben Mang Ray Say “to ask the Portuguese Government whether Portugal would wish Indonesia to intervene in Portuguese Timor and restore law and order” (Way, 2000, p. 336). Com o intuito de evitar formular um convite a solicitar a intervenção indonésia, o chefe da diplomacia portuguesa, Mário Ruivo, dirigiu uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, no mesmo dia, a solicitar que diligenciasse urgentemente “junto da Indonésia e da Austrália, como Estados vizinhos de Timor e portanto em melhor condições de prestarem assistência eficaz”, no sentido de serem prosseguidas “as operações relacionadas com a evacuação e cujo carácter humanitário parece inútil sublinhar”.¹⁵⁰

Na mesma ocasião o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Fernando de Magalhães Cruz, apresentou uma nota ao embaixador da Indonésia em Lisboa que não ia ao encontro dos desejos de Jacarta. Cruz limitou-se a solicitar a ajuda “de carácter humanitário”.¹⁵¹ Os indonésios ficaram altamente decepcionados com a atitude portuguesa. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Djoko Suyono, lamentou, no dia 23 de Agosto, que as autoridades portuguesas não tivessem procedido em conformidade com o pedido formulado pelo embaixador Say (Roff, 1992, p. 43).

No mesmo dia Suharto voltou a reunir-se com o seu grupo de ministros e conselheiros mais próximos. O sector militar “voltou [a] pressionar, ainda mais fortemente que antes”, Suharto a autorizar a intervenção militar imediata em Timor. Todavia, o chefe de Estado recusou a pressão.¹⁵²

A despeito de não ter autorizado a imediata invasão do território, as autoridades indonésias empenharam-se em dificultar o acesso de meios logísticos portugueses na região. A Força Aérea Portuguesa pretendia enviar um avião para acudir à calamitosa situação humanitária em Timor-Leste. Porém, estas socorreram-se “de práticas dilatórias” para não permitir o sobrevoo do espaço aéreo indonésio.¹⁵³

150 “Telegrama n.º 92 do ministro dos Negócios Estrangeiros para o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 23 de Agosto de 1975” in “Telegramas expedidos para a embaixada em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

151 “Telegrama n.º 93 do director-geral dos Negócios Políticos para o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 23 de Agosto de 1975” in “Telegramas expedidos para a embaixada em Jacarta, 1975”, AHDMNE, Lisboa.

152 “Telegrama n.º 126, secreto e urgentíssimo, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 23 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

153 “Telegrama n.º 129, muito urgente, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 25 de Agosto de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

Os indonésios empenharam-se em que os decisores políticos portugueses solicitassem oficialmente a Indonésia a intervir em Timor. Para alcançarem este objectivo, na reunião da manhã do dia 25 de Agosto, o director-geral da Europa do *Deplu*, Sudio Garandum, disponibilizou-se a prestar ajuda humanitária aos refugiados só em caso de o governo português solicitar uma “acção conjunta luso-indonésia para estabelecer ordem e segurança em Timor”.¹⁵⁴ Acrescentou, ainda, que “[n]o momento em que Portugal aceite tal procedimento seria então feita uma declaração conjunta para informar o mundo da acção a levar a cabo em Timor”.¹⁵⁵ Girão interpelou-o se a Indonésia pretendia a inclusão da Austrália nesta acção. A resposta de Garandum foi que embora Portugal tratasse os dois países “em pé de igualdade”, era, contudo, “com [a] Indonésia que Timor tem fronteira comum”.¹⁵⁶

O encarregado de negócios observou no extenso telegrama expedido para o Palácio das Necessidades que “[p]arece que agora cada vez mais claro que [a] Indonésia pretende tirar todo partido [da] situação caótica e dramática [que] existe em Timor, embora algo de sinistro possa haver em tal atitude[,] creio que [o] comportamento destas autoridades nos últimos dias (dificuldades levantadas ao major Soares, dilação na concessão [da] autorização de sobrevoo para avião da FAP [Força Aérea Portuguesa], agora [a] sua posição condicional quanto à própria evacuação) leva a pensar que se julga em Jacarta que [com a] deterioração até ao limite da situação em Timor reforçaria aos olhos de terceiros e a não longo prazo[,] certamente[,] da própria população local timorense[, a] posição [da] Indonésia, [como o] único poder real na área, justificando eventualmente [a] intervenção no território”.¹⁵⁷

Com o intuito de reforçar publicamente esta atitude, após a audiência, o director dos serviços de Informação do *Deplu* declarou à comunicação social que “the Indonesian Government considers the evacuation of Portuguese and foreign nationals from Portuguese Timor to be inseparable from the restoration of the local security and order. The Indonesian Government suggests that the Portuguese Government be willing to act in accordance to and on the basis of these facts”.¹⁵⁸

¹⁵⁴ “Telegrama n.º 130, urgentíssimo e secreto, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 25 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

¹⁵⁵ *Ibid.*, pp. 1-2.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 2.

¹⁵⁷ *Ibid.*, pp. 2-3.

¹⁵⁸ “Telegrama n.º 134, urgente, do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 26 de Agosto de 1975” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

Dois dias depois, o editorial do *Indonesia Times* reforçou esta posição. Apesar de lamentar a trágica situação porque estava a passar Timor, defendeu que era necessário tomar urgentemente medidas para restaurar a lei e a ordem e que a questão da evacuação era acessória. A Indonésia não interferiria em Timor “as long as it does not threaten Indonesia’s security and stability”.¹⁵⁹ A tragédia humana que estava a ocorrer no território foi atribuída à “evasion of responsibility of the Portuguese Government”.¹⁶⁰ Esta conjuntura contribuiu decisivamente para a retirada da administração portuguesa para a ilha de Ataúro, na noite de 26 para 27 de Agosto de 1975 (Pires, 1981, pp. 245-248, Ferreira, s.d., p. 55; Jolliffe, 1978, pp. 139-140).

Após terem conseguido com êxito fomentar uma situação que obrigou as autoridades portuguesas a retirarem-se para a ilha de Ataúro, as autoridades da Indonésia pretenderam que os decisores políticos portugueses os convidassem formalmente a proceder a uma intervenção militar em Timor-Leste. Neste sentido, por volta das 20h00 do dia 27 de Agosto, o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta foi chamado à residência do ministro, interino, indonésio dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumaatmadja. Na reunião estiveram ainda presentes o tenente-general Yoga Sugama, director dos serviços de informações civis, *Bakin*, e o major-general Benny Murdani, director dos serviços de informações militares, *Hankam*,¹⁶¹ para além do embaixador Sudio Gandarum, director-geral da Europa do *Deplu*.¹⁶² O chefe, interino, da diplomacia javanesa informou Girão que estavam a 16 horas de Díli seis navios da TNI-AL (*Tentara Nasional Indonesia – Angkatan Laut*/Marinha de Guerra da Indonésia), transportando três deles 10 mil toneladas de arroz para distribuir no território. Para poder concretizar esta acção pretendia “obter a concordância do lado português para o fazer”.¹⁶³ Girão disse que ia submeter a proposta à consideração de Lisboa. A segunda questão estava relacionada com a segurança e protecção do cônsul indonésio em Díli. Como as autoridades

¹⁵⁹ “Telegrama n.º 136 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 27 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 3.

¹⁶¹ Ministério da Defesa e Segurança da Indonésia.

¹⁶² “Telegrama n.º 138 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 28 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

¹⁶³ *Ibid.*

portuguesas não conseguiam efectivamente “garantir a sua segurança”, o governo da Indonésia considerava-se na “obrigação moral” de a garantir.¹⁶⁴ Girão rebateu a afirmação declarando que o cônsul tinha sido convidado pelo governador Lemos Pires a ir para Ataúro, mas que recusara.¹⁶⁵ Mochtar respondeu que tinha sido necessária a manutenção do cônsul para “garantir a segurança de milhares de pessoas que se acolheram sob a protecção do consulado da Indonésia”.¹⁶⁶ O terceiro ponto apresentado por Mochtar foi de que quando o primeiro-ministro australiano foi abordado sobre esta matéria declarou que o seu país não interviria militarmente no território, a “Indonésia está disposta a fazê-lo a fim de restabelecer a ordem e a segurança”.¹⁶⁷ Para facilitar este desfecho, informou que o governo da Austrália não se oporia à intervenção militar de Jacarta em Timor.¹⁶⁸

A gravidade desta informação levou Girão a informar telefonicamente o Palácio das Necessidades. Os altos dirigentes diplomáticos portugueses rejeitaram as condições e informaram-no que os decisores políticos javanese não deveriam tomar nenhuma medida até à chegada de Almeida Santos.¹⁶⁹ De imediato Girão telefonou ao major-general Benny Murdani, director dos serviços de informações militares, a comunicar-lhe a rejeição portuguesa e a recordar-lhe que “Portugal não pedira antes intervenção militar ou armada para restabelecimento da ordem e segurança, mas acção conjunta da Indonésia e da Austrália nas tarefas humanitárias”.¹⁷⁰

Tal como fora acordado, no dia 29 de Agosto, Almeida Santos, o major Galante de Carvalho e Guilherme Girão foram recebidos por Mochtar. Durante a audiência, o “governo indonésio estava visivelmente interessado na possibilidade de um convite directo do governo português para uma intervenção militar”¹⁷¹ do regime de Suharto em Timor. O chefe da delegação portuguesa, Almeida Santos, comunicou a Mochtar “que [o] governo português considerava isso impossível e que o mais que estaria disposto a patrocinar seria [a] constituição de uma força militar conjunta

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 2

¹⁶⁵ *Ibid.*

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 3.

¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ *Ibid.*

¹⁷¹ “Telegrama n.ºs. 141-142 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 30 de Agosto de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

com elementos portugueses[,] indonésios[,] australianos e eventualmente de um ou dois outros países da área”.¹⁷² Enquanto Almeida Santos mencionou a Nova Zelândia, Mochtar sugeriu a Malásia. Logo a seguir o chefe, interino, da diplomacia javanesa contactou o presidente Suharto “que deu o seu acordo de princípio a esta solução”.¹⁷³

Se na parte da manhã a reunião tinha decorrido bem, na parte da tarde esta correu deveras mal. Mochtar apresentou um projecto de memorando de entendimento (Pires, 1981, pp. 322-323), cujas cláusulas, da terceira à sexta, foram rejeitadas pelos enviados especiais do presidente Costa Gomes. Por exemplo, Jacarta exigia a “assinatura imediata de um acordo que possibilite a intervenção militar também imediata”. A quarta cláusula, por outro lado, determinava que o “comando técnico-militar das operações” era da responsabilidade da Indonésia, “embora este comando pudesse ficar sob [o] controlo supremo no aspecto político dos comandantes conjuntos das quatro forças combinadas”.¹⁷⁴ Embora a eventual integração de outros países nesta força internacional possibilitasse um eventual entendimento, a delegação comunicou para Lisboa que “[n]ão assinaremos qualquer acordo, sem previamente transmitirmos para aí [o] seu texto definitivo e obtermos [a] vossa aprovação, dadas as enormes responsabilidade que [a] assinatura envolve”.¹⁷⁵ Como represália pela recusa da delegação portuguesa em assinar o pedido de intervenção da Indonésia em Timor, a UDT impediu que a barça *Comoro* “conseguisse recolher os 21 militares metropolitanos”¹⁷⁶ entrincheirando-se “na praia” e coibindo “a que a ela abicasse” (Pires, 1981, p. 288), em 30 de Agosto de 1975.¹⁷⁷

¹⁷² *Ibid.*

¹⁷³ *Ibid.*

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 1-2.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 2.

¹⁷⁶ Este grupo de militares, constituído essencialmente por elementos do Agrupamento de Cavalaria da Fronteira, foi detido na sequência de uma “emboscada” perpetrada pela UDT, no dia 27 de Agosto de 1975 (Carlos, 1982, p. 124). Embora aparentasse “concordante com o ideário do 11 de Agosto, pôde então ser convencido (a partir de 28 de Agosto) que os revoltosos do movimento unitário eram tão grandes patifes que até tinham raptado os militares metropolitanos, esses anjos!...” (*Ibid.*, p. 129). Durante o cativeiro passaram fome e viveram em condições deploráveis, tendo sido “visitados” por Mário Viegas Carrascalão, da UDT, e José Martins, da KOTA, entre outros (Carlos, 1982, pp. 130 e 134).

¹⁷⁷ Porém, Adelino Rodrigues da Costa aponta que esta operação teve lugar no dia 28 de Agosto (Costa, 2005, p. 258), enquanto Rui Palma Carlos, um dos reféns da UDT, defende que a operação teve lugar no dia 29 de Agosto (Carlos, 1982, p. 130).

Embora acabasse por abandonar a ideia do convite português para intervir militarmente em Timor, as autoridades javanesas encontraram um novo pretexto: o alegado interesse português de reconhecer a Fretilin como o único e legítimo movimento timorense. Neste sentido Mochtar convocou Guilherme de Sousa Girão para uma reunião, no dia 10 de Setembro, para o informar que a Indonésia se veria forçada a intervir “a menos que lhe venha perigo de Timor”.¹⁷⁸ Comunicou-lhe ainda que a “solução para Timor não pode ser encarada sem [a] Indonésia e muito menos contra [a] Indonésia”.¹⁷⁹ Neste sentido solicitou que Almeida Santos se deslocasse “a Atambua onde poderia então ter uma mais completa visão do que se passa presentemente em Timor”.¹⁸⁰ O governo indonésio prontificava-se a conceder todas as facilidades para viabilizar os encontros.¹⁸¹

Para persuadir a delegação portuguesa a abandonar a ideia de entabular negociações com Fretilin, a Indonésia retirou a sua oferta de 10 toneladas de arroz para os deslocados¹⁸² e Mochtar deu uma conferência de imprensa. Este declarou que a Indonésia “would not accept any unilateral agreement between the Fretilin[,] one of the two warring parties in Portuguese Timor[,] and the Portuguese envoy[,] Dr. Almeida Santos[,] on the future of the beleaguered Portuguese colony”.¹⁸³ Essencialmente, Mochtar pretendia que a delegação portuguesa negociasse com a UDT e a Apodeti¹⁸⁴ e legitimasse a intervenção militar do seu governo em Timor-Leste.

Derradeira tentativa portuguesa para encontrar uma solução política

Apesar de se terem terminantemente recusado a convidar e a custear a intervenção militar da Indonésia, o ministro Melo Antunes empenhou-se no encontro de uma solução política negociada para a questão de Timor, deslocando-se à ONU, numa primeira fase, e pouco tempo depois a Roma.

¹⁷⁸ “Telegrama n.º 141-142 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 30 de Agosto de 1975, p. 2” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ *Ibid.*

¹⁸¹ *Ibid.*

¹⁸² “Telegrama n.º 145 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 10 de Setembro de 1975, p. 2” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

¹⁸³ “Telegrama n.º 146 do encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, de 9 de Setembro de 1975, p. 1” in “Telegramas recebidos da embaixada em Jacarta, 1975”, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

¹⁸⁴ *Ibid.*

Na primeira semana de Outubro de 1975 deslocou-se a Nova Iorque para participar na 30.^a sessão plenária da Assembleia Geral da ONU. Manteve importantes encontros com o presidente, Henry Ford, e o seu homólogo americano, Henry Kissinger. No discurso que proferiu perante a Assembleia Geral, no dia 3 de Outubro de 1975, Melo Antunes afirmou que os dois assuntos que mais preocupavam os decisores políticos portugueses era Angola e Timor. Relativamente ao último território, declarou que “a situação se apresenta extremamente grave” (Rama e Plantier, 1975, p. 281). Recordou que o governo português tinha proposto aos três partidos políticos timorenses “a abertura de conversações com vista a uma solução pacífica para o futuro político daquele território. Portugal está pronto a aceitar um amplo leque de fórmulas políticas que, não deixando de ter em consideração os legítimos interesses dos países daquela área geopolítica, mormente da Indonésia, correspondam aos interesses do povo timorense, e sejam encontradas por via de acordo com os partidos representativos deste povo. Por outro lado, Portugal declara-se desde já disposto à realização de consultas, ao nível adequado, com a Indonésia, tendo em vista a abertura do caminho que conduza a uma solução rápida e negociada dos conflitos actualmente existentes e à determinação do futuro político do território, sempre com o acordo dos três partidos timorenses” (Ibid., pp. 281-282).

Pouco tempo depois, os decisores políticos portugueses definiram formalmente a sua posição quanto a Timor, “acabando com especulações de que Portugal poderia vir a entregar o poder à Fretilin”.¹⁸⁵ Apesar de ter incrementado internamente a “pressão por parte de forças de esquerda para que Portugal resolva o problema de Timor o mais rapidamente possível, a favor da Fretilin”,¹⁸⁶ o VI governo provisório manteve o mesmo rumo, isto é, evitar antagonizar a Indonésia.

Entretanto, a conjuntura política interna em Timor tinha-se degradado rapidamente. Na entrevista concedida ao semanário *Expresso*, publicada na edição do dia 11 de Outubro, o ministro da Cooperação (antigo Ultramar e ex-Coordenação Interterritorial), comandante Vítor Crespo, classificou a situação como sendo “extremamente complexa”. Embora existissem forças políticas que entendiam que o território não

¹⁸⁵ “Relatório Semanal de Informações n.º 18, confidencial, do SCDI do CR, referido ao período de 07 a 13 de Outubro de 1975, p. 17” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, ACR, vol. 12, n.º 98, doc. 11, IAN/TT, Lisboa.

¹⁸⁶ Ibid., p. 5.

deveria ascender à independência, Vítor Crespo defendeu que “Portugal porém não interferirá em decisões que cabe apenas ao povo de Timor tomar”, pois só assim é que podia cumprir com “as responsabilidades históricas que voluntariamente assumiu com a Revolução do 25 de Abril”.¹⁸⁷

Encurralada perante a iminente invasão da Indonésia, a “Fretilin solicitou a Portugal que estabelecesse uma data para as negociações sobre a independência, ao mesmo tempo que convidou observadores a deslocarem-se a Timor, a fim de verificarem o seu controlo. Solicita que as conversações se realizem nas duas primeiras semanas de Novembro”.¹⁸⁸

As negociações de Roma já dependiam da boa vontade da Indonésia. Duas razões podem ser apresentadas. Primeiro, a ida da UDT e da Apodeti dependia do consentimento da Indonésia. Segundo, o presidente Costa Gomes chamou à atenção do Conselho da Revolução, na sua reunião plenária de 20 de Novembro de 1975, para as “dificuldades de administração portuguesa na ilha de Ataúro”.¹⁸⁹ E quais eram estas “dificuldades”? Podem-se alencar dois grandes obstáculos.

Primeiro, a ausência de comunicações entre a administração portuguesa de Timor e os decisores políticos em Lisboa dificultava a coordenação e concertação das posições oficiais portuguesas. Segundo, a inexistência de meios aéreos e navais para procederem à devida protecção da ilha e para montar um efectivo dispositivo para resgatar os elementos das forças armadas portuguesas detidos pela UDT.

Com o intuito de persuadir a Indonésia a arrepisar o caminho da invasão formal do território, visto que a invasão informal já tinha começado com a queda da vila de Batugadé, no dia 8 de Outubro de 1975¹⁹⁰ (Acácio, 2006, p. 33), Melo Antunes fez mais uma tentativa, desta vez em Roma. Entre os dias 1 e 3 de Novembro de 1975, os chefes das diplomacias portuguesa e javanesa reuniram-se na capital italiana. No final das conversações foram elaborados “dois documentos: um memorando secreto,

¹⁸⁷ “Vítor Crespo: não aos sistemas reaccionários”, *Expresso*, n.º 145 (11 de Outubro de 1975), p. 12.

¹⁸⁸ “Relatório Semanal de Informações n.º 19, confidencial, do SCDI do CR, referido ao período de 21 a 27 de Outubro de 1975, p. 12” in “Correspondência classificada do Secretariado Coordenador”, ACR, vol. 12, n.º 98, doc. 9, IAN/TT, Lisboa.

¹⁸⁹ “Acta, secreta, da reunião do Conselho da Revolução, de 20 de Novembro de 1975, p. 1” in “Actas do CR”, ACR, vol. 2, n.º 2, IAN/TT, Lisboa.

¹⁹⁰ “Sem confirmação oficial o ataque indonésio ao Timor português”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.289 (9 de Outubro de 1975), pp. 1 e 9.

contendo os princípios sobre que houvera acordo, e um curto comunicado à imprensa com as linhas gerais das discussões de 1 e 2 de Novembro” (Pires, 1981, pp. 307-308; 354-355). O primeiro documento contava com 12 cláusulas.

Na primeira, Portugal reiterava o princípio de que era responsável pela descolonização do território, enquanto a Indonésia reconhecia Portugal como a única autoridade no território até ao exercício do direito de autodeterminação do povo timorense. Ambas as partes manifestaram a sua adesão aos princípios de descolonização preceituados na respectiva moção da ONU e a estritamente observarem o princípio de respeito dos interesses dos habitantes do Timor Português. Por outro lado, comprometeram-se a proporcionar urgentemente condições de estabilidade e ordem no território que facilitasse a livre expressão dos habitantes quanto ao seu futuro.¹⁹¹

Neste sentido, concordaram efectuar esforços conjuntos para persuadirem os partidos políticos timorenses a reatarem negociações com o governo português, com o intuito de encontrar uma solução que fosse ao encontro dos desejos dos timorenses. Concordaram, ainda, na realização de negociações logo que fosse possível entre Portugal e todos os partidos políticos em simultâneo da qual constariam: o estabelecimento e a manutenção do cessar-fogo, o regresso dos refugiados do Timor Indonésio para o Timor Português e a questão dos 23 detidos portugueses pela UDT e a criação de um governo de transição, no qual estariam representados equitativamente todos os partidos políticos para preparar a execução do processo de autodeterminação.¹⁹²

Embora a Indonésia propusesse a constituição de uma força de manutenção de paz conjunta, contribuindo Jacarta com o seu respectivo contingente, as autoridades portuguesas rejeitaram-na, pois era contrária ao exercício do poder português no território. Todavia, a parte portuguesa solicitou à Indonésia a concessão de facilidades logísticas à administração portuguesa de Timor, nomeadamente de facilidades aéreas e marítimas. Adam Malik manifestou a sua prontidão para examinar este pedido no âmbito dos esforços envidados para restaurar a paz e a estabilidade no Timor Português.¹⁹³

¹⁹¹ “‘Memorando de Entendimento’ entre os Governos Português e Indonésio relativo à independência de Timor, assinado em Roma, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, a 3 de Novembro de 1975, p. 1” in “Caixa de Tratados”, AHDMNE, Lisboa.

¹⁹² *Ibid.*, pp. 1-2.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 2.

Como contrapartida, as autoridades portuguesas reconheceram que os refugiados constituíam um sério e premente problema para o governo e o povo indonésio. Por esta razão, propôs o seu regresso ao Timor Português. Sob o pretexto de garantir a segurança dos refugiados, os indonésios propuseram-se a escoltá-los, sob a orientação da sua Polícia Nacional, na viagem de regresso ao Timor Português. A parte portuguesa recordou que esta proposta era também inaceitável com os princípios de soberania e com o exercício da autoridade portuguesa no Timor Português. A segurança deveria ser garantida pelos partidos políticos timorenses que controlavam várias regiões de Timor-Leste. Esta situação não obstava a que os dois países se empenhassem na obtenção da garantia da protecção de segurança dos partidos políticos timorenses e da Cruz Vermelha Internacional.¹⁹⁴

A despeito do facto de que a Polícia Nacional da Indonésia mantinha em seu poder os 23 prisioneiros militares portugueses, o regime de Suharto reiterou o seu compromisso em comunicar à UDT as preocupações do governo português relativamente a esta matéria e a empenhar-se na obtenção da sua rápida libertação. A parte portuguesa manifestou que a sua libertação representaria um gesto de boa vontade por parte da UDT, com a qual Portugal nunca se considerou em litígio. A parte portuguesa reiterou que a continuação da detenção injustificada dos 23 portugueses criaria uma conjuntura desfavorável ao êxito das conversações.¹⁹⁵

Ambas as partes concordaram na necessidade de evitar interferência externa no processo de descolonização do Timor Português, em especial todas as intromissões que agravassem a fratricida luta armada no território. Por esta razão, decidiram que seria prematuro o envolvimento das Nações Unidas e que outras formas de “internacionalização” da questão de Timor seriam inoportunas. Ambas as partes reconheceram, contudo, que a partir de um patamar, não especificado, o envolvimento e o apoio das Nações Unidas poderia ser considerado apropriado e necessário.¹⁹⁶

Com o propósito de obter apoio para as suas intenções, o governo português reiterou o princípio que o processo de descolonização do Timor Português deveria “safeguard the legitimate interests of the countries of the region, particularly the interests of the Republic of Indonesia as the closest neighbouring country”.¹⁹⁷ Para

¹⁹⁴ *Ibid.*, pp. 2-3.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 3.

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ *Ibid.*

reforçar esta postura, ambas as partes comprometeram-se a manter uma atitude de cooperação e consultas mútuas em todos os domínios e fases “of the orderly and peaceful process of the decolonization in Portuguese Timor”, assim como no âmbito das Nações Unidas.¹⁹⁸

Quando regressou a Lisboa, Melo Antunes realçou as novas oportunidades que se desenhavam para Timor e para as relações entre Portugal e a Indonésia. Nas declarações prestadas à comunicação social destacou “que a iniciativa destas conversações constituiu uma medida positiva por parte de Portugal, porque nos permitiram conhecer, realmente, através de uma voz autorizada – a do ministro dos Negócios Estrangeiros Adam Malik – aquilo que o Governo de Jacarta pensa sobre o futuro de Timor e as formas de cooperação que projectava ter com Portugal para uma realização correcta da descolonização do território”.¹⁹⁹ Porém, o optimismo reservado expresso pelo chefe da diplomacia portuguesa não foi partilhado pelo governador Lemos Pires. Este observou “o resultado escrito do encontro de Roma como a mentira escrita pela Indonésia em forma de verdade aceitável e desejável a Portugal” (Pires, 1994 [1991], p. 306).

Atendendo à rápida deterioração da conjuntura interna em Timor e ao crescente isolamento internacional, a Comissão Nacional de Descolonização reuniu-se no dia 15 de Novembro. Neste âmbito foi repensada toda a situação e foram ponderados três cenários alternativos para negociar directamente com as três organizações. O cenário A previa a revisão da Lei n.º 7/75, a realização do referendo em Abril/Junho de 1976 e o estabelecimento de um governo de transição só com timorenses e Portugal dispunha-se a apoiar financeiramente o novo governo (Pires, 1981, p. 362). O cenário B contemplava a declaração unilateral de uma data para a passagem da soberania ao povo de Timor (opção idêntica à de Angola) e apresentação do problema à ONU e uma eventual retirada de Atáuro. O terceiro cenário previa a realização de conversações com as organizações políticas. Porém, se estas fossem infrutíferas regressariam ao cenário B (Pires, 1981, pp. 363-363).

Entretanto, a situação continuou a agravar-se. Apesar do rescaldo do 25 de Novembro, no dia 29, o Conselho da Revolução, que já estava permanentemente reunido desde o dia 25, debruçou-se sobre a questão de Timor. Os ministros da

¹⁹⁸ *Ibid.*, pp. 3-4.

¹⁹⁹ “Timor discutido em Roma: Reunir todos à mesma mesa – solução de Melo Antunes e Malik”, *Diário de Notícias*, ano 111, n.º 39.311 (4 de Novembro de 1975), pp. 1 e 7.

Cooperação e dos Negócios Estrangeiros, comandante Vítor Crespo e o major Melo Antunes, respectivamente, pronunciaram-se “acerca da situação em Timor com a declaração de independência por parte de uma das facções e face às notícias de interferência da Indonésia, no território”.²⁰⁰ Por outro lado, “tomou conhecimento da posição que oficialmente se ia tomar através da Presidência da República”.²⁰¹

Na sequência da proclamação unilateral de independência da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) pela Fretilin, no dia 28 de Novembro, a Indonésia manipulou e coagiu os restantes incipientes partidos políticos timorenses a assinarem a declaração de Balibó, no dia seguinte.²⁰² Entre os seus subscritores estava a UDT e a Apodeti, assim como o Partido Trabalhista e a KOTA. As únicas organizações que se manifestaram a favor da independência foram a Fretilin e a URT.²⁰³ A primeira proclamando unilateralmente a independência do território em 28 de Novembro de 1975, enquanto os dirigentes da última organização opuseram-se à integração, acabando por serem detidos pela *Kopkamtib* (Fernandes, 2005, p. 359; Chamberlain, 2005, pp. 56-58).

Apesar do desfecho do dia 7 de Dezembro e da limitada capacidade de projecção militar no exterior, os decisores político-militares portugueses continuaram empenhados numa solução para o problema, desta vez no âmbito da ONU. Neste sentido, em 16 de Dezembro de 1975 (Fernandes, 2005b, p. 12), o chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), general Costa

²⁰⁰ “Acta, secreta, da reunião permanente do Conselho da Revolução, entre os dias 25 e 29 de Novembro de 1975, p. 2” in “Actas do CR”, ACR, vol. 2, n.º 2, IAN/TT, Lisboa.

²⁰¹ *Ibid.*

²⁰² Segundo Domingos de Oliveira, secretário-geral da UDT e subscritor da declaração de integração na Indonésia, o último “documento não foi assinado em Balibó como os governantes indonésios desavergonhadamente têm vindo até agora a mentir, mas sim em Bali, portanto a uns mil quilómetros de Timor Oriental, num hotel militar onde os subscritores se encontravam tecnicamente prisioneiros sob responsabilidade do brigadeiro general Yaya que tinha às suas ordens oficiais disfarçados para os vigiar. Como muito bem observou um dos subscritores, a chamada ‘Declaração de Balibó’ faz parte dos documentos cuja assinatura foi extorquida por coacção, intimidação e terror em território indonésio e no momento em que Timor já estava invadido militarmente” (“A questão de Timor Oriental: A chamada Declaração de Balibó e outras falácias da Indonésia” [<http://www.fitini.net/~udttimor/domolivhistudt.html>]; consultado em 1 de Junho de 2006).

²⁰³ A União da República de Timor (URT) foi a primeira organização nacionalista timorense que se bateu pela independência do território em relação a Portugal e à Indonésia. Fundada em 2 de Novembro de 1960, proclamou a “independência de Timor-Díli” em 9 de Abril do ano seguinte. A despeito de ter formado seis “governos” e três “conselhos militares” nunca conseguiu afirmar-se no terreno através da luta armada. Esta situação contribuiu, em parte, para o seu esmorecimento após o 25 de Abril de 1974 e a sua substituição pela a UPT/AITI/Apodeti (Fernandes, 2005a, pp. 365, 369 e 417).

Gomes, emitiu uma directiva “que previa o envio de dois batalhões, sendo um constituído por três companhias de fuzileiros e outro misto, com uma companhia de comandos, uma companhia de paraquedistas e uma companhia de infantaria” (Bispo, 1999, p. 492). Todavia, esta preparação logístico-operacional nunca chegou a ser concretizada devido a que “estava dependente da aderência da comunidade internacional, em particular do apoio logístico ao longo da rota e na área de acção, ou da constituição de uma força internacional na qual as forças nacionais se iriam integrar” (Ibid.). Esta conjuntura adversa contribuiu para que esta directiva estivesse activa durante um ano e que só em Dezembro de 1976 é que “deixou finalmente de estar em vigor, tendo então sido expressamente cancelada” (Ibid.).

Em suma, a postura política do regime de Suharto era de que Timor-Leste deveria ser parte integrante da Indonésia. Esta atitude gozava de amplos apoios entre a elite indonésia e afirmou-se com todo o vigor após o 25 de Abril de 1974. Tendo analisado a evolução da atitude da Indonésia em relação ao Timor-Leste, impõe-se uma análise da postura da outra grande potência regional: a Austrália.

As oito razões subjacentes ao comportamento da Austrália Apesar de vários sectores do Partido Trabalhista Australiano defenderem a autodeterminação de Timor-Leste, atitude contrária à dos conservadores, E. G. Whitlam,²⁰⁴ primeiro-ministro trabalhista, sustentava a posição dos seus antecessores, de 5 de Fevereiro de 1963, e o consenso da reunião quadripartida de Washington, de que Timor deveria ser integrado na Indonésia.²⁰⁵ Nesta secção vamos apresentar oito variáveis que condicionaram o comportamento australiano.

²⁰⁴ Chefe do governo australiano entre 5 de Dezembro de 1972 e 11 de Novembro de 1975. Era líder do Partido Trabalhista Australiano (PTA), desde 1967, tendo sido um contundente crítico da política colonial portuguesa, em geral, e em relação ao Timor Português, em particular. Com a intenção de romper com a tradicional abstenção dos governos conservadores australianos em relação ao colonialismo português na ONU e agrandar à ala esquerda do PTA mal chegou ao poder mudou de imediato o voto do seu país a favor de resoluções da ONU contra o colonialismo português (“E. G. Whitlam launches Bill Nichol, *Timor – A Nation Reborn*”, p. 3; consultado no dia 1 de Junho de 2006).

²⁰⁵ Descontentes com a recusa de Salazar a Menzies em conceder autogoverno ao Timor Português (Fernandes, 2003b, pp. 16-24) e satisfeito como o relatório circunstanciado apresentado pelo côsul da Austrália em Dili, James Stanley Dunn, a recomendar a integração da colónia portuguesa na Indonésia (“E. G. Whitlam launches Bill Nichol, *Timor – A Nation Reborn*”, p. 2; consultado em 1 de Junho de 2006) e com o intuito de definir uma posição para a reunião quadripartida de Washington sobre o Bornéu e a Malásia, o governo australiano decidiu em 5 de Fevereiro de 1963 “that in the current state of world opinion, no practicable alternative to eventual Indonesian sovereignty over Portuguese Timor presented itself” (Way, 2000, p. 26).

O chefe do executivo australiano era favorável à integração do Timor Português na Indonésia

Pouco mais de uma semana após o 25 de Abril de 1974, o governo australiano elaborou um apontamento sobre a colónia portuguesa no qual concluiu que a atitude a adoptar seria a de que Timor “should become part of Indonesia” (Way, 2000, p. 51). Para a Austrália, a relação mais importante que tinha na região era com a Indonésia e não convinha, de forma alguma, pô-la em causa. Para aduzir esta decisão foram usados como argumentos que o território não era viável do ponto de vista económico e a ausência de uma elite política local (Ibid.). Aliás, esta perspectiva era partilhada pelos órgãos de comunicação social australianos desde pelos menos a proclamação da fundação do primeiro “movimento de libertação” do território, a União da República de Timor (URT), em 2 de Novembro de 1960 (Fernandes, 2005a, p. 365), e a deflagração da guerra colonial portuguesa no continente africano, no início do mesmo decénio. Por exemplo, o jornalista australiano Josef Gert Vondra observou no livro que publicou sobre o Timor Português que “perhaps in the next few years Indonesia will take over the administration of the territory – with or without the United Nations sanction” (1968, p. 103).

Na cimeira entre o primeiro-ministro trabalhista australiano E. G. Whitlam e o general Suharto que decorreu em Wonosobo, Indonésia, entre os dias 5 e 8 de Setembro de 1974, o governo trabalhista australiano ofereceu o Timor Português à Indonésia. Logo no primeiro encontro, que teve lugar na manhã de 6 de Setembro de 1974, de acordo com o relato de conversa australiano “The Prime Minister said that he felt two things were basic to his own thinking on Portuguese Timor. First, he believed that Portuguese Timor should become part of Indonesia. Second, this should happen in accordance with the properly expressed wishes of the people of Portuguese Timor” (Way, 2000, p. 95).

Preocupados com os rumores acerca desta cimeira, o embaixador de Portugal em Camberra tentou obter informações acerca das conversações. No dia 16 de Setembro, Carlos Alberto Empis Wemans solicitou a Whitlam que o recebesse, mas este alegou excesso de trabalho, nomeadamente com a aprovação do orçamento e com a visita do Xá do Irão à Austrália. Por esta razão, propôs que entrasse em contacto com o secretário-geral adjunto do Department of Foreign Affairs, R. A. Woolcott, que o tinha acompanhado a Wonosobo. No encontro, entre o embaixador Wempis e Woolcott, o último informou, ao contrário do que tinha na realidade acontecido, que “ambos tinham acordado de entre as três hipóteses para o futuro de

Timor, por razões geográficas e lógicas a eventual incorporação na Indonésia parecia preferível, mas desde que tal fosse o desejo da população livremente manifestada através de consulta internacionalmente aceitável”. Com o propósito de mitigar eventuais preocupações portuguesas em torno desta matéria, Wollcott informou que “Suharto repetira que a Indonésia não tem qualquer ‘claim’ sobre Timor”.²⁰⁶

De acordo com o Palácio das Necessidades, “os dois estadistas teriam acordado que de entre as três hipóteses sobre o futuro de Timor, por razões geográficas, a eventual integração na Indonésia parecia preferível, desde que tal fosse o desejo da população, livremente manifestado em consulta internacionalmente aceite. Ambos os governantes partilharam o ponto de vista de que seria essencial às populações de Timor terem tempo e oportunidade de serem esclarecidas e tomarem consciência das alternativas que lhe eram colocadas. Por outro lado, Suharto declarou não ter qualquer ambição territorial sobre Timor, mas não afastou a hipótese de, uma vez independente, Timor se integrar na Indonésia se a sua população assim o decidisse”.²⁰⁷

Apesar desta informação ser só de Janeiro de 1975, o governo português teve conhecimento na primeira semana de Outubro de 1974 dos resultados da cimeira. O conselheiro de imprensa da embaixada de Jugoslávia em Jacarta informou o cônsul-geral de Portugal que desde a reunião tinha “vindo a ganhar mais força, mesmo dentro dos círculos militares, a ideia de que teria sido um erro não se ter entendido nos finais da década de 40 a independência do arquipélago ao Timor Português”.²⁰⁸ Avançou ainda com a preciosa informação “que o Primeiro-Ministro da Austrália, nas conversações que tivera com o Presidente Suharto, considerou que a integração de Timor na Indonésia seria a solução mais natural, mas que havia advertido que não deveriam ser empregues para Timor métodos que foram usados no plebiscito do Irião Ocidental” [Papua-Nova Guiné Ocidental].²⁰⁹ O diplomata jugoslavo recordou, contudo, “que, se a advertência do Primeiro-Ministro australiano poderia ter sido feito a título

²⁰⁶ “Telegrama n.º 207, secreto, do ministro dos Negócios Estrangeiros para a missão permanente portuguesa junto da ONU e para o consulado-geral de Portugal em Jacarta, de 20 de Setembro de 1974” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa.

²⁰⁷ “Informação de serviço, secreta, do adido Miguel de Medeiros Alves, de 28 de Janeiro de 1975, p. 3” in “Relações políticas e diplomáticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA. M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

²⁰⁸ “Ofício n.º 6929, secreto, do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Fernando de Magalhães Cruz, para o director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério da Coordenação Interterritorial, Ângelo dos Santos Ferreira, 10 de Outubro de 1974” in “Timor: geral – diversos”, Fundo MU/GM/GNP/K-08-00, A. 13, G. 1, M. 21, AHDMNE, Lisboa.

²⁰⁹ *Ibid.*

acidental, poderia, também, resultar já de quaisquer informações que possuísse sobre as intenções da Indonésia relativamente à futura consulta à população de Timor”.²¹⁰ A despeito da grande importância política desta informação, a direcção-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros levou mais de uma semana a comunicá-la ao gabinete de Negócios Políticos do ministério da Coordenação Interterritorial que, por seu turno, levou, também, o mesmo tempo a transmiti-la ao encarregado do governo de Timor, coronel Nívio Herdade.²¹¹

Posição idêntica foi reiterada pelo novo embaixador australiano em Lisboa. Após a apresentação das suas credenciais ao presidente Costa Gomes, o novo embaixador da Austrália em Lisboa, Frank Bell Cooper,²¹² informou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos, em 7 Outubro de 1974, que: “[a]s condições sócio-políticas de Timor pareciam aconselhar a integração com a Indonésia como [a] solução mais aconselhável”.²¹³

E. G. Whitlam estava tão empenhado em facilitar a integração do território na Indonésia que quando teve lugar a segunda cimeira entre ele e Suharto, em Townsville, entre os dias 3 e 5 de Abril de 1975, voltou a reiterar a posição australiana de apoio à integração de Timor-Leste na Indonésia. De acordo com o relato de conversa australiano, o chefe de governo de Camberra “still hoped that Portuguese Timor would be associated with or integrated into Indonesia; but this result should be achieved in a way which would not upset the Australian people” (Way, 2000, p. 245).

Contencioso sobre os limites da plataforma continental do Mar de Timor

Uma das principais razões para que o governo trabalhista australiano fosse a favor da integração de Timor-Leste na Indonésia foi o litígio acerca da fronteira marítima entre o Timor Português e a Austrália. A razão era bem simples, desde a assinatura do acordo de delimitação da plataforma continental australo-indonésio,

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ “Ofício n.º 4018/K-08-00 do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério da Coordenação Interterritorial, Ângelo dos Santos Ferreira, para o encarregado do governo de Timor, de 16 de Outubro de 1974” in “Timor: geral – diversos”, Fundo MU/GM/GNP/K-08-00, A. 13, G. 1, M. 21, AHDMNE, Lisboa.

²¹² Destacado diplomata australiano, pois tinha exercido o cargo de chefe da repartição da Europa e da África Central e Austral do ministério australiano dos Negócios Estrangeiros (Way, 2000, p. 844) e que foi um dos principais altos funcionários que determinou a política externa do seu país em relação a Portugal e a Timor após o 25 de Abril de 1974.

²¹³ “Informação de serviço, secreta, do adido Miguel de Medeiros Alves, de 28 de Janeiro de 1975, p. 6” in “Relações políticas e diplomáticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA. M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

de 9 de Outubro de 1972, que “na opinião da *Oceanic* foi altamente prejudicial”²¹⁴ para Jacarta, que o governo australiano pretendia firmar um acordo australo-português que se regesse pelos mesmos princípios.

Na sequência de um pedido formulado pela empresa americana *Oceanic Exploration Company*,²¹⁵ em 31 de Dezembro de 1968, para a prospecção de hidrocarbonetos no Mar de Timor em regime de exclusividade, “numa área que se estende para além do limite Sul da fossa marítima até à linha mediana”,²¹⁶ isto é, na zona de litígio entre os dois países, o ministro do Ultramar, Baltasar Rebelo de Sousa, publicou o decreto n.º 25/74, no *Diário do Governo*, a autorizar a celebração de um contrato de concessão a uma empresa portuguesa de prospecção e exploração de hidrocarbonetos no Mar de Timor, na qual estaria a firma americana.²¹⁷ A área de prospecção inicial cobria “parte da plataforma continental da província de Timor”.²¹⁸ Para facilitarem possíveis negociações, esta poderia “sofrer acertos que resultem de eventuais acordos internacionais”.²¹⁹

A reacção de E. G. Whitlam verificou-se poucas semanas depois. Na tentativa de esclarecer as vantagens que constituía em que fosse o governo federal australiano a tratar dos assuntos referentes às fronteiras marítimas, em declarações prestadas em Perth a uma estação local de televisão, em 25 de Março de 1974, o chefe de executivo de Camberra declarou falsamente que o seu governo “just this last couple of days we have protested to Portugal for giving leases to an American company in our portion of the North-West Shelf which we had granted to Woodside Burmah”.²²⁰ Para

²¹⁴ “Apontamento de Luís Roma de Albuquerque, secretário da Comissão Interministerial para o Estudo da Utilização Pacífica do Fundo do Mar, de 30 de Dezembro de 1972, p. 10” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²¹⁵ Firma sediada na cidade de Denver, Estado do Colorado, EUA. “Apontamento de Pedro José Ribeiro de Meneses, da direcção-geral dos Negócios Económicos do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 7 de Agosto de 1974, p. 2” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²¹⁶ *Ibid.*

²¹⁷ “Decreto n.º 25/74”, *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 26 (31 de Janeiro de 1974), p. 142-164.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 142.

²¹⁹ *Ibid.*

²²⁰ “Text of the Prime Minister’s Interview on Perth Television (on 25 March) Relating to Oil Leases on the North-West Shelf, p. 1” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

desdramatizar a situação o embaixador Wemans recordou ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, que “as declarações do Senhor Whitlam tiveram sobretudo um objectivo de política interna e o protesto foi-nos apresentado, um pouco à pressa, a fim de evitar a descortesia de não nos haver sido transmitido anteriormente às mesmas declarações públicas”.²²¹

Porém, após a declaração do chefe do executivo, o embaixador de Portugal em Camberra, Carlos Alberto Empis Wemans, foi convocado para comparecer imediatamente no DFA. O director-geral apresentou-lhe um protesto verbal pelo governo português ter concessionado a prospecção a uma empresa americana. O embaixador português observou, contudo, “de que a nossa atitude tinha sido semelhante à australiana, ao fazermos concessões seguindo apenas a nossa interpretação do Direito Internacional relativo à questão”.²²²

Com o intuito de pressionar Lisboa, no dia seguinte os principais órgãos de imprensa da Austrália e o *Washington Post* noticiavam o litígio entre ambas as partes.²²³ O embaixador Carlos Alberto Empis Wemans observou que o teor da imprensa australiana se podia resumir “na ideia de que a Austrália, coitada, tendo de substituir agora o ‘fardo do homem branco’ pelo ‘fardo do anti-colonialista’, se vê obrigada a explorar petróleo de uma zona submarina que não quer de maneira alguma apropriar, mas que não pode permitir que seja explorada pelos ‘colonialistas portugueses’”.²²⁴

Para reforçar a posição política do seu governo nesta matéria, o embaixador australiano em Lisboa, Kevin T. Kelly, deslocou-se ao Palácio das Necessidades, em

²²¹ “Ofício n.º 98, urgente, do embaixador de Portugal em Camberra para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 5 de Abril de 1974” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa. O aviso cauteloso do chefe da missão diplomática portuguesa é confirmado pelo estudo de Ravenhill que chama atenção para a complexa gestão concorrencial entre o governo federal australiano e os executivos estaduais no domínio da política externa, em geral, e no âmbito dos recursos naturais, em particular (1990, pp. 95-112).

²²² “Ofício n.º 80 do embaixador de Portugal em Camberra para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 26 de Março de 1974, p. 1” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²²³ “Portugal grants oil rights on our shelf”, *The Australian* (26 de Março de 1974), p. 1; “Oil: Portuguese tail-twisting could fire”, *The Australian Financial Review* (26 de Março de 1974), p. 1; “Canberra, Lisbon head for row”, *The Age* [Melbourne] (26 de Março de 1974), p. 1; “Timor Oil Dispute”, *Washington Post* (27 de Março de 1974).

²²⁴ “Ofício n.º 87 do embaixador de Portugal em Camberra para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 28 de Março de 1974” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

2 de Abril de 1974, para apresentar um apontamento escrito relativamente ao protesto do dia 25 de Março, fornecer “verbalmente explicações” e obter uma reacção oficial portuguesa.²²⁵ Porém, para evitar pronunciar-se sobre o assunto, o director-geral dos Negócios Económicos, Tomaz de Melo Breyner Andresen, argumentou que só seria tomada “oficialmente uma posição” após o embaixador português obter o texto das declarações de Whitlam junto do DFA. Entretanto, avançou com algumas das razões para a atitude do ministro Baltasar Rebelo de Sousa.²²⁶ Não obstante o ministério português dos Negócios Estrangeiros ter proposto, em 2 de Novembro de 1970, à embaixada australiana em Lisboa a “abertura de negociações para se definirem, por via bilateral, os limites da plataforma na zona em causa, [s]ó em Fevereiro de 1973 – isto é, depois de dois anos e três meses – o Governo australiano manifestou interesse em negociar”.²²⁷ Esta conjuntura era agravada já que as autoridades de Camberra tinham atribuído “as concessões na zona que deveria constituir objecto de acordo”.²²⁸ A atitude tomada pelo governo português enquadrava-se no âmbito da “Convenção de Genebra de 1968 sobre a Plataforma Continental, isto é, dentro da área compreendida entre a costa de Timor e a linha mediana que a separa da costa australiana”.²²⁹ Manifestou interesse em dar início às negociações e recordou que o despacho n.º 25/74 do ministro do Ultramar previa que “os limites da área nomeada poderão sofrer os acertos que resultem de eventuais acordos internacionais”.²³⁰ Finalmente, acrescentou que atendendo a que iria ter início em Junho a Conferência das Nações Unidas sobre o Mar deveria aguardar-se pelas eventuais novas regras internacionais que poderiam surgir, para depois dar início às negociações bilaterais.²³¹

Sob instruções do Palácio das Necessidades, o embaixador Wemans apresentou no DFA uma nota a lastimar as declarações públicas de Whitlam sobre o assunto e manifestou-se disponível em encetar negociações com o governo australiano para o estabelecimento de uma fronteira na plataforma continental entre ambos os países,

²²⁵ “Apontamento de conversa do director-geral dos Negócios Económicos, de 2 de Abril de 1974” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da Oceanic e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²²⁶ *Ibid.*

²²⁷ *Ibid.*, p. 2.

²²⁸ *Ibid.*

²²⁹ *Ibid.*

²³⁰ *Ibid.*

²³¹ *Ibid.*, p. 3.

no dia 18 de Abril de 1974. Todavia, atendendo a que estava prevista para ter início, no mês de Junho, a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em Caracas, o governo português era da opinião que não era o momento indicado para o início das negociações e que por esta razão preferia aguardar pelos resultados da reunião.²³²

O director dos serviços jurídicos e de tratados do DFA, Hugh Gilchrist, comentou que “uma vez que o Governo Português parecia tão ansioso por adiar as conversações com a Austrália até depois da Conferência de Caracas, parecia que poderia igualmente ter adiado a concessão feita à Companhia ‘*Oceanic Exploration*’”.²³³ O embaixador português respondeu “que, uma vez que a questão tinha sido adiada até agora, nos parecia pouco aconselhável começar negociações numa base legal que poderia não existir daqui a quatro ou cinco meses”.²³⁴

Na sequência desta movimentação, Pedro José Ribeiro de Meneses elaborou uma extensa informação de serviço sobre as eventuais negociações a serem conduzidas com a Austrália relativamente à plataforma continental do Mar de Timor. Para o segundo-secretário do Palácio das Necessidades a fossa do Mar de Timor não deveria constituir o limite, como era defendido por Camberra, mas sim a linha mediana.²³⁵ Sobre esta informação recaiu um despacho do adjunto do director-geral dos Negócios Económicos. Atendendo a que os resultados da conferência de Caracas seriam “pouco mais [de] que nulos”, José Joaquim de Mena e Mendonça recomendou que se deveria “estabelecer desde já o princípio das negociações com a Austrália, iniciando-se com os Ministérios competentes a preparação das mesmas”.²³⁶

²³² “Nota UL-A2/150 da embaixada de Portugal em Camberra para o Department of Foreign Affairs, 18 de Abril de 1974, p. 2” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²³³ “Ofício n.º 101 do embaixador de Portugal em Camberra para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 18 de Abril de 1974, p. 1” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²³⁴ *Ibid.*

²³⁵ “Informação de serviço do segundo-secretário Pedro José Ribeiro de Meneses, de 7 de Agosto de 1974, p. 5” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²³⁶ “Despacho do adjunto do director-geral dos Negócios Económicos, de 9 de Agosto de 1974, inserto na informação de serviço do segundo-secretário Pedro José Ribeiro de Meneses, de 7 de Agosto de 1974, p. 3” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

De acordo com o adjunto do director-geral dos Negócios Económicos, Luís Alberto Figueira, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos, concordou com as recomendações. No entanto, instruiu, no dia 12 de Agosto de 1974, que as negociações tivessem “em consideração [o] resultado [da] Conferência sobre [a] questão do Mar e [a] situação de Timor no processo [de] descolonização em curso. Deverá ser igualmente ponderado se, em face [da] actual revisão dos princípios sobre Direito do Mar a que se procede no plano internacional, será oportuno comprometer definitivamente, por acordo bilateral, os assuntos de Timor na matéria”.²³⁷

Não obstante a abertura portuguesa em relação a esta matéria, no dia 29 de Novembro de 1974, o DFA apresentou uma extensa nota verbal, de cinco páginas, à embaixada portuguesa.²³⁸ Camberra alegou que “is unable to agree that there is one continental shelf between Australia and Portuguese Timor”.²³⁹ Para tal, apresentou três razões fundamentais. Primeira, o carácter morfológico do leito do mar de Timor.²⁴⁰ Segundo, o “prolongamento natural” da massa continental, de acordo com a Convenção de Genebra de 1958.²⁴¹ Terceiro, a legislação australiana estabelecia desde 1952 que as zonas em litígio eram efectivamente australianas.²⁴² Neste âmbito, “the Australian Government must ask the Portuguese Government not to permit any activities in the areas that would infringe the sovereign rights of Australia as referred to in this Note”.²⁴³

Esta nota contradizia, em parte, as declarações do ministro australiano dos Negócios Estrangeiros relativamente ao Direito do Mar. No dia 19 de Setembro de 1974, Don Willesee, defendeu que “many countries had agreed with Australia’s contention that the legal continental shelf extended throughout the prolongation of

²³⁷ “Despacho do adjunto do director-geral dos Negócios Económicos, de 12 de Agosto de 1974, inserto na informação de serviço do segundo-secretário Pedro José Ribeiro de Meneses, de 7 de Agosto de 1974, p. 1” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²³⁸ “Note by the Department of Foreign Affairs of Australia, 29 November 1974, p. 1” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²³⁹ *Ibid.*, p. 1.

²⁴⁰ *Ibid.*

²⁴¹ *Ibid.*, pp. 1-2.

²⁴² *Ibid.*, pp. 2-4.

²⁴³ *Ibid.*, p. 4.

the land mass of a country, to the outer edge of the continental margin”.²⁴⁴ Na opinião do embaixador Wemans, “parece interessante notar que esta doutrina – na qual se funda a opinião australiana defendida em relação à delimitação da plataforma continental entre Timor e a Austrália – é agora apresentada como uma doutrina nova, embora merecendo o apoio de vários outros países, e não, como até aqui sempre foi pretendido, decorrente da Convenção de Genebra de 1958 sobre o assunto”.²⁴⁵

Atendendo ao impasse político, as autoridades portuguesas decidiram atribuir a concessão da prospecção de hidrocarbonetos no Mar de Timor. Na cerimónia solene que teve lugar no dia 11 de Dezembro de 1974, no ministério da Coordenação Interterritorial, o secretário de Estado dos Assuntos Económicos, Fernando de Castro Fontes, outorgou, em nome do Estado Português e do governo de Timor, a concessão de prospecção e exploração à *Petrotimor – Companhia de Petróleos, SARL*,²⁴⁶ que se encontrava representada por Moses Bensabat Amzalak, professor universitário, e Norman Jay Singer, advogado americano e gestor de sociedades comerciais, na qualidade de administradores da empresa.²⁴⁷

Como o governo português nunca reagiu à nota australiana e tinha, entretanto, atribuído formalmente a concessão à *Petrotimor*, o embaixador australiano em Lisboa, apresentou ao Palácio das Necessidades um novo *aide-mémoire*. No dia 7 de Abril de 1975, Frank Bell Cooper entregou uma segunda nota ao adjunto para as relações bilaterais do director-geral dos Negócios Económicos, interino, do ministério dos Negócios Estrangeiros, Fernando Manuel da Silva Marques (Portugal, 1975, p. 90). Baseando-se em notícias divulgadas pela comunicação social que a empresa *Petrotimor*

²⁴⁴ “Department of Foreign Affairs: News Release No. M/124, 19 September 1974, p. 1” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²⁴⁵ “Ofício n.º 223/UL-A.2 do embaixador de Portugal em Camberra para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 24 de Setembro de 1974” in “Acordo sobre Plataforma Continental do Mar de Timor: Pedido da *Oceanic* e negociações com a Austrália, 1974”, Pt. 3, EEA M. 572, AHDMNE, Lisboa.

²⁴⁶ Esta empresa foi constituída em 16 de Outubro de 1974, com sede em Lisboa. “*Petrotimor – Companhia de Petróleos, SARL*”, *Diário de Governo*, III.ª Série, n.º 24 (13 de Novembro de 1974), p. 10359.

²⁴⁷ “Contrato de Concessão entre o Estado Português e a “*Petrotimor*” – Companhia de Petróleos, SARL – para pesquisa, desenvolvimento e produção de jazigos de hidrocarbonetos naturais que ocorram no estado líquido e gasoso, em determinadas áreas da Província de Timor, assinado em Lisboa, Ministério da Coordenação Interterritorial, a 11 de Dezembro de 1974”, “Acordos Institucionais – Tratados”, AHDMNE, Lisboa.

iria dar início a pesquisas geológicas na região do Mar de Timor reivindicada pela Austrália, insistia na resposta a três questões. Primeira, se o governo português pretendia autorizar actividades de prospecção na região em litígio. Segundo, se as autoridades portuguesas tinham informado a empresa em apreço sobre a posição da Austrália sobre esta matéria. Terceiro, pretendia ser informada se a *Petrotimor* já tinha dado início às suas actividades. Na parte final deste documento expressou a sua apreensão pelas autoridades portuguesas parecerem dispostas a autorizar a prospecção em zonas reivindicadas pelo governo australiano “before negotiations have taken place”.²⁴⁸

Se a intenção australiana era pressionar as autoridades portuguesas a desistirem do outorgamento da concessão, esta iniciativa não deu frutos. O secretário de Estado dos Assuntos Económicos do ministério da Coordenação Interterritorial, Fernando de Castro Fontes, “aprovou com certos condicionalismos” o programa de prospecção da *Petrotimor*, submetido à sua consideração em 30 de Abril.²⁴⁹ Esta decisão foi, em parte, legitimada pela proposta elaborada pelo presidente da Segunda Comissão da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Reynaldo Galindo Pohl, de 7 de Maio de 1975. Por esta razão, Inácio Rebelo de Andrade do ministério dos Negócios Estrangeiros argumentou, em 27 de Junho de 1975, que era bastante questionável “a tese australiana da aplicação pura e simples do critério do ‘prolongamento natural’ à delimitação da plataforma continental”.²⁵⁰ Neste âmbito, contra-indicou “na presente fase, quaisquer concessões por nós à Austrália nesta matéria”.²⁵¹

Entretanto, para reforçar o envolvimento da administração portuguesa no processo de decisão relativamente aos recursos naturais do território, o governador Lemos Pires nomeou uma Comissão para o Estudo das Concessões Petrolíferas e Mineiras, em 28 de Junho de 1975. Constituída por três pessoas, este organismo foi

²⁴⁸ “Aide-Mémoire: ‘Oil Prospecting in Timor Sea’ submitted by the Embassy of Australia in Lisbon, 7 April 1975” in “Acordo sobre plataforma continental de Timor”, EEA M. 655, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

²⁴⁹ “Informação n.º DP/58/FS/75 da Inspeção-Geral de Minas do ministério da Coordenação Interterritorial, de 13 de Maio de 1975, p. 2” in “Acordo sobre plataforma continental de Timor”, EEA M. 655, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

²⁵⁰ “Informação de serviço ‘Litígio com a Austrália sobre os limites da plataforma continental do Timor Português’, de 27 de Junho de 1975, p. 14” in “Acordo sobre plataforma continental de Timor”, EEA M. 655, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

²⁵¹ *Ibid.*

incumbido de analisar e avaliar “as negociações finais e as fórmulas contratuais [...] nos seus múltiplos aspectos, especialmente os jurídicos, financeiros e políticos” (Pires, 1981, p. 205), nomeadamente a renovação dos contratos com a *Petrotimor*, a *World Minerals* e a *Broken Hill Proprietary* (*Ibid.*, p. 204).

A posição de Inácio Rebelo de Andrade recebeu inesperada e implicitamente o apoio de Henry Kissinger. No discurso proferido perante a Ordem dos Advogados dos EUA, no dia 11 de Agosto de 1975, o ministro americano dos Negócios Estrangeiros declarou que os:

“United States joins many other countries in urging international agreement on a 200 mile offshore Economic Zone. Under this proposal, coastal states would be permitted to control fisheries and mineral resources in the Economic Zone [...] In some areas the continental margin extends beyond 200 miles. To resolve disagreements over the use of this area, the United States proposes that the coastal states be given jurisdiction over continental margin resources beyond 200 miles, to a precisely defined limit, and that they share a percentage of financial benefit from mineral exploitation in that area with the international community”.²⁵²

A decisão, quer por parte dos decisores políticos portugueses em Lisboa, quer em Dili, representou um repto político à hegemonia da Austrália na região. Este ambiente contribuiu para que os principais decisores políticos australianos se mostrassem favoráveis à integração de Timor-Leste na Indonésia.

Rejeição da opção de integração na Austrália

Em Timor sempre existiu uma admiração pela Austrália, entre a elite crioula timorense, o grupo de deportados políticos portugueses e entre alguns membros da administração colonial portuguesa. A demonstração cabal destas simpatias remontavam à II Guerra Mundial, quando vários timorenses, deportados políticos portugueses e elementos da administração colonial portuguesa apoiaram as forças de guerrilha australianas a operarem no terreno contra as forças de ocupação nipónicas (Fernandes, 2001b, p. 38, Bretes, 1989, pp. 28-29; Brandão, 1953 [1946]).

Desde o fim da guerra que vários timorenses procuraram emigrar para a Austrália em busca de um melhor nível de vida. Este fluxo foi, em parte, diminuto devido à exiguidade dessa mesma elite, à contida política de emigração da

²⁵² “Official Text: Kissinger Address to the American Bar Association, 11 August 1975, pp. 4 e 5”, EEA M. 655, Pt. 1, AHDMNE, Lisboa.

administração colonial portuguesa e à política restritiva australiana de imigração com o desígnio de evitar a entrada de pessoas não brancas no país. Portanto, após o 25 de Abril de 1974 a opção australiana surgiu como uma alternativa às restantes três opções (Portugal, independência, Indonésia). Todavia, esta preferência colidia com a política australiana de integração do Timor Português na Indonésia, como se pode confirmar com as duas recusas australianas.

A primeira abordagem no sentido de viabilizar a “opção australiana” surgiu no dia 11 de Novembro de 1974. José Celestino da Silva Martins,²⁵³ filho de José Martins, liurai de Ermera e um dos 35 fundadores da Apodeti,²⁵⁴ que se encontrava em Lisboa há umas semanas, reuniu-se com o embaixador australiano na capital portuguesa, Frank Bell Cooper. A audiência visou essencialmente sugerir o surgimento de uma quarta opção: a transformação do Timor Português num “protectorado” da Austrália. Cooper defendeu que iria informar o seu governo, mas que a orientação preconizada pelo seu país era a de reduzir as suas responsabilidades coloniais e não aumentá-las. Três dias depois Camberra instruiu Cooper a desencorajar a “quarta solução” (Way, 2000, p. 132).

Entretanto, em Díli foi fundada a Comissão Organizadora para a Colocação de Timor na Austrália, sob a orientação de Henrique Pereira, antigo colaborador da guerrilha australiana que operou no Timor Português durante o período da II Guerra Mundial e dirigente da Associação Recreativa e Desportiva *União*. Aparentemente, este cobrava AUSS.50 cêntimos de jóia por cada cartão de militante, o que representava metade do salário diário de um timorense. Apesar da onerosidade da jóia, no fim de Novembro de 1974 este grupo contava alegadamente com 8.000 militantes. A sua base de apoio era essencialmente constituída por chineses, crioulos e portugueses que receavam a precipitação de violência maciça em Timor e que por virtude de pertencerem ao grupo integracionista na Austrália poderiam ver facilitado o seu êxodo do território por parte de Camberra (Nicol, 2002 [1978], p. 63).

²⁵³ Presidente do grupúsculo KOTA, desde 1975 (Way, 2000, p. 848), que intimidou os 23 reféns portugueses em posse da UDT (Carlos, 1982, pp. 153-155, 158-160). Porém, em Dezembro de 1975 repudiou a delegação do governo fantoche de Timor-Leste imposto por Jacarta (Horta, 1994, p. 189) e quatro meses depois escreveu uma carta ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, com a ajuda de José Ramos Horta (*Ibid.*), a informar que a primeira vez que se tinha deslocado a Nova Iorque não tinha sido na condição de um homem livre, que a declaração de Balibó era uma farsa, a denunciar que a intervenção indonésia tinha custado milhares de vidas e a alegar que o regime javanês tinha exagerado o número de refugiados com o intuito de extorquir fundos da Cruz Vermelha Internacional e de governos estrangeiros (Roff, 1992, p. 115).

²⁵⁴ Fundador e dirigente da Apodeti (Jolliffe, 1978, pp. 67 e 150; Pires, 1981, p. 31).

A segunda tentativa teve lugar durante a parte final da visita do conselheiro da secção política da embaixada da Austrália em Jacarta, A. R. Taylor, entre os dias 26 de Fevereiro e 5 de Março de 1975 (Pires, 1981, p. 48). Durante a sua estadia, assistiu, no dia 2 de Março às primeiras eleições democráticas em Timor, em Iliomar, concelho de Lautém, e a uma tentativa de reforma do poder local. No relatório que apresentou ao DFA, observou que elas “demonstrate that the new Portuguese administration in Timor was genuine in its attempt to decolonise the territory” (Way, 2000, p. 218). No antepenúltimo dia do seu regresso a Jacarta, ou seja no dia 3 de Março, foi proclamada a criação de um nova organização política, a Associação Democrática para a Integração de Timor-Leste na Austrália (ADITLA). Porém, a sua existência foi curta e efémera. As razões para o seu eclipse têm leituras distintas. O jornalista australiano Bill Nicol atribui o seu definhamento a uma notícia publicada na edição do dia 12 de Março de 1975, n’*A Voz de Timor* denominada “Austrália rejeita ‘ADITLA’”. Segundo este “[t]he report gave a strong account of how the Australian Government would not integrate East Timor into the commonwealth, and wished to have no part with ADITLA” (Nicol, 2002 [1978], p. 64). Por seu turno, Lemos Pires observou que esta organização “desapareceu quase na mesma altura em que surgiu – a Austrália apressou-se a comunicar que nada tinha a ver com isso nem apoiaria semelhante organização” (Pires, 1981, p. 50). Perante esta realidade, Henrique Pereira desistiu de dar continuidade ao grupo (Nicol, 2002 [1978], p. 64).

Em suma, apesar destas duas tentativas por parte de elementos da elite crioula timorense, a diplomacia australiana inviabilizou-as, pois não se enquadrava dentro da sua estratégia de fomentar a “integração do Timor Português na Indonésia”.

Evitar a reabertura do consulado em Díli

Com o propósito de evitar um conflito com Jacarta, o governo australiano recusou-se a reabrir o seu consulado em Díli, que tinha sido encerrado em 1971, por razões idênticas.²⁵⁵ Esta atitude era contrária à recomendação da missão enviada pelo DFA, em Camberra, constituída por A. D. McLennan, chefe da repartição as Indonésia, e James Stanley Dunn, funcionário da DFA destacado na biblioteca do parlamento

²⁵⁵ De acordo com James Stanley Dunn uma das razões para o encerramento do consulado da Austrália em Díli “was the [Australian] government’s desire, in the light of the mounting international pressure on Portugal, to extricate itself from a situation that could turn out to be embarrassing and compromising” (2003 [1983], p. 110).

australiano. Estes visitaram o território entre os dias 17 e 27 de Junho de 1974 (Way, 2000, p. 63) e implicitamente deram a entender que o consulado deveria ser reaberto porque era uma reivindicação feita por timorenses, chineses e portugueses (Ibid., p. 67). Para reforçarem o seu argumento afirmaram que os timorenses consideraram o encerramento do consulado uma traição a favor do colonialismo português (Ibid.).

Quando José Ramos Horta visitou Camberra, em 16 de Julho de 1974, o DFA estava a ponderar recomendar a abertura do consulado, só que não pretendia comunicá-lo ao secretário-geral da ASDT com receio que este alcançasse proveitos políticos desta informação a seu favor pessoal e da sua organização política (Ibid., p. 70). Quando Harry Tjan, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Jacarta e conselheiro do major-general Ali Murtopo, visitou Camberra, em 21 de Agosto de 1974, G. B. Feakes, chefe da repartição do Sul da Ásia do DFA, informou-o que tencionavam reabrir o consulado em Díli (Way, 2000, p. 86). Aparentemente, Harry Tjan tinha declarado uma má compreensão da Austrália no seu país, em parte, devido aos rumores que circulavam acerca da reabertura do consulado (Ibid., p. 91).

Para além da pressão exercida por determinados sectores australianos e por José Ramos Horta para obterem a reabertura do consulado australiano em Díli, no segundo semestre de 1974, as autoridades portuguesas manifestaram, também, interesse e empenho idêntico. Originalmente, as autoridades portuguesas esperavam que com a nomeação de um cônsul australiano “contrabalançar a acção do seu colega da Indonésia”.²⁵⁶ Três meses depois, o governador Lemos Pires enviou um ofício a Almeida Santos, por intermédio do chefe dos serviços de Economia, major Simões Rios, a solicitar que fossem dadas garantias à Austrália que Timor não constituiria um foco de instabilidade regional e para que Camberra não interferisse. Todavia, defendeu que era “urgente que enviem para Díli um Cônsul”.²⁵⁷ O intuito era reforçar a legitimidade das autoridades portuguesas.

²⁵⁶ “Relatório da visita a Timor do inspector administrativo, António Policarpo de Sousa Santos, de 9 de Setembro de 1974, p. 7” in “Visita a Timor de 20 de Agosto a 9 de Setembro de 1974”, Espólio particular de António Policarpo de Sousa Santos, AHU, Lisboa.

²⁵⁷ “Carta do governador para o ministro da Coordenação Interterritorial, de 14 de Dezembro de 1974, p. 2” in “Assuntos de Timor, 1974-1975”, MCI/GM, Pt. 5, AHU, Lisboa.

Quando se deslocou a Lisboa em Março de 1975, o governador Lemos Pires diligenciou junto do Palácio das Necessidades no sentido que fosse reaberto o consulado australiano em Díli (Pires, 1981, p. 51) e encontrou-se com o embaixador australiano na capital portuguesa, Frank Bell Cooper, com a intenção de o persuadir a reabrir o consulado. Porém, Cooper “repeated the arguments why we did not favour this course at the present time” (Way, 2000, p. 226). Perante esta recusa, Lemos Pires solicitou um incremento no número de visitas australianas ao território, ao que o embaixador respondeu que pensava que o seu governo seria “receptive to the idea” e de que lhe comunicaria o pedido (*Ibid.*).

As diligências de Lemos Pires receberam uma inusitada ajuda da delegação parlamentar do Partido Trabalhista Australiano, constituída por seis elementos (Way, 2000, p. 233), que se deslocou a Timor, em 16 de Março. Quando regressou a Camberra, os membros da delegação recomendaram a reabertura do consulado australiano em Díli. A resposta de E. G. Whitlam foi de que “could be misinterpreted, political interests in Portuguese Timor could seek to use our presence to involve us to an extent that I do not feel would be appropriate for Australia” (Roff, 1992, p. 29).

Em suma, esta atitude enquadrava-se dentro do objectivo geral da liderança do Partido Trabalhista Australiano de não antagonizar a Indonésia e facilitar a anexação do território pelo regime de Suharto.

Receio da coligação UDT-Fretilin

As autoridades australianas sempre nutriram um grande receio pela coligação UDT-Fretilin, criada sob o forte incentivo das autoridades portuguesas em Díli. A sua apreensão derivava essencialmente do comunicado conjunto a proclamarem a formação da sua coligação, em 20 de Janeiro de 1975. O comunicado apelava à independência total do território sob a designação oficial de Timor-Leste ou de Timor-Díli, propunha boas relações com todos os países, incluindo a Indonésia, mas reconhecia somente a Portugal, com a ajuda da ONU, de uma comissão de fiscalização, como tendo o exclusivo direito de acompanhar o processo de descolonização de Timor. A última não incluiria “as grandes potências, países da ASEAN e outros sob a influência da Indonésia, incluindo a Austrália” (Pires, 1981, p. 78). Esta parte do comunicado não foi muito bem recebido na Austrália. No apontamento redigido por Susan Boyd, da repartição da Europa ocidental do DFA, esta observou, em 28 de Janeiro de 1974, “the evident hostility to Australia was both new and disturbing” (Way, 2000, p. 162).

Desvalorização dos rumores de invasão de Timor pela Indonésia

Um dos princípios permanentes do comportamento australiano durante este período foi a desvalorização junto das autoridades portuguesas das notícias divulgadas nos órgãos de informação internacionais, australianos e portugueses sobre os preparativos e a pendente invasão do território pela Indonésia. Como os exemplos são numerosos, vamos-nos debruçar só sobre os mais significativos.

Na última semana de Fevereiro e na primeira semana de Março de 1975, vários órgãos da imprensa internacional, baseados em fugas de informações deliberadas do ministério australiano da Defesa, afirmavam peremptoriamente que a Indonésia estava a fazer preparativos militares para invadir Timor.²⁵⁸ Embora as autoridades australianas estivessem a par do planeamento que estava a ser efectuado, os ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros declararam ao embaixador de Portugal em Camberra, António Cabrita Matias, que os artigos eram “exagerados [e] alarmistas[,] pois [os] exercícios [com a] Indonésia agora terminaram [e] fariam parte [de um] ‘contingency plan’ [que] datam já [do] tempo [do] presidente Sukarno”.²⁵⁹ Para minorar a desconfiança do embaixador português, o ministério dos Negócios Estrangeiros confirmou-lhe, particularmente, parte da carta mais favorável a Portugal enviada por Whitlam a Suharto, mas omitindo aquela que favorecia a Indonésia. Embora fosse verdade que o dirigente trabalhista australiano expressasse a sua oposição a “qualquer intervenção armada e sugerisse que a “Indonésia, a Austrália e Portugal deveriam prestar assistência financeira a Timor quando o território se tornasse independente”, omitiu, contudo, a parte da missiva mais desfavorável a Portugal.

A Austrália esteve a par das actividades subversivas da Indonésia em Timor-Leste e só informou esporadicamente os decisores políticos portugueses desta realidade

Desde o dia 3 de Julho de 1974 que os indonésios passaram a dar informações aos australianos acerca das suas actividades subversivas para destabilizar o Timor Português (Way, 2000, p. 62). Todavia, no dia 26 de Julho de 1974, Graham B. Feakes, chefe da repartição da Ásia do Sul do DFA, escreveu uma carta a Robert W. Furlonger, embaixador australiano em Jacarta, a expressar profundas dúvidas acerca da política

²⁵⁸ “Telegrama n.º 38 do embaixador de Portugal em Camberra, de 9 de Março de 1975” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: abertura do Consulado de Portugal em Kupang, 1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁵⁹ *Ibid.*

australiana do seu governo em relação à Indonésia, especialmente do conhecimento que o governo de Camberra tinha acerca das actividades subversivas de Jacarta no Timor Português. Na opinião deste diplomata, a Austrália corria sérios riscos caso fosse do conhecimento público esta atitude. Ele receava, acima de tudo, as repercussões que uma eventual revelação pública poderia ter na reputação do país no estrangeiro, especialmente entre as elites dos pequenos países, nomeadamente da Papua-Nova Guiné Oriental, e na opinião pública australiana (Way, 2000, p. 71). Por outro lado, era de opinião que o conhecimento destas actividades constituía uma contradição entre a posição oficial australiana de apoio à autodeterminação do Timor Português e de conluio com o regime de Suharto em relação a este assunto. Também, duvidava da eficácia das acções subversivas da Opsus²⁶⁰ e se esta não estava a actuar nos seus próprios interesses por razões de ordem interna do próprio governo indonésio. Recordava que talvez fosse melhor dar algum tempo para que os próprios timorenses chegassem à conclusão que o melhor caminho seria a integração na Indonésia.

Não obstante a proximidade ideológica entre os governos australianos e português estes raramente se prontificaram a fornecer informações sobre as intenções subversivas das autoridades indonésias. Em suma, os decisores políticos australianos estiveram a par das actividades subversivas da Indonésia contra o Timor Português.

Camberra dificultou a diminuta presença militar portuguesa em Ataúro

Com o intuito de condicionar seriamente a exígua capacidade naval da administração portuguesa em Ataúro,²⁶¹ o governo da “Austrália recusou os reabastecimentos da nossa fragata nos seus portos, alegando que só se poderia efectivar após o dia 4 de Novembro devido a manobras conjuntas na área da Austrália, Indonésia e Malásia, vendo-se essa unidade da nossa Marinha obrigada a ir a Macau”.²⁶² Para fazer vincar a sua projecção de força, durante os exercícios militares conjuntos a Indonésia abriu fogo “possivelmente morteiros ou artilharia de campanha com observação de helicópteros”.²⁶³

²⁶⁰ Serviço de operações especiais que funcionava no âmbito da *Kostrad*, desde 1963, sob a orientação do general Ali Murtopo. Este serviço de informações foi responsável pela condução de contactos clandestinos com o governo da Malásia durante a vigência da política de confrontação entre Jacarta e Kuala Lumpur, entre 1963 e 1965, ajudou a garantir uma votação favorável à integração na Indonésia da Papua-Nova Guiné Ocidental, em 1969, e durante as “eleições legislativas” de 1971 (Cribb e Kahin 2004 [1992], p. 305).

²⁶¹ Este vaso tinha chegado a Ataúro no dia 6 de Outubro (Riscado, 1981, p. 234).

²⁶² *Ibid.*

²⁶³ *Ibid.*

A ausência da NRP Afonso Cerqueira, durante aproximadamente duas semanas, demonstrou “a vulnerabilidade do apoio logístico [ao governo português de Ataúro], totalmente dependente da Austrália” (*Ibid.*). A sua deslocação à colónia britânica situada no sul da China impediu “o Governo e guarnição militar de capacidade de reabastecimento, comunicações e evacuação por meios próprios” (*Ibid.*).

Numa tentativa para desbloquear a situação, o governador Lemos Pires deslocou-se a Camberra. Nos contactos conduzidos com as autoridades australianas “ficou patente a posição ambígua australiana em relação ao apoio a dar a Portugal, que seria sempre condicionado pela ‘não ofensa’ ao Governo indonésio” (Pires, 1994 [1991], p. 304). Durante a sua estadia em Camberra, deu “conta da situação” ao governo central português, por intermédio da embaixada portuguesa (*Ibid.*). Pouco tempo depois Lemos Pires deslocou-se a Lisboa para dar conhecimento à Comissão Nacional de Descolonização da evolução da situação. No memorando que apresentou na reunião do dia 4 de Novembro, o governador observou que a Austrália estava empenhada no “[p]rogressivo aumento das limitações de apoio a Ataúro [...] embora camufladas por uma atitude de boa vontade” (Pires, 1981, p. 357). Na sequência desta reunião, o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Ernesto Melo Antunes, asseverou ao embaixador da Austrália em Lisboa, F. B. Cooper: “that without a ‘guarantee’ from the Australian Government that Darwin could be used on a regular basis for refuelling ships and as a point from which to maintain regular air transport communications with Ataúro, it would be quite impossible for Portugal to achieve its objective of rapid and peaceful decolonization in Timor. The Minister added that if this objective were not achieved because of lack of facilities, the consequences would be ‘catastrophic’ for Timor and, he believed, ‘disagreeable’ for Australia. He therefore asked me to seek a guarantee of logistic support from the Australian Government as soon as possible” (Way, 2000, p. 555).

Na sequência desta diligência, o governo australiano autorizou os subseqüentes reabastecimentos dos exíguos meios navais e aéreos portugueses, disponibilizou-se a consentir encontros na Austrália entre a missão enviada por Lisboa e as delegações dos três principais partidos políticos timorenses e a prestar ajuda humanitária aos refugiados provenientes de Timor-Leste. Todavia, as autoridades portuguesas em Ataúro ficaram política e psicologicamente condicionados pela atitude das autoridades de Camberra. Com o intuito de evitar “uma série de conflitos diplomáticos e outros de vária ordem” (Ferreira, 197?, p. 100) com a Austrália, o chefe de gabinete do encarregado do governo obsteu à evacuação por via aérea de uma criança, acabando esta por falecer (*Ibid.*, pp. 99-102).

Em resumo, a atitude do governo australiano nesta matéria demonstrou quão frágil era a posição portuguesa em Ataúro e como o processo de descolonização de Timor-Leste era eminentemente político e não militar.

Conclusões A permanência de Portugal em Timor sempre dependeu da benevolência das duas grandes potências regionais, a Indonésia e a Austrália, e da potência hegemónica, os EUA, especialmente no decénio de 1960, quando o Ocidente procedeu à descolonização de vários territórios da região.

Com o 25 de Abril de 1974 e a independência da África lusófona, a favor de movimentos de libertação alinhados com a União Soviética ou pró-marxistas, contribuiu para um afastamento do Ocidente de Portugal e para uma aproximação da posição da Indonésia, no caso específico de Timor, às potências ocidentais com interesses na região. Esta atitude foi completamente abandonada nos finais do decénio de 1990. A Indonésia, a Austrália e os EUA, assim como a sociedade civil ocidental (Zelter, 2004) repudiaram tal postura, o que permitiu a longa e turbulenta caminhada para a independência do território, em 20 de Maio de 2004.

Assim, no dia 7 de Dezembro de 1975 teve início formal da invasão de Timor-Leste pelas ABRI, conhecida por *Operasi Seroja* (Operação Lótus), que resultou na morte de aproximadamente um terço da população de Timor-Leste, isto é, de 200.000 timorenses (Carey, 2000, p. 17). Em retaliação pela atitude belicista javanesa, os principais órgãos de poder em Portugal reuniram-se extraordinariamente, no dia 8 de Dezembro de 1975, sob a presidência do chefe de Estado, general Costa Gomes, e decidiram romper formalmente relações diplomáticas com a Indonésia. A representação dos interesses portugueses em Jacarta passou a ser exercida pelo Brasil e pelos Países Baixos. **NE**

REFERÊNCIAS

- Acácio, Manuel (2006), *A Última Bala é a Minha Vitória: A História Secreta da Resistência Timorense*, Oeiras, Oficina do Livro.
- Aguiar, Luiz (1977), *Livro Negro da Descolonização*, Braga, Editorial Intervenção.
- Anónimo (1974), *O 25 de Abril na Imprensa Estrangeira*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Barrento, António Martins (1988), “A crise de Timor”, *Revista Militar* [Lisboa], II século, ano 40, n.º 1 (Janeiro), pp. 23-42.

Barreto, João Loff (1981?), *The Timor Drama*, Lisboa, Timor Newsletter.

Bispo, António de Jesus (1999), “A aviação portuguesa na Índia, Macau e Timor”, *Revista Militar* [Lisboa], II século, ano 51, n.º 2364, pp. 471-495.

Boas, José Manuel Villas (2003), *Cadernos de Memórias*, Lisboa, Temas e Debates.

Brandão, Carlos Cal (1953 [1946]), *Funo – Guerra em Timor*, Porto, Edições A.O.V.

Bretes, Maria da Graça (1989), *Timor – Entre Invasores, 1941-1945*, Lisboa, Livros Horizonte.

Cantori, Luis J. e Steven L. Spiegel (1970), *The International Politics of Regions: A Comparative Approach*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.

Cardoso, Pedro (1980), *As Informações em Portugal*, Lisboa, Edição da revista *Nação e Defesa*.

Carey, Peter (2000), “A Personal Journey through East Timor”, *The East Timor Question: The Struggle for Independence from Indonesia*, Paul Hainsworth and Stephen McCloskey, eds., Londres, I. B. Tauris.

Carey, Peter e G. Carter Bentley, eds. (1997 [1995]), *East Timor at the Crossroads: The Forging of a Nation*, Londres, Cassell.

Carlos, Rui Palma (1982), *Eu Fui ao Fim de Portugal: Subsídios para o ‘Dossier’ do Timor Português*, Lisboa, Edições Fernando Pereira.

Carrascalão, Maria Ângela (2002), *Timor: Os Anos da Resistência*, Queluz, Mensagem.

Cascais, António Manuel Cravo (1977), *Timor: Quem é o Culpado?*, Braga, Braga Editora.

Chamberlain, Ernest (2005), *Faltering Steps: Independence Movements in East Timor in the 1950s and 1960s*, Points Lonsdale, VIC, edição do autor.

Coates, Ken, ed. (1995), *Timor: Twenty Years On*, Nottingham, Inglaterra, Bertrand Russell Peace Foundation.

Costa, Adelino Rodrigues da (2005), *Os Navios e os Marinheiros Portugueses em Terra e nos Mares de Timor*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha.

Cribb, Robert e Audrey Kahin (2004 [1992]), *Historical Dictionary of Indonesia*, Lanham, MD, Scarecrow Press.

Crystello, J. Chrys (1999), *Timor-Leste: O Dossier Secreto, 1973-1975*, Matosinhos, Contemporânea Editora.

- Duarte, Jorge Barros (1988), *Timor: Um Grito*, Póvoa de S.^{to} Adrião, edição de autor.
- _____ (1981), *Ainda Timor*, Lisboa, GATIMOR – Gabinete dos Estudos de Timor.
- Dunn, James Stanley (2003 [1983]), *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Double Bay, NSW, Longueville Books.
- EUA, Department of State (1956), *SEATO: Southeast Asia Treaty Organization*, Washington, DC, U.S. Government Printing Office.
- Fernandes, Moisés Silva (2006a), *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*, Lisboa Imprensa de Ciências Sociais.
- _____ (2006b), “O Timor Português na política externa de Suharto: O regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974”, *Negócios Estrangeiros* [Lisboa], n.º 9.1 (Março), pp. 272-338.
- _____ (2006c), “A evolução das relações Luso-Formosinas: Proximidade político ideológica e relações diplomáticas conflituosas, 1949-1975”, in *Estudos Sobre a China VIII*, vol. 2, Ana Maria Amaro, Dora Martins e Raquel Engenheiro, coords., Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2006, pp. 767-826.
- _____ (2005a), “A União da República de Timor: o atrofico movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, 1960-1975”, *Ensaio Sobre Nacionalismos em Timor-Leste*, Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes, eds., Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 355-431.
- _____ (2005b), “O processo de descolonização do Timor Português nos arquivos portugueses, 1974-1975”, *IV Seminário Internacional dos Arquivos de Tradição Ibérica: Comunicações*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (edição em CD-ROM), pp. 14.
- _____ (2005c), “A política da Indonésia em relação ao Timor Português, 1960-1963: Um caso de irredentismo contido?”, *Daxiyanguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* [Lisboa], n.º 7 (1.º semestre), pp. 109-149.
- _____ (2003a) “A normalização das relações luso-chinesas e a questão da retrocessão de Macau à China continental, 1974-1979” [葡中關係正常化和澳門回歸中國問題 1974-1979], *Administração / Xingzheng* [Macau], vol. 16, n.º 61 (Setembro), pp. 1077-1141 (versão portuguesa).

- _____ (2003b), “Timor nas relações luso-australianas: as diligências de Menzies junto de Salazar para conceder autogoverno a Timor, 1961-1964/Timor in Luso-Australian Relations: Menzies’ Efforts to Persuade Salazar to Grant Timor Self-Rule, 1961-1964”, *Oriente* [Lisboa], n.º 5 (Abril), pp. 16-24 (versões portuguesa e inglesa).
- _____ (2001a), “A ruptura de 1965 entre Jacarta e Lisboa”, *História* [Lisboa], 3.ª série, ano 23, n.º 33 (Fevereiro), pp. 30-37.
- _____ (2001b), “Memorial de José Duarte Santa”, *História* [Lisboa], 3.ª série, ano 23, n.º 33 (Fevereiro), pp. 38-39.
- _____ (2000), *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1945-1995: Cronologia e Documentos*, Lisboa, Fundação Oriente.
- Ferreira, Alves (197?), *O Último Voo Sobre Timor*, Porto, Paisagem Editora.
- Ferreira, José Medeiros (1988), *Portugal – Os Próximos 20 Anos: Posição de Portugal no Mundo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, Vítor (2004), “Os arquivos de chefes de Estado”, *Museu da Presidência da República*, Lisboa, Museu da Presidência da República e CTT – Correios de Portugal, pp. 123-126.
- Gunn, Geoffrey C. (1999), *Timor Loro Sae: 500 Years*, Macau, Livros do Oriente.
- Hale, Julian (1975), *Radio Power: Propaganda and International Broadcasting*, Filadélfia, PA, Temple University Press.
- Heryanto, Ariel (2006), *State Terrorism and Political Identity in Indonesia*, Londres, Routledge.
- Holsti, K. J. (1988 [1967]), *International Politics: A Framework for Analysis*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall.
- Horta, José Ramos (1994), *Amanhã em Díli*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Houaiss, António, et al. (2003), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, tomo III, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Jolliffe, Jill (1989), *Timor: Terra Sangrenta*, Lisboa, Edições O Jornal.
- _____ (1978), *East Timor: Nationalism & Colonialism*, St. Lucia, Queensland, University of Queensland Press.
- Lee, David (1997), “The Origins of the Menzies Government’s Policy on Indonesia’s Confrontation of Malaysia”, *Menzies in War and Peace*, Frank Cain, ed., St. Leonards, NSW, Allen & Unwin.

- Lu Ning (1997), *The Dynamics of Foreign-Policy Decisionmaking in China*, Boulder, CO, Westview Press.
- Manuel, Alexandre, et al. (1974), *PIDE: A História da Repressão*, Fundão, Jornal do Fundão Editora.
- Martins, Manuel Gonçalves (1986), *A Descolonização Portuguesa: As Responsabilidades*, Braga, Livraria Cruz.
- Mesquita, Mário e José Rebelo (1994), *O 25 de Abril nos "Media" Internacionais*, Porto, Afrontamento.
- Moreira, Adriano (1989), *Relações Entre as Grandes Potências*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- _____ (1986 [1977]), *O Novíssimo Príncipe: Análise da Revolução*, Lisboa, Edições Gauge.
- Nicol, Bill (2002 [1978]), *Timor: A Nation Reborn*, Jacarta, Equinox.
- Oliveira, Mário António Fernandes de (1982), et al., *A Descolonização Portuguesa: Aproximação a um Estudo*, vol. 2, Lisboa, IDL-Instituto Amaro da Costa.
- Pereira, Miriam Halpern (2003), "Apresentação" in *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais e Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, pp. 17-20.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1973), *Corpo Diplomático em Lisboa*, Lisboa, Tipografia Duarte.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1974), *Corpo Diplomático em Lisboa*, Lisboa, Tipografia Duarte.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1975), *Corpo Diplomático em Lisboa*, Lisboa, Tipografia Duarte.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1976), *Corpo Diplomático Acreditado em Lisboa*, Lisboa, Tipografia Duarte.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1979), *Anuário Diplomático e Consular Português Referido a 31 de Março de 1979*, Lisboa, Tip. Henry Gris.
- Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pires, Mário Lemos (1994 [1991]), *Descolonização de Timor: Missão Impossível?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- _____ (1981), *Relatório do Governo de Timor: Período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Praça, Afonso, et al. (1974), 25 de Abril, Lisboa, Casa Viva Editora.
- Rama, M. Manuela de S. e Carlos Plantier (1976), *Melo Antunes – Tempo de Ser Firme*, Lisboa, LIBER.
- Ravenhill, John (1990), “Australia” in *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units*, Hans J. Michelmann and Panayotis Soldatos, Oxford, Oxford University Press.
- Riscado, Francisco A. et al. (1981), *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar-Kennedy: A Crise de uma Aliança*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Roff, Sue Rabbitt (1992), *Timor’s Anschluss: Indonesian and Australian Policy in East Timor, 1974-1976*, Lampeter, Wales, Edwin Mellen Press.
- Saltford, John (2003), *The United Nations and the Indonesian Takeover of West Papua, 1962-1969: The Anatomy of Betrayal*, Londres, RoutledgeCurzon.
- Sánchez Cervelló, Josep (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola, 1961-1976*, tradução de José Colaço Barreiros, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Santos, António de Almeida (2006a), *Quase Memórias: Do Colonialismo e da Descolonização*, 1.º volume, Cruz Quebrada, Casa das Letras e Editorial Notícias.
- Santos, António de Almeida (2006b), *Quase Memórias: Da Descolonização de cada Território em Particular*, 2.º volume, Cruz Quebrada, Casa das Letras e Editorial Notícias.
- Santos, António de Almeida (1975), *15 Meses no Governo ao Serviço da Descolonização*, Porto Edições Asa.
- Schwarz, Adam (1999), *A Nation in Waiting: Indonesia’s Search for Stability*, St. Leonards, NSW, Allen & Unwin.
- Scott, Andrew M. (1968), *The Revolution in Statecraft: Informal Penetration*, Nova Iorque, Random House.
- Shultz, Richard H. e Roy Godson (1986 [1984]), *Dezinformatsia: Active Measures in Soviet Strategy*, Nova Iorque, Berkley Books.
- Silva, José Alberto Morais da e Manuel Amaro Bernardo (2000), *Timor – Abandono e Tragédia*, Lisboa, Prefácio.

- Simpson, Brad (2005), “Illegally and Beautifully’: The United States, the Indonesian Invasion of East Timor and the International Community, 1974-76”, *Cold War History*, vol. 5, n.º 3 (Agosto), pp. 281-315.
- Soares, Mário (1975), *Democratização e Descolonização: Dez Meses no Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Soesastro, Hadi (1991), “Indonesia – Think Tanks in Indonesia: The Centre for Strategic and International Studies” in *Think Tanks and Governance in the Asia-Pacific Region*, John W. Langford e K. Lorne Brownsey, eds., Halifax, Nova Scotia, Canadá, Institute for Research on Public Policy/Institut de recherches politiques, pp. 125-138.
- Spiegel, Steven L. (1972), *Dominance and Diversity: The International Hierarchy*, Boston, MA, Little, Brown and Company.
- Suryadinata, Leo (1996), *Indonesia’s Foreign Policy Under Suharto: Aspiring to International Leadership*, Singapura, Times Academic Press.
- Thomaz, Luís Filipe F.R. (1977), *Timor: Autópsia de uma Tragédia*, Lisboa, edição do autor.
- Timor-Leste (1976?), *Timor-Leste: Uma Luta Heróica – Documentos da Fretilin e do Governo da República Democrática de Timor-Leste*, Lisboa, Silvas – CTG.
- Turner, Barry, ed., (2005), *The Statesman’s Yearbook: The Politics, Cultures and Economies of the World, 2006*, Londres, Palgrave Macmillan.
- Vondra, Josef Gert (1968), *Timor Journey*, Melbourne, NSW, Lansdowne Press.
- Vatikiotis, Michael R. J. (1998 [1993]), *Indonesian Politics Under Suharto: Order, Development and Pressure for Change*, Londres, Routledge.
- Way, Wendy, ed., (2000), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*, Melbourne, NSW, Melbourne University Press.
- Woodard, Garry (1998), “Best Practice in Australia’s Foreign Policy: ‘Konfrontasi’, 1963-1966”, *Australian Journal of Political Science*, vol. 33, n.º 1, pp. 85-99.
- Zelter, Angie (2004), “Civil Society and Global Responsibility: The Arms Trade and East Timor”, *International Relations*, vol. 18, n.º 1 (Março), pp. 125-140.